

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – CPGA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

**Danilo de Melo Costa**

**Florianópolis, Dezembro de 2010**

**DANILO DE MELO COSTA**

**FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Administração da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Alexandre  
Marino Costa

Florianópolis  
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

C837f Costa, Danilo de Melo  
Financiamento público e expansão da educação superior no  
Brasil [dissertação] / Danilo de Melo Costa ; orientador,  
Alexandre Marino Costa. -Florianópolis, SC, 2010.  
246 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação  
em Administração.

Inclui referências

1. Universidade Federal de Santa Catarina. 2. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. 3. Programa de Apoio ao Plano de  
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 4.  
Administração. 5. Ensino superior - Financiamento. 6. Ensino  
superior - Planejamento. I. Costa, Alexandre Marino. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Administração. III. Título.

CDU 65

**Danilo de Melo Costa**

**FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR NO BRASIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de Dezembro de 2010

Prof. Maurício Serva, Dr.  
Coordenador do CPGA

**Banca Examinadora:**

---

Prof., Dr. Alexandre Marino Costa, Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof., Dr. Francisco Vidal Barbosa,  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof., Dr. Pedro Antônio de Melo,  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof., Dr. Marcos Lopes Baptista Dalmau,  
Universidade Federal de Santa Catarina



## **Dedico este trabalho**

Ao meu pai **Geraldo**, por ter me ajudado a tornar possível a concretização deste sonho profissional e pessoal de realizar o curso de Mestrado.

A minha mãe **Nanci**, por estar sempre pronta para me escutar, aconselhar e me ajudar em todos os momentos, fazendo com que eu me sentisse acolhido por minha família mesmo estando distante.

A meu irmão **Felipe**, por toda companhia nas vezes em que retornei a minha casa em Minas Gerais.

E a **Midori**, namorada, amiga e companheira, que esteve ao meu lado durante esta caminhada, incentivando e mostrando que com esforço e dedicação é possível vencer.



**GRATIDÃO...**

Ao **Professor Dr. Alexandre Marino Costa**,  
que mais do que um orientador foi um grande amigo,  
estando sempre presente e com uma contribuição ímpar na realização  
deste trabalho.

Sinto-me honrado de ter sido orientado e ter trabalhado ao lado deste  
magnífico profissional.





## AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Catarina, por ter feito com que me apaixonasse ainda mais pelo mundo acadêmico, vivenciando um ambiente em que o conhecimento norteia todas as ações.

Ao Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA), por todo suporte durante a realização do mestrado e aos companheiros de jornada que tive o prazer de conhecer.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me proporcionar uma bolsa de estudos que foi fundamental para minha dedicação integral na realização deste trabalho.

Ao Professor Pedro Antônio de Melo, que além de ter ajudado na qualificação do trabalho, me mostrou o quão apaixonante é estudar as universidades.

Ao Professor Marcos Lopes Baptista Dalmau, com as importantes contribuições na qualificação deste trabalho.

Ao Professor Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, que me fez enxergar a grandeza de uma dissertação de mestrado, e ao Professor João Benjamin da Cruz Junior, pelas aulas inesquecíveis.

Ao Reitor da UFFS, Professor Dilvo Ristoff e ao Vice-Reitor da UFSC, Professor Carlos Alberto Justo da Silva pela magnífica contribuição.

Aos Professores(as) Solange Maria Alves, Luiz Vitor Pittela Siqueira, Carlos José de Carvalho Pinto, Luiz Alberton e João Batista Furtuoso que contribuíram com importantes informações para a realização deste trabalho.

Ao Ministério da Educação e a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES), sobretudo a Professora Adriana Weska e o Professor Murilo Camargo, pela contribuição fundamental.

A Professora Grace Tavares, pelas sugestões e contribuições.

Aos meus amigos e professores mineiros, Ricardo Paiva, João Carlos, Paulo Sanches, Carolina Linhares, Marco Mazzeo e Jaime Bastos, que me incentivaram a ingressar nesta valiosa jornada acadêmica.

E a Deus, por esta vida, pelas oportunidades, e por este momento inesquecível.



Universidade... “reunião de homens sábios, ao mesmo tempo bons, dispostos a tornar semelhantes a eles os que para aí se achegam com o intuito de aprender.”

(Juan Luis Vives, 1524)



## RESUMO

O ensino superior brasileiro passa por uma grande transformação que ocorre por meio de sua reestruturação bem como sua expansão. Este trabalho apresenta e analisa as ações de financiamento da expansão do ensino superior público federal no Brasil, que está pautada em dois aspectos: criação de novas universidades e reestruturação e expansão das universidades existentes por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para tanto, escolheu-se no âmbito das universidades criadas a partir do ano de 2002 a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), fundada em Outubro de 2009, e no âmbito das universidades reestruturadas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que completou 50 anos no ano de 2010. Assim, identificou-se a percepção dos dirigentes universitários e buscou-se compreender as perspectivas para o financiamento e a expansão da educação superior no Brasil juntamente aos gestores públicos do MEC. Com isto, verificou-se a importância do processo de expansão para as universidades federais brasileiras, sobretudo na região em que estão inseridas; a ampliação do número de vagas, com destaque para as vagas noturnas e licenciaturas; as principais ações para o minimizar a evasão e para a ocupação das vagas; a otimização do corpo docente; a aplicação de recursos para investimento e custeio; a redução do custo aluno; a associação do cumprimento de metas com a autonomia das universidades; e a relação da expansão das universidades com a qualidade. A pesquisa é do tipo exploratória com tratamento dos dados predominantemente qualitativos. A população do estudo é formada pelos dirigentes das respectivas instituições de ensino superior e compõe-se dos Reitores e também dos dirigentes responsáveis pelas áreas: Pró-Reitoria de Graduação, Diretoria de Planejamento e Secretaria Especial de Obras na UFFS; e Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria de Planejamento e Pró-Reitoria de Infra-Estrutura na UFSC. Além disso, no MEC, a pesquisa foi realizada na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES). Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental, bibliográfica, questionários e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados da pesquisa indicam um novo fenômeno nacional, o Brasil está vivenciando um momento único no que se refere à expansão da educação superior por meio do financiamento público, sobretudo em relação às universidades públicas federais. As universidades federais

estão recebendo os recursos provenientes do financiamento público e nas respectivas universidades estudadas, UFFS e UFSC, este fenômeno se confirmou, sendo responsável não só pela expansão como pela reestruturação física e acadêmica das universidades. Todos os gestores de ambas as instituições reconheceram a importância e a grandeza de tais investimentos que tem contribuído para o desenvolvimento não só das universidades como de todo o país.

**Palavras-chave:** Financiamento da Educação Superior. Expansão da Educação Superior. Reuni. Universidade Federal da Fronteira Sul. Universidade Federal de Santa Catarina.

## ABSTRACT

Higher education in Brazil is experiencing a major transformation that occurs through its restructuring and expansion. This research presents and analyzes the actions of financing the expansion of federal higher education in Brazil, which is based on two aspects: the creation of new universities and restructuring and expansion of existing universities through the Program of Support to the Plan of Reorganization and Expansion of Federal Universities (REUNI). For this reason, it was chosen in the universities created from 2002 the Federal University of Southern Frontier (UFFS), founded in October 2009 and at the universities restructured the Federal University of Santa Catarina (UFSC), which completed 50 years in 2010. Thus, it was identified the perceptions of university leaders and it was tried to understand the prospects for financing and expansion of higher education in Brazil along with the public managers of the Ministry of Education. Since then, it was verified the importance of the expansion process for the Brazilian federal universities, mainly in the region in which they operate; the increasing of the number of university seats, especially for evening courses and degree programs to prepare teachers for basic education; the main actions to minimize the abandonment of the courses and the occupation of university seats; the optimization of the faculty; the application of resources for investment and maintenance; the reduction of cost per student; the association of the achievement of goals with the universities autonomy; and the relationship between the expansion of universities with quality. The research is exploratory, treating the data especially in a qualitative way. The study population is formed by high education institutions managers that is composed by Deans (Presidents) and also the managers responsible for the areas: Pro-Dean of Undergraduate Studies, Direction of Planning and Special Department of Buildings and Works in the UFFS; and Pro-Dean of Undergraduate Studies, Department of Planning and Pro-Dean of Infrastructure in the UFSC. In addition, in the Ministry of Education, was conducted a survey with the Direction of the Development Group of the Federal Institutions of Higher Education (DIFES). The data were gathered at documental and bibliographic research, and from questionnaires and structured interviews. The research results indicate a new national phenomenon; Brazil is experiencing a unique moment in relation to the expansion of higher education through public funding, especially in



relation to the federal public universities. The federal universities are receiving funds from the public financing and in the universities studied, UFFS and UFSC, this phenomenon was confirmed, being responsible not only for expansion but for the physical and academic restructuring of the respective universities as well. All managers of both universities have admitted the importance and magnitude of such investments that contribute to the development not only for the universities as for the whole country.

**Keywords:** Financing of Higher Education. Expansion of Higher Education. Reuni. Federal University of Southern Frontier. Federal University of Santa Catarina.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Estrutura de Funcionamento da Universidade Aberta do Brasil.....	83
Ilustração 2: Distribuição da Educação Tecnológica no Brasil.....	92
Ilustração 3: Manifestação do movimento estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) contra a adesão da universidade ao REUNI. ....	99
Ilustração 4: Organização da Pesquisa. ....	114
Ilustração 5: Organograma Administrativo da UFSC.....	136
Ilustração 6: Organograma Administrativo da UFES. ....	163



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento das instituições de ensino superior no período de 1991 à 2004.....	53
Gráfico 2: Evolução no número de contratos ativos do FIES 1999 – 2007, e projeção para o período 2008 – 2011 (Projeção feita utilizando um saldo anual médio de 58 mil novos contratos).....	66
Gráfico 3: Evolução da execução orçamentária do Fies 2003 – 2007 e previsão orçamentária da ação para o período 2008 - 2011.....	67
Gráfico 4: Distribuição dos financiamentos disponíveis.....	68
Gráfico 5: Percentual de contratos firmados no Fies no ano de entrada dos estudantes na universidade e no ano seguinte, em relação ao número de contratos do ano. ....	69
Gráfico 6: Prouni – Número de bolsas ofertadas em função do ano.....	71
Gráfico 7: Evolução da frequência líquida à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos, 2001-2007.....	73
Gráfico 8: Variação de Matrículas em EaD.....	85
Gráfico 9: Cenário da Rede Federal até o ano de 2010.....	91
Gráfico 10: REUNI – Custeio em Milhões de reais.....	95
Gráfico 11: Expansão das Universidades Federais – 2002 à 2010.....	96
Gráfico 12: População Total - 1980-2010.....	100
Gráfico 13: Taxas de Desemprego - 2003-2007.....	101
Gráfico 14: Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo entre os anos de 2006 e 2008.....	102
Gráfico 15: Evolução do IDH Brasil 1975 – 2005.....	103
Gráfico 16: Evolução dos componentes do IDH – Brasil.....	104



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do Ensino Superior no Brasil .....	46
Quadro 2: Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES. ....	74
Quadro 3: Entrevistados e Respondentes.....	110
Quadro 4: Relação entre Objetivos Específicos e Coleta de Dados....	111
Quadro 5: Número de vagas nos cursos de Graduação em 2008. ....	119
Quadro 6: Número de cursos de graduação em 2008.....	120
Quadro 7: Simulação da distribuição dos recursos de custeio considerando a participação de todas as Universidades a partir de 2008 e com base no orçamento 2007.....	134
Quadro 8: Total de Cursos Novos – Adesão ao Reuni.....	139
Quadro 9: Ampliação do número de vagas –Adesão ao Reuni.....	139
Quadro 10: Ampliação do número de vagas –Relatório ANDIFES. ..	140
Quadro 11: Evolução do número de cursos – Relatório ANDIFES....	140
Quadro 12: Comparação entre Cursos Diurno e Noturno – Vestibular 2011. ....	142
Quadro 13: Comparação entre Cursos Licenciatura e Bacharelado – Vestibular 2011.....	144
Quadro 14: Síntese do Orçamento de Custeio UFSC – Projeto Reuni.158	
Quadro 15: Síntese do Orçamento de Investimento UFSC – Projeto Reuni.....	160
Quadro 16: Principais Afirmações UFSC.....	180
Quadro 17: Síntese dos Resultados – Ações da UFSC .....	182
Quadro 18: Principais Afirmações UFFS. ....	183
Quadro 19: Síntese dos Resultados – Ações da UFFS.....	185



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do Número de Matrículas segundo a Região - Brasil - 2002 a 2008. ....	35
Tabela 2: Número de Matrículas no ensino superior no período de 1960 à 1980.....	50
Tabela 3: Evolução do Número de Ingressos por processo seletivo na Graduação Presencial, segundo a Categoria Administrativa - 2002 a 2008. ....	56
Tabela 4: Custo de cada bolsa ProUni para o Estado, segundo o tipo de instituição de ensino superior privada, em 2006.....	75
Tabela 5: Comparativo entre a mensalidade média dos cursos do Proni em 2008 e o custo médio de cada bolsa em 2006 por tipo de entidade.	76
Tabela 6: Análise dos objetivos e dos resultados esperados pelo Reuni .....	113





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADUSP - Associação de Docentes da Universidade de São Paulo;  
ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;  
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;  
ART. - Artigo;  
ARWU - Academic Ranking of World University (Ranking Acadêmico de Universidades do Mundo);  
AUDIT - Auditoria;  
CAIXA - Caixa Econômica Federal;  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior;  
CEDERJ - Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro;  
CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica;  
CFT - Certificados Financeiros do Tesouro;  
COFINS - Social para Financiamento da Seguridade Social;  
CONAE - Conferência Nacional da Educação;  
COPAC/RFB - Planejamento, Gestão e Controle da Receita Federal do Brasil;  
CSSL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;  
DED - Diretoria de Educação à Distância;  
DIFES - Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior;  
EaD - Ensino à Distância;  
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes;  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio;  
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;  
FHC - Fernando Henrique Cardoso;  
FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior;  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;  
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau;  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano;  
IES - Instituições de Ensino Superior;

IFES - Instituto Federal de Ensino Superior;  
IFET - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;  
INPEAU - Instituto de Pesquisa e Estudos em Administração Universitária;  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;  
IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação;  
MEC - Ministério da Educação e Cultura;  
MP - Medida Provisória;  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;  
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento;  
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica;  
PCE/CREDUC – Programa de Crédito Educativo;  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação;  
PET - Programa de Educação Tutorial;  
PIB - Produto Interno Bruto;  
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência;  
PIS - Programa de Integração Social;  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual;  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil;  
PNAP - Programa Nacional de Formação em Administração Pública;  
PNE - Plano Nacional da Educação;  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;  
PPA – Plano Plurianual;  
PREG - Pró-Reitoria do Ensino de Graduação (UFSC);  
PROEST - Programa de Estágio;  
PROGRAD - Pró-Reitoria do Ensino de Graduação (UFFS)  
PROINFRA - Pró-Reitoria de Infra-Estrutura;  
PROUNI - Programa Universidade para Todos;  
REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais;  
RFB - Receita Federal do Brasil;  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;  
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;  
SEED - Secretaria de Educação à Distância;

SEMESP - Sindicato das Entidades Monitoradoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo;  
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão;  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Finanças;  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;  
SiSu - Sistema de Seleção Unificada do MEC;  
TCU - Tribunal de Contas da União;  
UAB - Universidade Aberta do Brasil;  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina;  
UFABC - Universidade Federal do ABC;  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande;  
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;  
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido;  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul;  
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados;  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora;  
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará;  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;  
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro;  
UFVJM - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri;  
UNE - União Nacional dos Estudantes;  
UNEDS - Unidades Descentralizadas de Ensino;  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação);  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas;  
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana;  
UNILAB - Universidade Luso-Afro-Brasileira;  
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa;  
USP – Universidade de São Paulo;  
UTFPR - Universidade Federal Tecnológica do Paraná.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1 TEMA PROBLEMA.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2 OBJETIVOS.....</b>	<b>37</b>
1.2.1 OBJETIVO GERAL .....	37
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	37
<b>1.3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>37</b>
<b>1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1 A UNIVERSIDADE E O CENÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>41</b>
2.1.1 A CONCEITUAÇÃO DE UNIVERSIDADE.....	41
2.1.2 A UNIVERSIDADE NO BRASIL .....	43
<b>2.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO .....</b>	<b>46</b>
2.2.1 AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.....	47
2.2.2 O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) DO GOVERNO FEDERAL.....	54
2.2.3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) DO GOVERNO FEDERAL .....	59
<b>2.3 O FINANCIAMENTO PÚBLICO DO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>64</b>
2.3.1 O FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES) E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) .....	64
2.3.2 A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) E O INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (IFES).....	81
2.3.3 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI E O CENÁRIO FAVORÁVEL PARA A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	93
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>105</b>
<b>3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>105</b>
<b>3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>106</b>
<b>3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>107</b>
<b>3.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS .....</b>	<b>112</b>
<b>3.5 LIMITAÇÕES DE ESTUDO.....</b>	<b>115</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>117</b>

<b>4.1 AS BASES DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES DE GOVERNO.....</b>	<b>117</b>
<b>4.2 A PERSPECTIVA DOS GESTORES PÚBLICOS.....</b>	<b>120</b>
4.2.1 O PAPEL DO REUNI NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	121
4.2.2 AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL.....	123
4.2.3 TRATAMENTO DA EVASÃO E DAS VAGAS OCIOSAS..	124
4.2.4 META DE CONCLUSÃO DE 90% <i>VERSUS</i> QUALIDADE.	126
4.2.5 PERSPECTIVAS PARA O CORPO DOCENTE .....	130
4.2.6 EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....	132
4.2.7 REUNI: EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES OU APENAS DAS VAGAS DAS UNIVERSIDADES .....	133
<b>4.3 A PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES UNIVERSITÁRIOS.....</b>	<b>135</b>
4.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC).....	135
4.3.1.1 Interiorização da Educação Superior e Ampliação das Vagas no Estado de Santa Catarina .....	137
4.3.1.2 Evasão e Vagas Ociosas: A Permanência como Garantia de Acesso .....	144
4.3.1.3 Ampliação e Otimização: Os Recursos Humanos e a Infra-Estrutura.....	147
4.3.1.4 Expansão <i>versus</i> Qualidade.....	151
4.3.1.5 Adesão da UFSC ao Reuni e o Impacto na Autonomia .	153
4.3.1.6 Teoria <i>versus</i> Prática: Os recursos financeiros acordados.....	157
4.3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS).....	162
4.3.2.1 As Três Grandes Questões Motivacionais para a Criação da UFFS e seu papel dentro do Reuni .....	164
4.3.2.2 Ampliação, Acesso e Permanência.....	166
4.3.2.3 Ampliação e Otimização dos Recursos Humanos e da Infra-Estrutura.....	170
4.3.2.4 Expansão e os Questionáveis Impactos na Qualidade ...	173
4.3.2.5 Reuni e o impacto na Autonomia da UFFS.....	176
4.3.2.6 Recebimento e Aplicação de Recursos para Custeio e Investimento.....	177

<b>4.4</b>	<b>SÍNTESE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>179</b>
4.4.1	PRINCIPAIS RESULTADOS UFSC .....	179
4.4.2	PRINCIPAIS RESULTADOS UFFS.....	182
4.4.3	DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE AS INSTITUIÇÕES .....	185
4.4.4	PROPOSIÇÕES .....	187
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>189</b>
<b>5.1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
<b>5.2</b>	<b>RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....</b>	<b>196</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>197</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>215</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA –DIFES.....</b>	<b>215</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – VICE-REITORIA UFSC.....</b>	<b>219</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – REITORIA DA UFFS .....</b>	<b>223</b>
	<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PREG/UFSC.....</b>	<b>227</b>
	<b>APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO SEPLAN/UFSC .....</b>	<b>233</b>
	<b>APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PROINFRA/UFSC .....</b>	<b>237</b>
	<b>APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PROGRAD/UFFS .....</b>	<b>239</b>
	<b>APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO DIR. DE PLANEJAMENTO/UFFS.....</b>	<b>243</b>
	<b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO SEC. ESPECIAL DE OBRAS/UFFS.....</b>	<b>245</b>







## 1 INTRODUÇÃO

A educação exerce grande influência na mobilidade social, em especial a educação superior, conforme observado por Romanelli (1991) e Canuto (1987). A ascensão social, que pauta a realização pessoal da grande maioria, era o maior objetivo de quem buscava as instituições de ensino superior. Desta forma, principalmente após a década de 70, a procura pelo terceiro grau aumentou significativamente.

Preocupado com o desenvolvimento da nação, sobretudo em relação aos jovens matriculados no ensino superior, o governo federal passou a pautar sua análise com destaque ao indicador de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, por eles representarem o principal "público alvo" das Instituições de Ensino Superior (UFCG, 2010). Em 1960, menos de 2% da população entre a faixa etária de 18 e 24 anos estavam matriculados em instituições de ensino superior; em 1970 este índice passou para 5,2% e em 1975 alcançou o surpreendente índice de 11% (SCHWARTZMAN, 2005).

Esta expansão motivou o surgimento de novos grupos até então inexistentes no sistema, como por exemplo: surgimento de mulheres como porção significativa dentre os alunos; surgimento de uma porção relativa de alunos com faixa etária acima da média, estes que estavam em busca de oportunidades profissionais ou atrás da possibilidade de promoção em suas respectivas empresas e o surgimento de porção do alunado formada por pessoas de classes sociais que, até o presente momento, não haviam conseguido vislumbrar o ensino universitário no horizonte de suas vidas (SCHWARTZMAN, 2005).

Entretanto, este índice pouco se alterou durante os anos que se passaram. De acordo com os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2009) em relação ao Censo da Educação Superior brasileira a taxa de alunos matriculados em instituições de ensino superior no ano de 2008 não ultrapassa a faixa de 13,7% entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos<sup>1</sup>. Se compararmos estas informações com a de outros países, mesmo tomando como referência o ano de 2004, observamos que o

---

<sup>1</sup> Os dados utilizados para se encontrar a taxa de 13,7% dos jovens matriculados no Ensino Superior foram os do Censo da Educação Superior de 2008 (divulgados em 27 de Novembro de 2009) tendo em vista que os dados do Censo da Educação Superior de 2009 ainda não estão disponíveis.

Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer. Na Argentina, este porcentual estava próximo de 40% e também era elevado em outros países: Alemanha (50%), França (60%), EUA (80%) e Canadá (quase 90%) (GRACIANO; HADDAD, 2004).

Tal cenário se perdura até os dias atuais, em que o ensino superior passa a ser visto como um dos principais caminhos para a ascensão social. A procura por vagas públicas e financiamentos em instituições privadas aumenta a cada ano, cabendo ao governo federal implantar medidas que atendam esta demanda.

## 1.1 TEMA PROBLEMA

Pode-se afirmar que a educação influencia a sociedade no que diz respeito à mobilidade social e nas últimas décadas este vislumbre se concentra na educação superior. A tão sonhada ascensão social, desejo da maioria das pessoas, é o objetivo principal de quem busca as instituições de ensino superior (ROMANELLI 1991; CANUTO 1987).

No entanto, o Brasil é um país em desenvolvimento, onde a renda da maioria das famílias não permite financiar uma educação superior em uma instituição privada, instituições estas que detém o maior número de vagas disponíveis. Devido a este cenário, a população reivindica o acesso à educação superior por meio de instituições de ensino superior públicas ou por meio de financiamentos de vagas em instituições de ensino superior privadas. Além disso, o país possui uma injusta distribuição geográfica das instituições de ensino superior. Regiões economicamente mais desenvolvidas, como o Sudeste, possui uma maior concentração de instituições ante a escassez das mesmas em regiões menos desenvolvidas, conforme pode ser observado na Tabela 1:

**Tabela 1:** Evolução do Número de Matrículas segundo a Região - Brasil - 2002 a 2008.

Ano	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
Brasil		3.479.913		3.887.022		4.163.733		4.453.156		4.676.646		4.880.381		5.080.056
%Δ		-		11,7		7,1		7		5		4,4		4,1
Norte		190,111		230,227		250,676		261,147		280,554		303,984		323,190
%Δ		-		21,1		8,9		4,2		7,4		8,4		6,3
Nordeste		542,409		624,692		680,029		738,262		796,140		853,319		912,693
%Δ		-		15,2		8,9		8,6		7,8		7,2		7
Sudeste		1.746.277		1.918.033		2.055.200		2.209.633		2.333.514		2.431.715		2.512.560
%Δ		-		9,8		7,2		7,5		5,6		4,2		3,3
Sul		677,655		745,164		793,298		845,341		854,831		864,264		887,182
%Δ		-		10,0		6,5		6,6		1,1		1,1		2,7
Centro-Oeste		323,461		368,906		384,530		398,773		411,607		427,099		444,431
%Δ		-		14,0		4,1		3,7		3,2		3,8		4,1

Fonte: Dados finais do Censo da Educação Superior 2008 (INEP, 2009).

De acordo com as necessidades colocadas em questão, o Governo Federal lançou uma série de programas que visa realizar esta expansão, não só quantitativamente como também qualitativamente. Quatorze novas universidades públicas foram criadas além de se realizar a expansão de novos campi nas universidades públicas existentes, por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O Programa Universidade para Todos - PROUNI está sendo ampliado e agora atuando juntamente ao Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, aumentando assim a possibilidade de financiamento para os alunos, estão sendo criados centenas de Institutos Federais de Ensino Superior - IFES e também tem sido realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB, com a criação de vários pólos em todo país, inclusive em regiões até então desprivilegiadas.

O que se tem observado por meio destas medidas é o surgimento de um novo fenômeno na educação superior brasileira; a inversão da expansão da iniciativa privada para a iniciativa pública. A iniciativa privada, que nos último 10 anos era a grande responsável pela expansão da educação superior no Brasil, se estagnou ante as perspectivas de expansão do ensino superior público, proveniente dos programas do governo federal.

A partir destas informações, esta dissertação trata de uma temática de grande relevância no cenário do desenvolvimento nacional, o financiamento da expansão do ensino superior público brasileiro, visando a melhor compreensão de seu contexto e as possíveis alternativas de ação para o Governo Federal, que é o principal articulador desta necessidade.

Em consonância ao exposto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa:

**De que forma se dá o financiamento da expansão da educação superior pública brasileira?**

## 1.2 OBJETIVOS

A definição clara dos objetivos – geral e específico – é essencial para a realização do diagnóstico. Mattar (1999) ressalta que estes itens devem ser relacionados diretamente com a solução do problema.

### 1.2.1 Objetivo geral

O Objetivo Geral deste trabalho é analisar as ações de financiamento da expansão do ensino superior público.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para se atingir o Objetivo geral, faz-se necessário trabalhar os seguintes objetivos específicos:

- a) conceituar as bases de financiamento da expansão do ensino superior público;
- b) descrever os programas de governo para a expansão e reestruturação da educação superior;
- c) apresentar as perspectivas descritas pelos gestores públicos;
- d) identificar a percepção de dirigentes universitários a respeito da expansão do ensino superior;
- e) analisar os principais resultados obtidos no processo de implantação do programa de reestruturação e expansão.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

As justificativas estão relacionadas às motivações de efetivar o estudo e decorrem do motivo pelo qual se resolveu estudar o problema apresentado (FARIA ET AL., 2007).

Com o intuito de justificar-se um estudo, segundo Castro (1977), faz-se necessário considerar os seguintes aspectos: importância, originalidade e viabilidade do estudo.

Um tema é importante quando está relacionado a um aspecto crucial que afeta um segmento da sociedade (CASTRO, 1977). Analisando sob este aspecto é possível observar que já estamos no início da segunda década do século XXI e ainda há uma defasagem significativa no acesso à educação superior, especialmente pela população com baixos recursos financeiros, que reivindica cada vez mais por este acesso. Por este motivo, a Expansão da Educação Superior se tornou uma das principais políticas de educação colocadas em prática pelo governo federal.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO indicam que o percentual de acesso à educação superior na América do Sul era de 31% em 2006, ante 70% de acesso na América do Norte e Europa ocidental no mesmo ano.

No Brasil, dados do INEP (2009), demonstram que a taxa de escolarização líquida não ultrapassa a faixa de 13,7% entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Os dados acima alinhados aos programas de ampliação da educação superior do Governo Federal criam um campo de pesquisa para análise dos caminhos para realização desta expansão.

Quanto à originalidade, um estudo é considerado original quando produz resultados capazes de surpreender (CASTRO, 1977). Como o tema estudado está em constante mudança, tendo em vista que à medida que há alterações dos governantes há também a criação e/ou exclusão de vários programas, existem poucos estudos acerca do presente tema, sobretudo a respeito da união de duas importantes vertentes: expansão e financiamento do ensino superior.

Por fim, a viabilidade, segundo Castro (1977), se relaciona aos recursos disponíveis para a realização do estudo, tais como: dados e prazos, recursos financeiros, informações disponíveis e estado de teorização a respeito do tema. Neste sentido, o estudo é viável, pois grande parte das informações utilizadas são de caráter público. É do interesse das próprias instituições de ensino superior conhecer além dos programas, as bases que norteiam o financiamento para os respectivos programas implantados pelo governo federal. Para a realização da pesquisa não foram necessários grandes investimentos financeiros além



de existir vários materiais disponíveis a respeito da gestão universitária, grande-área desta pesquisa.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Em seu Capítulo 1, a dissertação apresenta a contextualização do tema por meio da Introdução. Posteriormente, no Tema Problema, são apresentados os desafios para a educação superior no Brasil, definindo-se então o Problema de Pesquisa. Logo em seguida, são definidos os Objetivos que norteiam esse estudo. Tais objetivos são divididos em Geral, que é o principal objetivo do trabalho, e Específicos, que servirão de auxílio para que se atinja o objetivo geral. Finalizando o Capítulo 1 está a Justificativa para se realizar esse estudo, que se pauta em importância, originalidade e viabilidade.

No Capítulo 2, é apresentado o Marco Teórico abordando inicialmente a Universidade, sobre a ótica conceitual além de uma contextualização da mesma no Cenário Brasileiro, posteriormente são descritas as políticas de educação e seus instrumentos de gestão, por meio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional da Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal. A seguir é apresentado o Financiamento Público do Ensino Superior, que é dividido em Financiamento Público do Ensino Superior voltado a iniciativa privada, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI); Financiamento Público voltado à expansão das iniciativas pública técnica e à distância, por meio dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB); além do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil.

No Capítulo 3 são apresentados os aspectos metodológicos da dissertação, em que se apresenta a Tipologia da Pesquisa, seguida de sua Delimitação, posteriormente a Técnica de Coleta de Dados utilizada, a Análise e Tratamento dos Dados colhidos e por fim as Limitações para a realização do estudo.

No capítulo 4, são apresentadas as Análises dos Resultados em consonância com os objetivos geral e específicos traçados. Inicialmente

se apresenta as Bases de Financiamento do Ensino Superior Público e os Programas Estruturantes do Governo. Em seguida, são descritas as perspectivas dos Gestores Públicos do MEC no que se refere ao financiamento e expansão da educação superior federal no país. Posteriormente se apresenta as Percepções dos Dirigentes Universitários, dividindo-se em UFSC e UFFS. Finalmente se apresenta a Síntese dos Resultados, com destaque para os principais reflexos observados na UFSC, na UFFS, diferenças e similaridades entre as ações, finalizando com a apresentação de sugestões tanto para as instituições quanto para o MEC, no tocante ao desenvolvimento da Educação Superior no Brasil.

Finalmente são apresentadas no Capítulo 5 as Considerações Finais da pesquisa e as recomendações para estudo posterior além das Referências Bibliográficas utilizadas e os apêndices.

## **2 MARCO TEÓRICO**

Para melhor fundamentar a dissertação, foram explorados importantes temas, iniciando-se com a Universidade e o Cenário Brasileiro, que apresenta a Conceituação da Universidade e o surgimento da universidade no Brasil. Posteriormente são apresentadas as políticas de educação e seus instrumentos de gestão, por meio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, que possuem um papel fundamental perante o desenvolvimento do ensino superior no país, partindo-se então para o Plano Nacional da Educação (PNE) e em seguida o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que contempla todas as ações previstas para a expansão do ensino no Brasil. A seguir, em consonância com as propostas do referido trabalho, é apresentado o Financiamento Público para a Educação Superior no Brasil, dividido no Financiamento Público para a iniciativa privada, por meio dos programas FIES e PROUNI e o Financiamento Público voltado à expansão das iniciativas públicas técnica e a distância, por meio da UAB e das IFES. Finalmente é apresentado o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil.

### **2.1 A UNIVERSIDADE E O CENÁRIO BRASILEIRO**

Para melhor compreensão da importância da Universidade para o desenvolvimento de um país, a presente seção apresenta o conceito e o papel da Universidade segundo a visão de vários estudiosos, bem como o surgimento do ensino superior e conseqüentemente da Universidade no Brasil.

#### **2.1.1 A Conceituação de Universidade**

Desde seu surgimento, estudiosos vem buscando um conceito para a universidade. Segundo Loureiro (1986), a universidade possui o caráter de transmissora integral do saber, pois nela não devem se reunir

apenas alguns conhecimentos, mas a totalidade de todos os conhecimentos. A autora ainda defende a supremacia da Universidade no âmbito cultural e a universalidade do saber, que norteiam as instituições de ensino superior, concluindo que o saber universitário é diferenciado, orgânico e superior, supondo a verdade inesgotável do ser. Citando Luis Vives, Loureiro (1986, p. 13) descreve a universidade como uma “[...] reunião de homens sábios, ao mesmo tempo bons, dispostos a tornar semelhantes a eles os que para aí se achegam com o intuito de aprender.”

Para Wanderley (1988), a Universidade é um local de privilégios, onde se pode conhecer a cultura universal e as várias ciências, tendo como objetivo criar e divulgar o saber, mas nunca se esquecendo de buscar uma identidade própria e adequar-se a realidade nacional. Ela é um instrumento para a formação da sociedade. A Universidade deve garantir o pluralismo ideológico e a liberdade de pensamento, pois desta forma ela cumpre o papel de crítica aos sistemas políticos e as instituições, sobretudo nos países desenvolvidos, onde as mudanças de cunho social são latentes. Já Marcovitch (1998) justifica a existência da Universidade dizendo que ela é o local ideal para uma enriquecedora transição das fases da vida, partindo da adolescência para a juventude e, por conseguinte para a idade adulta. Adicionalmente, Marcovitch ainda descreve a Universidade como formadora da cidadania, pois segundo o autor, uma de suas principais funções é desenvolver a inquietude do ser social.

Oliveira (2007) acredita que a Universidade é um espaço novo de desenvolvimento e preservação dos saberes. Segundo a autora, a Universidade foi criada como uma resposta dos homens medievais às exigências históricas da época, ela possui um sentido de pertencimento social que possibilita imprimir o caráter da universalidade ao agir e ao saber dos homens. A Universidade é o espaço do saber universal.

Quando se estuda qual o papel da Universidade, fica latente a grande importância da mesma para o desenvolvimento da sociedade. Fava de Moraes (2000) acredita que a Universidade possui um importante papel para a formação de pessoas qualificadas e, por conseguinte auxilia no desenvolvimento sócio-econômico de alguma nação. Isto ocorre, sobretudo, quando a Universidade é fundamentada em uma política científica e tecnológica voltada para as relações entre a Universidade, o Governo, as Empresas e outros setores sociais.

Loureiro (1986) acredita na importância da Universidade para o desenvolvimento do local em que ela está inserida, pois ela disponibiliza técnicos e órgãos de pesquisa a serviço da nacionalidade. Para Chauí (2003) a universidade como instituição social determina a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Para ilustrar esta idéia, a autora defende que é fácil observar dentro das Universidades a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. É este tipo de relação entre a Universidade e a sociedade que demonstra que desde seu surgimento a Universidade pública atuou como uma instituição social, embasada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições.

Por fim, segundo o Artigo 52º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as Universidades são “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” E devem se caracterizar por meio da: “Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional” (BRASIL, 1996, p. 16).

### **2.1.2 A Universidade no Brasil**

A influência para o surgimento do ensino superior, e posteriormente, da Universidade no Brasil data da colonização no país. Segundo Loureiro (1986), com a chegada de Tomé de Souza no ano de 1549, os colonizadores passaram a se preocupar com a instrução na nova terra. Esta preocupação fez com que os padres da Companhia de Jesus iniciassem com uma nova escola primária em Salvador, que com o tempo evoluiu e se tornou o primeiro colégio, com ensino secundário e algumas matérias superiores, como por exemplo, letras e ciências (a segunda abrangendo Física, Metafísica, Lógica, Matemática e Ética). De qualquer forma, mesmo com a fundação deste colégio, as maiores personalidades da cultura brasileira realizavam seus cursos superiores na Europa, sobretudo em Coimbra, Paris e Montpellier, afinal, até a vinda de Dom João VI para o Brasil, o país não possuía estabelecimentos de ensino superior. Teixeira (1989) define que, oficialmente, o ensino superior foi instalado no Brasil com a chegada da Família Real, desta forma, visando buscar a cultura existente em Portugal, procurou-se

proporcionar uma cultura semelhante para a corte que então aqui se instalaria.

No início do século XIX, os acontecimentos políticos na Europa culminaram com a transferência da sede do governo português para o Brasil. Nos navios que vieram para o Brasil, além de 15.000 pessoas, dentre elas várias personalidades da cultura portuguesa, foram trazidos também milhares de livros, que podem ser encontrados até hoje na Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro. Com a chegada da família real, no ano de 1808, todas as escolas foram objetos de Cartas Régias, justificando suas criações e as instruções para o seu funcionamento. Tais providências regenciais tinham como objetivo elevar o nível cultural do país em todos os campos intelectuais. Desta forma fica latente a contribuição e o favorecimento do governo de Dom João VI para o início cultural no país (LOUREIRO, 1986).

Explica Loureiro (1986), que a principal evolução do ensino superior no Brasil aconteceu no 2º reinado sob o governo de Dom Pedro II. No entanto, o 1º reinado, sob o governo de Dom Pedro I também teve sua contribuição. A principal contribuição foi a fundação dos Cursos Jurídicos em 11 de Agosto de 1827. Em relação ao segundo reinado, até pela educação recebida, Dom Pedro II era um grande apreciador das ciências, letras e artes, manifestando inclusive um interesse pelo ensino e uma inclinação pelo magistério. Por este motivo, Dom Pedro II se preocupava em manter e aprimorar tudo que já havia sido feito até então e também em criar novas instituições de ensino superior. Durante o seu governo foram criadas em 1875 a Escola de Minas de Ouro Preto, 1880 a Escola de Belas Artes da Bahia e em 1887 a Escola Politécnica da Bahia. Quando se proclamou a república em 1889, o país já possuía em São Paulo e Olinda as escolas de Direito, na Bahia e no Rio de Janeiro as escolas de Medicina, e em Ouro Preto as escolas de Minas e Farmácia.

Em consonância com os esforços da Monarquia, a república prosseguiu na obra educacional do país, fundando, entre os períodos de 1891 a 1937, 31 estabelecimentos de ensino superior, dentre os quais Direito, Engenharia e Medicina representavam 2/3 do total. Entretanto, Teixeira (1989) explica que o ensino nestas escolas superiores era um ensino de tempo parcial, com professores com uma vida profissional fora da escola e, por conseguinte não se dedicando integralmente a academia, oferecendo poucas aulas por semana aos alunos.

É fato que o Brasil sempre ofereceu resistência à idéia da criação da universidade, por estar habituado a somente tê-la na Metrópole (Teixeira, 1989), mas, em meados da primeira década do século XX, esboça-se um projeto universitário, com a união das escolas de Medicina e de Engenharia do Rio de Janeiro a uma escola particular de direito. Então, em 1920, pelo decreto de 7 de Setembro, sob o número 14.343 instituiu-se a Universidade do Rio de Janeiro, durante o governo de Epitácio Pessoa e do Ministro Alfredo Pinto Vieira de Melo. Este projeto baseou-se na reforma do ensino superior intitulada Carlos Maximiliano em 1915. Posteriormente, em 1927, é criada a Universidade de Minas Gerais, seguindo as premissas da anterior.

Nos anos de 1934 e 1935 surgem dois grandes projetos de universidades, a de São Paulo, de caráter estadual, e a do ex-Distrito Federal (sendo logo extinta). Em 1937 a Universidade de São Paulo (estadual) e a Universidade do Rio de Janeiro (federal) são então reestruturadas no modelo da Universidade de São Paulo, representando assim um esforço para se consolidar um padrão universitário. O Quadro 1 apresenta a Evolução do Ensino Superior no Brasil desde seu descobrimento:

<b>Governo</b>	<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
Dom João VI	1808	Escolas foram objetos de Cartas Régias, justificando suas criações e as instruções para o seu funcionamento.
		Objetivou elevar o nível cultural do país em todos os campos intelectuais.
Dom Pedro I	1827	Fundação dos Cursos Jurídicos.
Dom Pedro II	1875	Escola de Minas de Ouro Preto
	1880	Escola de Belas Artes da Bahia
	1887	Escola Politécnica da Bahia
	1889	Escola de Direito de São Paulo
		Escola de Direito de Olinda
		Escola de Medicina da Bahia
Escola de Medicina do Rio de Janeiro		
Escola de Farmácia de Ouro Preto		
República	1891 - 1937	31 estabelecimentos de ensino superior, dentre os quais Direito, Engenharia e Medicina representavam 2/3 do total.
Epitácio	1920	Universidade do Rio de Janeiro

Pessoa (presidente)		
Washington Luís (presidente)	1927	Universidade de Minas Gerais
Armando de Sales Oliveira (governador – SP)	1934	Universidade de São Paulo (estadual)
Getúlio Vargas (presidente)	1935	Universidade do Distrito Federal (logo extinta)
	1937	Universidade de São Paulo (estadual) e Universidade do Rio de Janeiro (federal) são então reestruturadas no modelo da Universidade de São Paulo, representando um esforço para se consolidar um padrão universitário.

**Quadro 1:** Evolução do Ensino Superior no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, a partir de 1940, romperam-se as barreiras e a expansão do ensino superior se deu de maneira inesperada.

## 2.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Desde seu surgimento, várias foram as alterações de marco legal que afetaram a educação superior no Brasil. A partir disso, apresenta-se nas próximas seções as principais mudanças que influenciaram no desenvolvimento da educação superior brasileira, representadas por: As Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); o Plano Nacional da Educação (PNE); e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).



## 2.2.1 As Leis de Diretrizes e Bases da Educação

Loureiro (1986) explica que durante o período republicano ocorreram subseqüentes reformas do ensino, em 1891, 1901, 1911, 1915, 1925 e 1931 até que então foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo Silva (1991), na década de 50, o modelo industrial brasileiro passou a produzir bens que exigiam a utilização de uma tecnologia mais avançada e conseqüentemente um maior volume de mão de obra especializada. Esta situação se agravou ainda mais com a internacionalização da economia, permitindo-se a entrada de capital estrangeiro. Motivado por este cenário, era necessário um ajustamento do sistema de ensino atual. Nesta mesma década, entre 1948 e 1961, foi amplamente discutida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que seria implantada em 20 de Dezembro de 1961.

A referida lei atribuía ao Conselho Federal de Educação, por meio de medidas fiscalizadoras dependentes do Ministro da Educação, decidir sobre o funcionamento de instituições isoladas de ensino superior, federais ou privadas. Nesta decisão caberia; o reconhecimento das universidades para funcionamento, o estabelecimento de duração e do currículo mínimo exigidos nos cursos superiores que assegurassem a obtenção de diplomas e garantissem o privilegiado exercício de profissões liberais, entre outros pertinentes a este nível de ensino. Observa-se que, daquela data em diante, as universidades teriam certa autonomia, no entanto, as instituições isoladas de ensino superior continuariam subordinadas a uma política centralizada.

Teixeira (1989) conceitua esta autonomia como didática, administrativa, financeira e disciplinar, subordinada ao Conselho Universitário, constituída entre os vários cursos, que seria exercida na forma de seus próprios estatutos. Tal autonomia ficou assim definida:

As universidades gozarão de autonomia didática, administrativa financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos.

A autonomia didática consiste na faculdade:

a) de criar e organizar cursos, fixando os respectivos currículos;

b) de estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes cursos sem outras limitações a não ser as constantes da presente lei.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

a) elaborar e reformar, com a aprovação do Conselho Federal de Educação ou

Estadual de Educação, os próprios estatutos e os regimentos dos estabelecimentos de ensino;

b) indicar o reitor, mediante lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes;

c) indicar o reitor nas universidades particulares, mediante eleição singular ou lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo instituidor ou Conselho de Curadores;

d) contratar professores e auxiliares de ensino e nomear catedráticos, ou indicar, nas universidades oficiais, o candidato aprovado em curso para nomeação pelo governo;

e) admitir e demitir quaisquer empregados dentro de suas dotações orçamentárias ou recursos financeiros.

A autonomia financeira consiste na faculdade de:

a) administrar o patrimônio e dele dispor, na forma prevista no ato de constituição, ou nas leis federais e estaduais aplicáveis;

b) aceitar subvenções, doações, heranças e legados;

c) organizar e executar o orçamento total de sua receita e despesas, devendo os responsáveis pela aplicação de recursos prestar contas anuais. (Lei Nº 4.024/61 de 20 de Dezembro de 1961, Art. 80)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Entretanto vale a pena ressaltar que uma das maiores conquistas das universidades públicas brasileiras em relação à autonomia universitária se dá em sua inserção na Constituição federal de 1988, em que ela é garantida em seu artigo 207, que estabelece que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988, p.138) Com essa iniciativa, a autonomia deixa de ser apenas uma norma legal, não podendo ser alterada por meio da via legislativa ordinária o que lhe dá maior solidez.

Entre os anos de 1962 e 1966 novos estatutos foram elaborados pelas Universidades, que diversificaram seus cursos, criaram vários institutos de pesquisa, acrescentaram mais unidades docentes, implantaram novos programas e conseqüentemente aumentaram tanto o corpo docente como o corpo discente. No entanto, Teixeira (1989) mostra que as alterações propostas pela Lei de Diretrizes e Bases não surtiram o efeito esperado em relação às atividades das instituições. Por este motivo, em 18 de Novembro de 1966, sob a inspiração do Conselho Federal de Educação, foi promulgado o decreto de Lei nº 53, fixando os princípios e normas de organização para as universidades federais. Este decreto de Lei altera princípios que foram descritos superficialmente na Lei de Diretrizes e Bases estendendo a quase todas as universidades federais os princípios já vigentes na Lei nº 3.998, de 15 de Dezembro de 1961 que autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, considerada uma experiência renovadora.

Observa Canuto (1987) que esta medida não foi suficiente para atender as demandas da população, que se mostrava insatisfeita com o número insuficiente de vagas oferecida pelo ensino superior público, e a partir de então surgiu a necessidade de reformulação do sistema de ensino superior vigente.

Loureiro (1986) conclui então que, em decorrência de tais fatos, é promovido pelo Governo a Reforma Universitária, por meio da criação de um Grupo de Trabalho, através do Decreto nº 62.937, de 2 de junho de 1968. Este grupo de trabalho tinha como objetivo estudar a reforma da universidade brasileira, com foco na eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e também a formação de recursos humanos capacitados para auxiliar no desenvolvimento do país. Tal reforma é expressa na Lei 539/69, complementada nos decretos 464/69 e 465/69 além de outros decretos e atribui à universidade uma forma de excelência do ensino superior (multifuncional, polivalente, pautada no ensino e na pesquisa, mas pretendendo alocar também a formação profissional) e a faculdade isolada sendo admitida como exceção. Além disso, a reforma também se preocupou com a expansão do ensino superior em todas as camadas sociais.

Como conseqüência, a idéia que a reforma busca alcançar é a de compatibilizar a Universidade com o mercado de trabalho, mas sem se tornar puramente tecnocrata. Complementa Germano (1993) que durante o regime militar o governo enfrentava problemas relacionados a limites de verba e mesmo a educação sendo considerada fundamental

para o desenvolvimento do país os recursos financeiros eram empregados primariamente em setores de acumulação de capital (como agricultura e indústria). Por este motivo, o favorecimento ao ensino superior privado foi à alternativa estudada na época.

Editou-se então a lei 5.540, no ano de 1968, que implantava um novo sistema de ensino superior. Esta mudança promoveria uma ampliação da participação da iniciativa privada no ensino superior. Entre os anos de 1968 e 1970, a reforma conseguiu dobrar o número de instituições de ensino, no entanto, acabou por afrouxar as amarras da expansão ao facilitar a autorização para funcionamento de instituições de ensino superior privadas, conforme podemos observar na tabela 2. No final da década de 70, em uma tentativa de diminuir este crescimento meramente quantitativo, o governo fecha as portas para a autorização de novas instituições de ensino no país (CANUTO, 1987).

**Tabela 2: Número de Matrículas no ensino superior no período de 1960 à 1980.**

Ano	Setor Público		Setor Privado		Total de Matrículas
	Matrículas	Participação	Matrículas	Participação	
1960	132.25	58,5%	93.968	41,5%	226.218
1970	210.61	49,5%	214.865	50,5%	425.475
1980	492.232	35,7%	885.054	64,3%	1.377.286

Fonte: TERRIBILI FILHO, A.; MACHADO, L. M. (2006 p.10).

Nota: Adaptado pelo autor.

Silva Jr. e Sguissardi (2001) analisaram que o sistema federal de ensino superior estaria em crise, pois além dele não conseguir atender a crescente demanda da população ele também não preparava adequadamente os universitários para o Mercado de Trabalho. Esta situação motiva críticas a respeito do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo em vista que algumas instituições poderiam se dedicar exclusivamente ao ensino, logo, este princípio deveria estar restrito apenas a algumas instituições e não a maioria delas. Os autores argumentam que apesar da Lei nº. 5.540, de 1968, definir a universidade como forma de organização do ensino superior, associando-se o ensino, a pesquisa e a extensão, no ano de 2001, das quase 900 Instituições de Ensino Superior existentes no país, apenas 140 eram organizadas como Universidades, sendo as demais,

instituições isoladas, onde muito raramente se faz alguma pesquisa. Além disso, dentre estas 140 Universidades, apenas um quarto delas desenvolviam programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* (Mestrado e Doutorado) e, por conseguinte se ocupavam de pesquisa (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001).

Para superar a crise que se encontrava o sistema educacional, foram definidas propostas de superação em que foram colocadas em práticas várias medidas legais. Silva Jr. e Sguissardi (2001) apontam como as principais medidas:

- a) fomento à maior diferenciação institucional entre as universidades, com um maior incentivo ao desenvolvimento de instituições privadas, com o objetivo de superar o modelo de universidade de pesquisa. A partir de então as Instituições de Ensino Superior (IES) poderiam determinar seus planos de carreira e pisos salariais de acordo com suas realidades orçamentárias;
- b) com objetivo de superar a utilização de verbas federais para unidade do sistema de financiamento do ensino superior público, foi proposto:
  - a diversificação das fontes de financiamento;
  - introdução do ensino pago em todas as instituições por meio da pós-graduação *Latu-Sensu*;
  - vinculação entre os resultados das IES e os financiamentos; liberdade de firmar convênios de assessorias, pesquisas e prestação de serviço no caso de escassez de recursos.
- c) uma reconfiguração do papel do governo, atuando prioritariamente como fiscalizador e regulador, ao invés de se envolver com questões relativas a manutenção;
- d) definição de um eficiente sistema de avaliação, norteado pela busca da eficiência;
- e) facilitar as condições para o ensino privado, com o objetivo de superar os limites da expansão (principal medida para a reconfiguração do sistema de ensino superior brasileiro a partir do ano de 1996).

Na década de 90, uma mudança de marco legal transformou profundamente o setor de ensino superior. Entre várias inovações, a

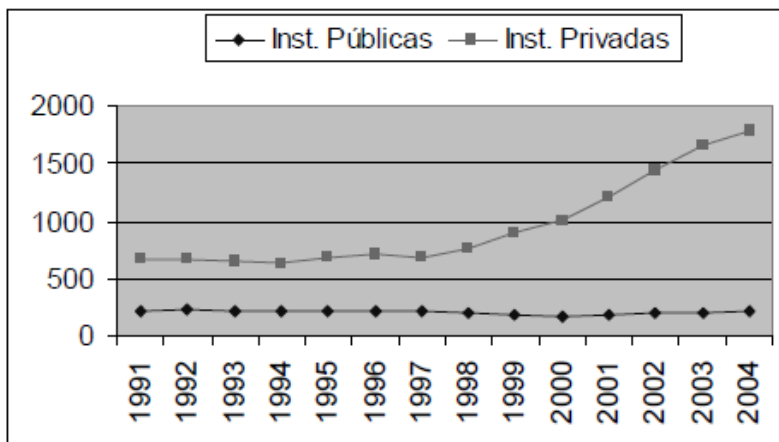
implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação em 1996 (LDB/96) - Lei 9.394/96 – no governo Fernando Henrique Cardoso definiu significativas mudanças para o ensino superior público e privado.

Ao ensino superior público, a LDB assegurou uma autonomia até então inédita para as universidades, esta autonomia consistia em: desenvolver e aplicar seu próprio orçamento; reavaliar operações de crédito; receber doações, heranças, legados e obter cooperação financeira de parcerias público-privadas, tornando legítima a busca pelas mais diferentes fontes de financiamento, sem se isentar da responsabilidade da distribuição de recursos para as instituições. Segundo a LDB/96: “Caberá a União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (art. 55 da LDB, Lei 9.394, de 23 de Dezembro de 1996).

Fica também instituída uma importante medida, em que apenas as universidades terão a obrigação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Tal medida influenciou em uma diminuição do número de universidades, pois além de as universidades precisarem se dedicar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, para se obter (e manter) o título de universidade era necessário 1/3 de professores em regime de tempo integral e com titulação de Mestrado ou Doutorado (art. 52 da LDB, Lei 9.394, de 23 de Dezembro de 1996), universidades que não se adequassem a estas medidas foram então organizadas como Centros Universitários.

A partir de então, são instituídas e suportadas pela lei as “universidades de ensino”. Tais medidas foram de extrema importância para o desenvolvimento do ensino superior privado, pois facilitaram e permitiram a criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos, trazendo empreendedores para o setor na busca de retornos financeiros satisfatórios. De acordo com Amaral (2002), em pouco tempo as instituições privadas eram responsáveis por mais de dois terços das vagas disponíveis, o autor ainda complementa que o que se observou foi uma privatização disfarçada, da educação. Para Silva Jr. e Sguissardi (2001), esta mercantilização da educação superior se torna responsável por uma acirrada disputa institucional, fazendo com que os gestores destas instituições flexibilizassem ao máximo suas ações administrativas com o objetivo de sobreviver às duras disputas do mercado. Esta expansão acima do esperado, com o aumento de

instituições e oferta de vagas, fez com que se chegasse ao cenário atual, de alta competição por alunos e com vários desafios para o setor, como os altos índices de evasão, inadimplência e ociosidade de vagas (MEYER JUNIOR, 2004). A análise de todos os indicadores disponibilizados pelo INEP demonstram que no Brasil o sistema privado cresceu 151,6% de 1996 à 2004. O Gráfico 1 apresenta este crescimento:



**Gráfico 1:** Crescimento das instituições de ensino superior no período de 1991 à 2004.

Fonte: MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO (2005 p. 192).

Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ANDES-SN (1996), o regime jurídico e as exigências do MEC para o ensino privado não asseguravam condições mínimas para o desempenho das atividades acadêmicas pelo fato de estimular o investimento privado e a lucratividade por meio do ensino. As tentações do lucro fácil teriam despertado no setor particular uma situação que se tornou preocupante, marcada pela falta de condições de trabalho, ensino e pesquisa. Silva Jr. e Sguissardi (2001) apresentam que a rede privada, que representa três quartos do número de matrículas, empregava apenas 42% dos docentes da rede de ensino superior e contribuía com apenas 2% das pesquisas e pós-graduação.

A partir destas informações, fica latente que a expansão das instituições privadas de ensino superior ocorreu sem um planejamento aprofundado, destacando ainda, que a referida explosão das mesmas

ocorreu por meio de critérios econômicos, ou seja, não surgiram para suprir necessidades da sociedade local ou regional e, sim, pelo interesse de atuar em áreas economicamente atrativas, por esta razão, a não ser quanto ao número de alunos, o ensino superior público apresenta indicadores que o credenciam como o mais significativo do sistema educacional brasileiro em todas as demais dimensões. Isto pode ser percebido quando observamos a qualificação do corpo docente bem como seu regime de trabalho, a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, a predominância da produção científico-acadêmica tanto no Brasil quanto no exterior (cerca de 95% do total produzido no país), ofertas dos cursos que exigem uma estrutura de preço mais elevado, como por exemplo medicina, odontologia e engenharias e a qualidade dos cursos de Graduação, percebido pelos resultados nos Exames Finais de Curso (antigo *Provão*, atualmente Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, ENADE).

Finalmente, como uma de suas principais iniciativas, a LBD de 1996 determinou que a União encaminhasse ao Congresso Nacional, o Plano Nacional da Educação (PNE), com diretrizes e metas para os dez anos seguintes em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos.

## **2.2.2 O Plano Nacional da Educação (PNE) do Governo Federal**

O primeiro PNE foi lançado em 1962, desenvolvido durante a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Diferentemente do PNE de 2001, que orienta as metas e ações para a educação superior no Brasil até o ano de 2011, o PNE de 1962 foi proposto como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura aprovada pelo então Conselho Federal de Educação e não como um projeto de Lei. Esta iniciativa consistia em uma série de metas quantitativas e qualitativas que deveriam ser cumpridas em um prazo estimulado, neste caso, oito anos. A primeira revisão se deu em 1965, com a inserção de normas provenientes da elaboração de planos estaduais, normas estas que serviram para descentralizar e estimular o plano. A segunda revisão, que levou o nome de Plano Complementar da Educação, ocorreu em 1966 com importantes alterações, sobretudo na distribuição dos recursos federais. A partir de então algumas tentativas



foram elaboradas com o objetivo de se desenvolver o PNE como forma de projeto de Lei, mas as iniciativas não chegaram a se concretizar.

Com a promulgação da LDB de 1996 este cenário se altera, com os artigos 9º e 87º que determinam que caberá a União a elaboração de um Plano, juntamente com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, tais artigos estabelecem que a União deverá encaminhar o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da LDB, traçando diretrizes e metas a se realizar nos 10 anos seguintes.

Concedido o devido direcionamento, em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº. 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação, PNE. O PNE foi assentado sobre três idéias chave: A educação como direito de todos; a educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país; e a educação como instrumento de combate a pobreza e de inclusão social. Em resumo seus principais objetivos são: A elevação, em caráter global, do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino seja ele de qualquer nível; a redução das desigualdades sociais e também regionais, sobretudo em relação ao acesso e a permanência nas instituições de ensino; e finalmente a democratização da gestão do ensino público. O PNE também definiu cinco importantes prioridades:

- a) a garantia de ensino fundamental obrigatório (oito anos de estudo) a todas as crianças de 7 à 14 anos;
- b) garantia de ensino fundamental aos que não o concluíram ou até mesmo não tiveram acesso quanto em idade própria;
- c) ampliação do atendimento em todos os níveis da educação (básico à superior);
- d) valorização dos profissionais da educação; e finalmente
- e) desenvolvimento de sistemas de avaliação para todos os níveis de ensino.

Ao se observar o Ensino Superior, suas principais premissas foram: Fornecer até o final da década, a oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos; Ampliar a oferta do ensino público de modo a assegurar uma proporção de pelo menos 40% do total das vagas; Estabelecer um amplo sistema de educação a distância; Estabelecer um sistema de recredenciamento das instituições, garantindo assim a qualidade; Diversificar a oferta de ensino, investindo em cursos noturnos, modulares e seqüenciais.

O Plano Nacional da Educação demonstra que é necessária a expansão da educação superior pública de origem federal, realizando uma manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, além disso, reconhece a importância do ensino superior privado para a expansão da educação no país, admitindo que a mesma deva continuar, mas com mecanismos de avaliação que garantam a sua qualidade. Em contrapartida, o Plano apresenta uma preocupação em relação à expansão do ensino superior de origem estadual e municipal.

Para o governo federal, a expansão do ensino superior de origem estadual e municipal não deve ocorrer em detrimento da expansão com qualidade da educação básica (os estados sendo responsáveis, em sua maioria, pelo ensino médio e os municípios pela educação infantil e fundamental). Embora, tanto os estados como os municípios tenham contribuído para a expansão do ensino superior, os recursos utilizados devem ser adicionais aos vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação básica (BRASIL, 2001). Tal assertiva pode ser confirmada ao verificarmos a Tabela 3, que demonstra a estagnação e até redução na evolução do número de ingressos por processo seletivo na graduação presencial das instituições estaduais e municipais ante ao crescimento nas instituições privadas e das instituições federais.

**Tabela 3: Evolução do Número de Ingressos por processo seletivo na Graduação Presencial, segundo a Categoria Administrativa - 2002 a 2008.**

Ano	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2002	1.205.140	280.491	122.491	125.499	32.501	924.649
2003	1.262.954	267.081	120.562	108.778	37.741	995.873
2004	1.303.110	287.242	122.899	125.453	38.890	1.015.868
2005	1.397.281	288.861	125.375	122.705	40.601	1.108.600
2006	1.448.509	297.407	141.989	117.299	38.119	1.151.102
2007	1.481.955	298.491	151.640	109.720	37.131	1.183.464
2008	1.505.819	307.313	162.115	111.913	33.285	1.198.506

Fonte: INEP (2009, p. 15)

Para Saviani (2007) o Plano Nacional da Educação se determina em três momentos, em que se realiza primeiramente o diagnóstico da situação, posteriormente as diretrizes a serem seguidas e finalmente o

estabelecimento dos objetivos e metas a serem seguidas durante sua vigência, sempre voltados aos níveis de ensino que compreendem a Educação Básica e a Educação Superior. Dentre as modalidades de ensino o Plano compreende a educação de jovens e adultos, educação à distância, educação tecnológica e formação profissional, educação especial e a educação indígena, além do magistério da educação básica e o financiamento e a gestão da educação. Didonet (2001) defende que o PNE visa responder uma esperança da sociedade brasileira tendo em vista que ele se desenvolve a partir das experiências em administração e planejamento educacional.

Entretanto Saviani (2007) apresenta algumas críticas quanto à atenção dada pelo governo Fernando Henrique Cardoso ao PNE, que foi aprovado no último ano de seu segundo governo. Saviani explica que o PNE sofreu nove vetos, sendo todos ligados a questão do financiamento, que é à base de sustentação do plano. A aprovação do mesmo com os vetos se configurou em um grande desafio, pois não se enxergava uma maneira de atingir as metas sem os recursos necessários. Vale à pena ressaltar que o primeiro projeto do PNE, conhecido como o Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira foi elaborado segundo a vontade popular, e difere do PNE formalmente aprovado em 2001. Valente (2002) descreve as principais diferenças entre o PNE da sociedade brasileira e o PNE do governo. Para Valente, com o objetivo de se universalizar a educação básica, o PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública e a democratização da gestão educacional. Para se alcançar este objetivo, seria fatalmente necessário ampliar o investimento para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. Neste caso, alterar o valor investido em educação (menos de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 90) para 10% do PIB, ao final dos 10 anos do PNE (este valor foi posteriormente reajustado para 7%). Em contra-partida, o PNE do governo persistia na conservação da política educacional atual, defendendo a centralização da formulação e da gestão da política educacional na âmbito federal, além de um progressivo abandono, pelo Estado, das tarefas de manutenção e desenvolvimento do ensino, transferindo-se, sempre que possível, para a sociedade.

Em entrevista concedida ao Portal R7, Saviani (2010) expõe que havia certa resistência do governo para que o percentual investido em educação superasse os 6% do PIB, quando se é analisado que mesmo quando o valor inicialmente pretendido de 10% foi diminuído para 7%

ele não foi aprovado. A conclusão que se chegou é que o PNE passava a se configurar como uma carta de intenções, pois dependia integralmente dos investimentos o que o deixou severamente comprometido.

Quatro dos nove vetos sofridos impactaram diretamente no ensino superior, em específico as metas que: estabelecia que o número de vagas no ensino público não poderia ser inferior a 40% do total do ensino oferecido no respectivo nível; vinculava 75% dos recursos da União voltados para o desenvolvimento do ensino para a manutenção e a expansão da rede federal de ensino; determinava a ampliação de 30% dos programas de crédito educativo aos alunos da rede privada; e finalmente, definia a implantação de planos de carreira gerais para os funcionários das universidades federais. Além disso, houve ainda outro veto que impactou sobre a meta que determinava a ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica (VALENTE, 2002). Camargo (2008) ainda ressalta que o governo atual (Luiz Inácio Lula da Silva) nunca se preocupou em derrubar os respectivos vetos.

Segundo Pinto (2002), além de problemas ligados a falta de recursos, o PNE também apresenta vários problemas estruturais, pois não se demonstra relações de custo, sobretudo custo/aluno, além dele se configurar como um conjunto extenso de metas sem a respectiva avaliação do impacto financeiro das mesmas. Pinto (2002) defende que para se alcançar as metas estabelecidas seria necessário, impreterivelmente, um investimento em educação na ordem de 10% do PIB durante a vigência do PNE.

Saviani (2007) ainda apresenta que não obstante o plano sofrer cortes fundamentais para o seu desenvolvimento, o PNE foi severamente ignorado. O autor explica que de acordo com a lei que estabeleceu o plano, em seu artigo 3º, a implantação deveria ser periodicamente avaliada, com a primeira avaliação ocorrendo no quarto ano de vigência para se corrigir possíveis deficiências. Contudo, no ano de 2004, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nada foi feito para dar cumprimento ao dispositivo legal. Por mais que os parlamentares foram alertados na Câmara dos Deputados a respeito de tal situação, segundo Saviani (2010) o plano foi “solenemente ignorado”. Camargo (2008) ainda complementa tal informação quando defende que o plano foi sistematicamente ignorado pelo executivo federal e por seus congêneres estaduais e municipais.

Saviani (2010) ressalta que neste ano de 2010, o Brasil deverá elaborar um novo PNE, com vigência entre 2011 a 2020. Durante a

Conae (Conferência Nacional da Educação) que aconteceu em Brasília entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010, foram debatidas as prioridades que o Brasil vai instituir para os próximos dez anos. Porém, conforme já foi observado, é grande o questionamento referente ao plano lançado em 2001, em vigor atualmente. A principal preocupação é que apenas 33% das metas deste plano foram atingidas até então. Não se abstendo, Valente (2002, p 107) declara: “É fundamental prosseguir a luta em favor de um verdadeiro PNE.”

Em 2007 o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, que não substitui o atual PNE por se tratar de um programa de metas reunido apenas ações do ministério. Todavia, o lançamento do PDE fez com que o PNE fosse ainda mais esquecido. Para Saviani (2010), a impressão que se passa é que o PNE é ignorado por todos, como se ele não existisse. Para melhor entendimento, sobretudo da correlação entre os dois planos, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) será abordado a seguir.

### **2.2.3 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal**

Segundo o Ministério da Educação, o PDE foi inspirado em uma concepção de educação voltada a formação de indivíduos pautada na capacidade de assumir ambas as posturas criativas e críticas perante a sociedade. O plano tem como objetivo, por meio de uma perspectiva sistêmica, dar consequência, em regime de colaboração, às normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo local, regional ou nacional. Ele possui como razão de ser a importância de se enfrentar estruturalmente a disparidade das oportunidades educacionais, que podem ser territorialmente demarcadas, em centro e periferia, cidade e campo, capital e interior (BRASIL, 2007a).

A partir de então, o PDE se desenvolveu amparado em seis pilares, voltado aos princípios e objetivos constitucionais com o propósito de exprimir o vínculo necessário entre território, educação e desenvolvimento, não se esquecendo da qualidade, equidade e potencialidade. Como pilares do plano foram considerados:

- a) visão da educação como um todo;
- b) territorialidade;
- c) desenvolvimento;
- d) regime de colaboração;
- e) responsabilização;
- f) mobilização social.

O PDE foi apresentado como plano executivo, em que seus programas foram classificados segundo quatro eixos de referência: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Dentro dos limites traçados para esta dissertação, a educação superior será abordada de maneira mais específica.

Para a educação superior, os programas devem ser analisados por meio dos seguintes princípios que se complementam:

- a) expansão da oferta de vagas, visto que o número de alunos matriculados na idade entre 18 e 24 anos ainda está abaixo do esperado;
- b) garantia de qualidade, é preciso expandir não só de maneira quantitativa, esta expansão deve ser feita com qualidade;
- c) promoção de inclusão social pela educação, pois está comprovado que vários jovens tem seu talento desperdiçado quando são sistematicamente excluídos por meio de um filtro de natureza econômica;
- d) distribuição territorial, para que um ensino de qualidade seja acessível a todas as regiões do País, e
- e) desenvolvimento econômico e social, transformando a educação superior como peça fundamental na produção científica e tecnológica, elemento primordial da integração e da formação de uma nação.

Embora o Ministério da Educação apresente que vários estudiosos da educação acreditam não ser necessário incrementar o investimento em educação em relação ao PIB, quando alegam que o índice de 4% de investimento aproxima-se dos investimentos feitos pelos países desenvolvidos, os investimentos foram feitos. De acordo com o ministério, para conseguir superar o século de atraso enfrentado por nosso sistema educacional, os investimentos devem ser na ordem de 6% a 7% do PIB. Neste caso, considerada complementação da União ao

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a partir do 4º ano do lançamento do PDE o acréscimo será de 0,7% do PIB apenas como contrapartida federal (BRASIL, 2007a). O Grupo de Trabalho de Educação da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) complementa esta informação quando apresenta que sem os devidos investimentos, nenhum país jamais conseguiu superar a barreira do atraso educacional. De acordo com a ADUSP, ao se analisar países semelhantes ao Brasil, que superaram (ou ainda estão superando) tal atraso escolar, tais países aplicaram aproximadamente 10% do PIB em Educação, algo ainda distante da realidade nacional. De acordo com a organização, para se manter um desenvolvimento razoável, o investimento deve ser na ordem de 7% do PIB (ADUSP, 2008). Camargo (2008) ainda defende que não é só necessário como imprescindível que a educação seja colocada como prioridade nacional, e que para isto, é fundamental que consideráveis recursos financeiros sejam bem aplicados.

Após definição destas premissas, criando novos programas e utilizando-se de programas já existentes, o PDE os uniu visando atender com qualidade a esta demanda de expansão.

Foram criadas quatorze novas universidades públicas, promoveu-se a expansão de novos campi nas universidades públicas já existentes, tudo por meio do REUNI, ampliada à ação do PROUNI agora atuando juntamente com o FIES, sendo criadas centenas de Institutos Federais de Ensino Superior – IFES, e realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da UAB, com a criação de dezenas de pólos em todo país (BRASIL, 2010a).

Para Camargo (2008), é necessário realizar a expansão, principalmente quando se tem como base que o ensino superior ainda atende uma pequena parcela da população entre 18 e 24 anos, e destes, apenas um em cada dez que tentam o vestibular conseguem uma vaga nas instituições de origem pública. No entanto, Camargo levanta algumas críticas em relação ao plano, como por exemplo, o seu caráter pouco orgânico. O PDE iniciou com 27 ações, passou para 40, posteriormente para 53, o que pode significar certa falta de foco. Além disso, existem poucos dados sistematizados disponíveis. Não existem dados suficientes para embasar o PDE como um verdadeiro plano, pois as informações disponíveis consistem simplesmente de definições meramente genéricas com uma lista de ações a se executar. Outra

observação se refere a respeito de várias iniciativas, como o próprio PROUNI, que já existiam antes do plano, mas mesmo assim são citadas como fruto deste. Camargo conclui que o PDE foi lançado visando mais o marketing político do que a viabilidade financeira. Segundo ele, ao invés de se preocupar em lançar um “novo plano”, o Governo deveria primeiramente se esforçar a atingir as metas do PNE, quebrando os famigerados vetos realizados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Krawczyk (2008), o PDE visa reverter diversas situações que favoreceram para dificultar o governo da área, entre eles o crescimento do número de municípios, o aumento de programas desarticulados, os baixos índices do rendimento escolar. Para a educação superior, a autora destaca o crescimento acelerado e desgovernado das instituições de ensino superior privadas na década de 1990, situação a ser tratada por meio de iniciativas como o PROUNI e FIES. Além disso, por prever ações para todos os níveis de ensino, o plano pode romper com ideais conflitantes e falsas oposições entre a educação fundamental e o ensino superior.

Uma importante medida do plano está em sua subdivisão territorial, pois desta maneira é possível identificar regiões até então desprivilegiadas de oportunidades educacionais, apresentando e atuando sobre as desigualdades encontradas. Krawczyk (2008) defende que para o país continuar se desenvolvendo são essenciais ações que pretendem inserir a educação como uma das bases fundamentais.

Saviani (2007), que já havia feito várias críticas ao PNE, também ressalta vários problemas do PDE. Para o autor, da maneira em que o plano foi apresentado, não se tem garantias se as metas serão cumpridas e terão o feito acreditado. Ele caracteriza o PDE como um guarda-chuva que acolhe todos os programas já desenvolvidos ou em desenvolvimento pelo MEC. Além do mais, todas as ações do PDE estão ligadas sobre os aspectos propostos pelo PNE, o que se caracteriza como certa falta de originalidade. Mais uma vez, conforme defendido por Camargo (2008): Porque não se esforçar para atender as metas do PNE ao invés de lançar o PDE?

Saviani (2007) faz um contraponto entre ambos os planos, PNE e PDE. A conclusão que se chega é que o PDE não pode ser configurado como um plano propriamente dito, afinal, ele se define como um agrupamento de ações que deveriam estar embasadas nos objetivos e metas previstos no PNE, mas que não estão. Embora fosse necessário, o



PDE não foi desenvolvido em conformidade com as metas traçadas ao PNE, logo, não se articula organicamente com ele.

Quando se analisa em ambos os planos a previsão de vagas para as universidades federais, chega-se a conclusão que as metas do PNE são mais arrojadas que as metas do PDE. Enquanto o PDE prevê para o ano de 2017 a duplicação das vagas federais, o PNE previa para o ano de 2010 o índice de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados em instituições de ensino superior, que em termos gerais seria aproximadamente triplicar o número de vagas existentes.

Para Saviani (2007), analisando de uma maneira geral, o PDE contempla algumas das metas do PNE, não se preocupando em abordar todas. O maior problema é que o PDE foi lançado como um plano pelo governo federal, em plena vigência do PNE, pois o PNE não havia sido revogado em momento algum. A impressão que se passou era que o PDE se configurava agora como o novo Plano Nacional da Educação. Os reflexos são de um PNE completamente ignorado pelo governo e várias interrogações para a população.

Saviani (2007) apresenta a base de sustentação do PDE pautada em dois aspectos: o técnico, voltado a dados estatísticos das regiões e dos programas a se implantar, e o financeiro, voltado às ações de fomento dos respectivos programas.

Finalmente, muito tem se discutido a respeito da necessidade de investimentos para a educação básica, em que para alguns empresários a educação superior deveria ser preterida em função da educação básica, mas Saviani (2007, p. 1.253) aponta que:

[...] a formação de professores é, e deve ser cada vez mais, atribuição da educação superior. E, sem professores bem formados, as metas da educação básica não poderão ser atingidas. Portanto, sem uma forte ampliação do financiamento público ao ensino superior, a busca de melhoria da qualidade da educação básica terá dificuldades de chegar a resultados significativos.

Tal opinião é compartilhada pelo Ministério da Educação no PDE quando programas como o PROUNI, FIES, REUNI, Institutos Federais de Ensino Superior e a Universidade Aberta do Brasil destinam certo esforço para formação de professores por meio dos cursos de licenciatura.

O próximo tópico pretende analisar, de uma maneira geral, o financiamento público do ensino superior bem como os programas propostos pelo Governo Federal para a expansão do ensino superior no país.

## 2.3 O FINANCIAMENTO PÚBLICO DO ENSINO SUPERIOR

Considerado o grande responsável pelo novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil, o financiamento público proveniente do governo federal tem sido destinado a todas as modalidades da educação superior. Por essa razão, a presente seção é apresentada por meio de: O Financiamento Público voltado à iniciativa privada, representado pelo FIES e PROUNI; O Financiamento Público voltado às iniciativas técnica e à distância, representado pelos IFES e pela UAB; e por fim o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil.

### **2.3.1 O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI)**

Criado pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de Maio de 1999, o FIES, programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas e com certo nível de insuficiência econômica, surgiu para substituir Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC), que foi instituído em 1975 e que acabou por ter sua carteira suspensa em função da grande inadimplência. Segundo a Caixa Econômica Federal, cerca de 1 milhão de estudantes usufruíram do CREDUC e no ano de 2004 ainda haviam aproximadamente 190 mil contratos em fase de amortização (cerca de R\$1,8 Bilhão), destes, 160 mil estavam inadimplentes, valor correspondente à 84% do total (PINTO, 2004). Em 12 de Julho de 2001, a Medida Provisória (MP) foi convertida na Lei nº 10.260. Entretanto em 14 de Janeiro de 2010, a antiga lei foi alterada por meio de uma nova lei, de nº 12.202, que propôs mudanças permitindo o abatimento de

saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família, a utilização de débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como crédito do FIES pelas instituições de ensino, entre outras providências (BRASIL, 2010b).

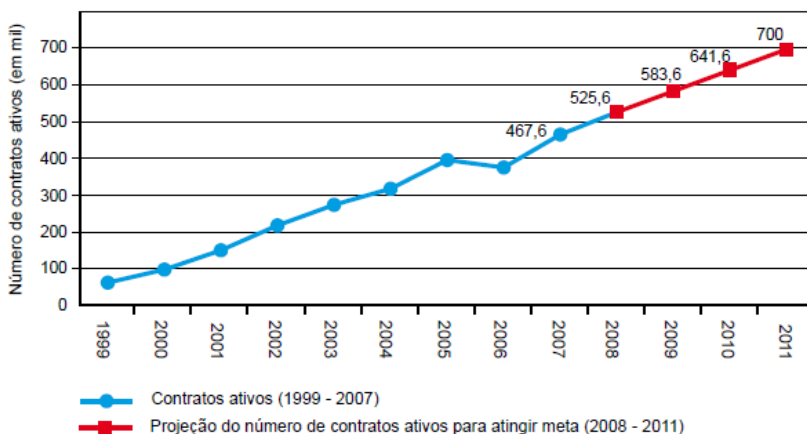
Desde sua criação, o FIES já contemplou mais de 560 mil estudantes e entre contratações e renovações do financiamento já aplicou recursos na ordem de R\$6 bilhões. Havendo disponibilidade dos recursos, tal financiamento pode ser oferecido também para alunos da educação profissional técnica de nível médio, além de estudantes matriculados em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Com a promulgação da nova Lei, em 2010, o FIES passa a funcionar em novo formato, tendo como seu principal agente financiador o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de ter uma queda nos juros que passam a ser de 3,4% ao ano (capitalizada mensalmente, equivalente a 0,27901% ao mês). Outra mudança importante vem tratar de uma situação que era pivô de várias críticas, o fato do FIES poder ser solicitado apenas em um período do ano, com as mudanças ele agora pode ser solicitado em qualquer período.

Para se obter o financiamento, os estudantes que forem aprovados em entrevista pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento devem se apresentar na Caixa Econômica Federal, juntamente com seu fiador(es) e o conjugue do fiador(es) e devem assinar um Contrato de Abertura de Crédito. O financiamento firmado em contrato terá o prazo máximo fixado ao período restante para a conclusão do curso com um prazo de carência para início do pagamento de até 18 meses após a conclusão do curso (CAIXA, 2010).

Andrés (2008), citando fala do Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, apresenta que para ele, é um enorme contra-senso a exigência de fiadores por parte do programa de financiamento, pois como a maior parte é de alunos carentes, estes alunos em várias situações não conseguem se aplicar ao processo seletivo por não possuem fiadores dentro das regras do programa. Pensando nisso, o Governo Federal criou o chamado “Fiador Solidário”, para aumentar as possibilidades de apresentação de garantias para o estudante obter o financiamento. A “Fiança Solidária” é prestada pelos próprios estudantes da instituição de ensino superior que se deseja obter o auxílio, por meio da formação de grupos de no mínimo 3 e no máximo

5 alunos (que não sejam do mesmo grupo familiar) em que cada um será co-responsável pelo pagamento das prestações de todos os integrantes do respectivo grupo. O que mais chama atenção para esta modalidade de garantia é a não exigência de comprovação de rendimentos (CAIXA, 2010). Para Campista et. al. (2009), iniciativas como o prazo de carência de até 18 meses para o início do pagamento do financiamento, as parcelas descontadas em folha de pagamento e principalmente o fiador solidário se caracterizam em um estímulo para a expansão do ensino superior privado.

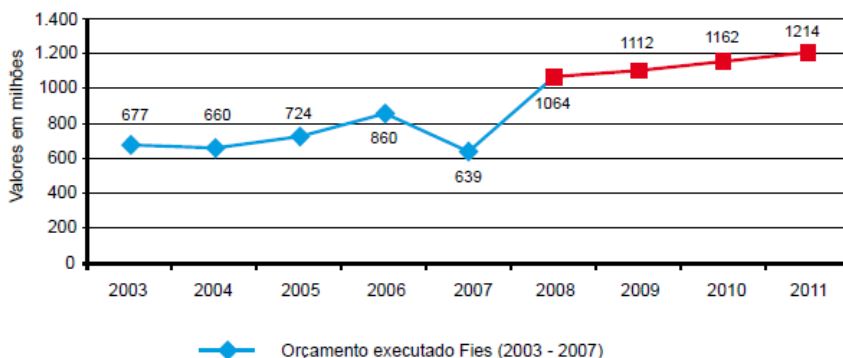
Dados do último relatório disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU apresentam que no ano de 2007 houve a aderência de 1.459 instituições ao programa. Ao final deste mesmo ano, o FIES contabilizava 467,6 mil contratos de financiamento ativos além de projetar alcançar cerca de 700 mil contratos ao final de 2011, conforme apresentado no Gráfico 2 (BRASIL 2009):



**Gráfico 2:** Evolução no número de contratos ativos do FIES 1999 – 2007, e projeção para o período 2008 – 2011 (Projeção feita utilizando um saldo anual médio de 58 mil novos contratos).

Fonte: BRASIL (2009, p.35).

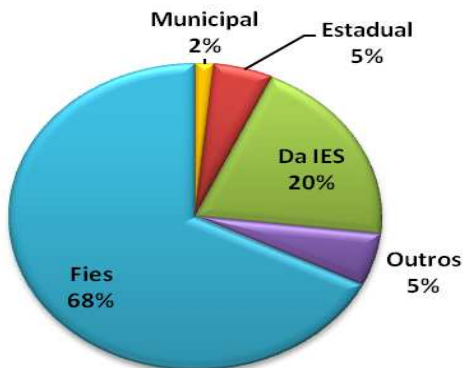
Para se alcançar esta projeção, de acordo com a última prestação de contas realizada pelo MEC (2008) em relação ao FIES, (Relatório de Gestão ano 2008 equivalente ao exercício de 2007) e aos últimos dados disponibilizados pelo TCU (BRASIL, 2009), o governo possui uma previsão orçamentária de mais de R\$4,5 bilhões destinados ao FIES, conforme o Gráfico 3:



**Gráfico 3:** Evolução da execução orçamentária do Fies 2003 – 2007 e previsão orçamentária da ação para o período 2008 - 2011.

Fonte: BRASIL (2009, p.38).

Apesar do grande número de contratos, a taxa de cobertura do FIES tendo como referência o número total do alunado das instituições privadas de ensino superior é de aproximadamente 10%. Tal percentual pode ser justificado dentre vários fatores a meta vetada no PNE estabelecendo que o FIES deveria ser ampliado ao ponto de atingir 30% dos estudantes das IES privadas (CORBUCCI, 2004). Entretanto, em pesquisa realizada pelo Sindicato das Entidades Monitoradoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, SEMESP (2007), sobre os programas de financiamentos educacionais reembolsáveis disponíveis, o FIES é líder absoluto conforme mostra o Gráfico 4:



**Gráfico 4:** Distribuição dos financiamentos disponíveis.  
Fonte: SEMESP (2007).

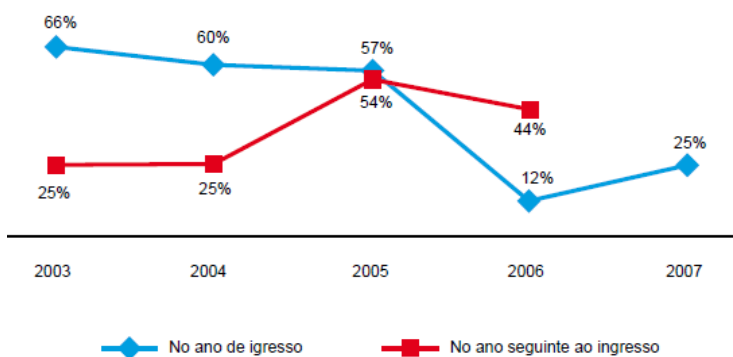
Mesmo assim, o FIES não ajuda diretamente para se atingir a principal meta do PNE, de 30% dos jovens entre 18 a 24 anos matriculados em uma instituição de ensino superior, pelo motivo do programa ser voltado para a permanência do estudante na instituição e não para a expansão. Tal observação pode ser confirmada ao se analisar que não existem mecanismos que permitam a obtenção do financiamento sem já estar regularmente matriculado em uma IES (BRASIL, 2009).

Para Duarte (2004), o FIES pode ser enquadrado como financiamento bancário, mas com finalidade claramente social. De acordo com o autor, a lei que instituiu o FIES possui duas finalidades:

- a) mitigar a dificuldade da população universitária carente, fornecendo a possibilidade de se concluir o curso graduação; e
- b) definir uma parceria com as IES privadas, ajudando a atingir ambos objetivos das instituições e do governo. O governo aumentando o número de estudantes freqüentes e concluintes do ensino superior e as instituições de ensino diminuindo a evasão e aumentando seu número de alunos. Além disso, as IES participantes são reembolsadas dos custos com títulos (Certificados Financeiros do Tesouro – CFT) que podem ser utilizados para liquidação de encargos vinculados a Previdência Social.

A iniciativa de se reembolsar as IES com CFT visa também enfrentar o grande débito das IES privadas com a Previdência. Segundo Andrés (2008), em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realizada em 30 de Maio de 2007, o secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil noticiou que os débitos totais das IES privadas ligados a contribuições previdenciárias aproximavam-se de R\$8,3 bilhões.

Em relação ao objetivo primordial que o propõe o FIES, atender parte do alunado carente, Carvalho (2006) não acredita que o programa seja a alternativa mais viável, pois existe uma defasagem entre a taxa de juros do financiamento e a taxa de crescimento da renda do recém formado que também são relacionadas ao aumento da taxa de desemprego da população com o diploma de nível superior. Por este motivo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), passa a ser visto como melhor alternativa por parte dos estudantes. Dados do último Relatório de Gestão do FIES, apresentados pelo MEC (2008), mostram que os processos seletivos apresentam quedas em relação ao total de inscritos registrados. No ano de 2007 foram 91.859 estudantes validados *versus* 107.932 no ano de 2006, representando uma queda na ordem de 15%. Entre os anos de 2005 e 2006 a queda foi ainda maior, 135,1 mil estudantes para 107,9 mil, representando 20%. Tal situação fica ainda mais clara quando se analisa o Gráfico 5, referente ao percentual de contratos firmados no primeiro ano do estudante na instituição de ensino superior contra os contratos firmados no ano seguinte:



**Gráfico 5:** Percentual de contratos firmados no Fies no ano de entrada dos estudantes na universidade e no ano seguinte, em relação ao número de contratos do ano.

Fonte: BRASIL (2009, p.49).

A queda substancial do percentual dos contratos assinados no primeiro ano do curso a partir do ano de 2006 está provavelmente ligada à implementação do PROUNI, que abstraiu boa parte da população com renda per capita de até 3 salários mínimos (regra para se obter a bolsa integral). Tal escolha é considerada normal, visto que o aluno participante do PROUNI não precisa fazer nenhum ressarcimento ao governo no futuro (BRASIL, 2009).

O Programa Universidade para Todos – PROUNI foi criado pela medida provisória nº213/2004, convertido na Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005. Tal lei regula a ação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. O programa é destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (de 50% e de 25%) aos estudantes de graduação em instituições privadas de ensino superior, sendo elas com ou sem fins lucrativos, e que não possuem diploma de curso superior. Para concorrer as bolsas de estudo, os estudantes são pré-selecionados pelos resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelo perfil socioeconômico, não podendo exceder a renda per capita de 1 (um) salário mínimo e 1/2 (meio) para bolsas integrais e 3 (três) salários mínimos para as bolsas parciais. Estão aptos a concorrer às bolsas:

- a) estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escola da rede pública ou em instituição privada, desde que tenham recebido bolsa de estudos integral para tal;
- b) estudante portador de deficiência e;
- c) professor da rede pública de ensino, dentre os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia.

Além disso, os alunos contemplados precisam manter aproveitamento acadêmico de no mínimo 75% dos pontos distribuídos em cada disciplina no semestre letivo para se manterem no programa.

Toda instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, podem aderir ao Prouni, desde que assine um termo de adesão, que terá validade de 10 anos, concordando em oferecer pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes ou uma bolsa integral para cada 22 estudantes desde que forneça bolsas parciais até que a soma dos benefícios concedidos atinja 8,5% da receita anual dos

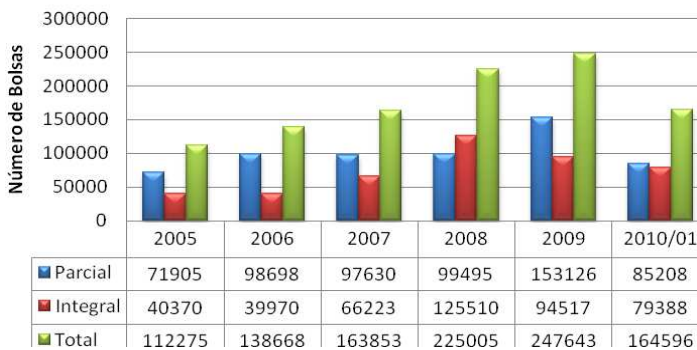


períodos letivos que já possuem bolsista Prouni. As instituições que aderirem ao programa ficarão isentas, durante o período de adesão, dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL);
- c) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e;
- d) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Serão desvinculados do programa cursos considerados insuficientes de acordo com os critérios de desempenho definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por duas avaliações sucessivas (BRASIL, 2005a). Em 2005, primeiro ano de funcionamento do programa, houve adesão de 60% das IES privadas (1.142), número relativamente significativo que demonstrou o interesse das instituições pelo mesmo (ANDRÉS, 2008).

Desde sua criação, incluindo o 1º semestre de 2010, o Prouni já ofertou mais de 1 milhão de bolsas de estudos conforme o Gráfico 6, no entanto, até o 2º semestre de 2009 (últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação) aproximadamente 600 mil estudantes foram contemplados, sendo mais de 70% com bolsas integrais (MEC, 2010b).



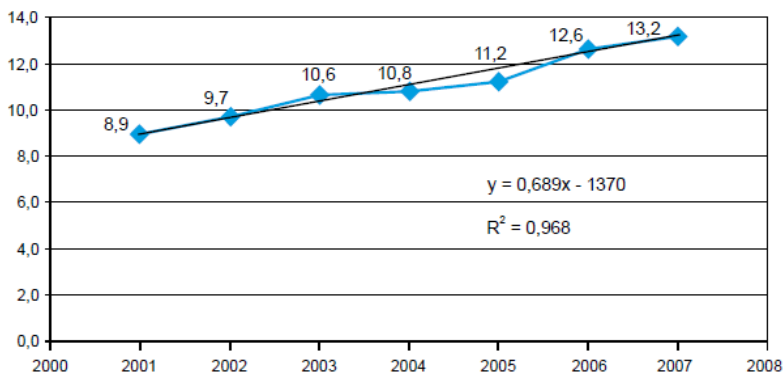
**Gráfico 6:** Prouni – Número de bolsas ofertadas em função do ano.

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados do Ministério da Educação (MEC, 2010b).

Embora ainda exista um grande número de vagas ociosas (em sua maioria de bolsas parciais), fica latente o crescimento do programa em

função dos anos. Entretanto, Carvalho (2005) acredita que o Prouni seja um programa que promova o acesso e não a permanência, pois em diversos casos os estudantes não possuem condição financeira suficiente para se manterem nas instituições de ensino, inclusive os com bolsa integral (e mais desfavorecidos economicamente). Segundo a autora, os estudantes de baixa renda precisam de condições que somente as instituições públicas oferecem como, por exemplo, moradia estudantil, alimentação por meio dos restaurantes universitários, assistência nos hospitais universitários, entre outros. Pensando nisso, o governo instituiu a Bolsa Permanência, por meio da Lei nº. 11.180/2005, com o objetivo de financiar as despesas educacionais dos estudantes que possuem bolsa integral. Este auxílio, que equivale a R\$300,00, pode ser solicitado por estudantes com bolsa integral e que estejam matriculados em cursos de graduação presenciais com seis ou mais horas de carga horária diária (MEC, 2010b). De acordo com a Portaria nº 569 do MEC, os cursos em que podem haver beneficiários dentro do limite de carga horária estipulado são: Agronomia, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina, Odontologia e Veterinária (BRASIL, 2006a). Para Catani et. al. (2006) esta iniciativa não basta para manter a permanência, tendo em vista que vários alunos que possuem bolsas parciais podem ter dificuldades para realizar o pagamento, e em função disso não conseguem realizar a renovação da matrícula, conforme Art. 5º, da Lei 9.870/99, o que ocasionaria em maior probabilidade de evasão. Para sanar este problema, algumas alternativas foram elaboradas pelo governo federal, como a possibilidade do aluno que possuir bolsa parcial do Prouni financiar o restante por intermédio do FIES.

Carvalho (2006) afirma que o principal indicador que motiva a criação de tal programa é o baixo índice aquém da meta de 30% do PNE de alunos entre 18 e 24 anos frequentando o ensino superior. Desta forma, mesmo com um crescimento relativamente discreto, dados do Tribunal de Contas da União – TCU apresentam que o Prouni tem gerado certa diferença na margem deste crescimento, conforme pode ser observado no Gráfico 7 (BRASIL, 2009):



**Gráfico 7:** Evolução da frequência líquida à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos, 2001-2007.

Fonte: Brasil (2009, p.43).

De acordo com o Gráfico 7, a taxa média de crescimento anual é de 0,7%. No entanto, a partir de 2005, observa-se uma mudança nesta taxa média que variou de 11,2% para 13,2% (2005-2007), mostrando uma aparente mudança no crescimento médio anual. Considerando apenas este respectivo período, observa-se então um crescimento anual de 1%. Desta forma, fica evidente a contribuição do Prouni que possibilitou o ingresso de 276,4 mil novos estudantes no ensino superior no período citado (BRASIL, 2009).

De qualquer forma, o governo tem sido severamente questionado por várias características do Prouni. Um dos principais questionamentos se refere à funcionalidade da isenção de tributação das IES participantes. Segundo o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ao invés de aumentar o número de concessões fiscais para as instituições privadas o governo deveria se preocupar em criar um programa de regulamentação para o setor (ANDRÉS, 2008). Em relatório apresentado pelo TCU, foi observado que da maneira que o Prouni foi concebido, ele permite que as IES que possuem menos bolsistas em atividade recebam o mesmo percentual de isenção das instituições que possuem o máximo de bolsistas atuantes. Ou seja, se uma instituição ofertar dez bolsas para um respectivo curso e destas apenas duas forem efetivamente preenchidas, a isenção recebida será como se todas as bolsas tivessem sido ocupadas (BRASIL, 2009). Carvalho (2005) ainda complementa apresentando a diferença de incidência de tributos por categoria institucional, comparando as instituições com fins lucrativos e

sem fins lucrativos (beneficente e não beneficente) discriminando a base de cálculo e as alíquotas dos principais tributos federais, conforme o Quadro 2:

Tributos	Com fins lucrativos		Sem fins lucrativos			
			Beneficente		Não-Beneficente	
	SEM Prouni	COM Prouni	SEM Prouni	COM Prouni	SEM Prouni	COM Prouni
<b>IRPJ</b>	25% x lucro	-	-	-	-	-
<b>CSLL</b>	9 % x lucro	-	-	-	-	-
<b>COFINS</b>	7,6% x receita	-	3% x receita	-	-	-
<b>PIS</b>	1,65% x receita	-	1% x folha	-	1% x folha	-
<b>INSS</b>	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	-	-

**Quadro 2:** Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES.

Fonte: Carvalho e Lopreato (2005, p. 102) modificado pelo autor.

A análise do Quadro 2 apresenta que as instituições mais beneficiadas pelo Prouni são as declaradas como instituições com fins lucrativos, tendo em vista que as mesmas ficam isentas de praticamente todos os tributos que recolhiam. Para as instituições declaradas sem fins lucrativos, pouca coisa muda, sendo que a isenção se dá sobre uma

carga de impostos que não causa um impacto tão grande no total arrecadado pelas mesmas.

Todas as informações apresentadas geram um impacto direto em uma variável crucial para o programa: o custo/aluno. De acordo com o Tribunal de contas da União, por meio desta política e a manutenção do programa, o governo tem gastado um valor considerável nas bolsas de estudo, conforme dados da Tabela 4:

**Tabela 4: Custo de cada bolsa ProUni para o Estado, segundo o tipo de instituição de ensino superior privada, em 2006.**

<b>Tipo da Instituição</b>	<b>Nº de Instituições</b>	<b>Índice de Equivalência [A]</b>	<b>Renúncia (Milhões R\$)* [B]</b>	<b>Custo Bolsa Anual (R\$) [C]=[B]/[A]</b>	<b>Custo Bolsa Mensal (R\$) [D] = [C] / 12</b>
<b>Com fins lucrativos</b>	311	55.305	328,2	5.935	495
<b>Sem fins lucrativos não-beneficente</b>	182	26.433	290,5	10.992	916
<b>Sem fins lucrativos Beneficente</b>	126	49.35	617,6	12.515	1042
<b>TOTAL</b>	<b>619</b>	<b>131.087</b>	<b>R\$1.236,40</b>	<b>R\$9.432,00</b>	<b>R\$786,00</b>

Fonte: Brasil (2009, p.73).

Notas: Conforme Nota RFB/Audit/Copac nº 006, as apurações foram feitas com base nos dados extraídos das declarações de imposto de renda pessoa jurídica, recebidas pela RFB. As informações relativas às instituições com fins lucrativos foram originadas de campos específicos da declaração onde consta a isenção para o Pronui. As informações relativas às instituições sem fins lucrativos forma originadas em campos da declaração onde são informadas as receitas de venda

de bens e prestação de serviços (o que pode inflar os valores relativos renúncia de receita). Segundo a nota, os cálculos refletem as informações prestadas pelas contribuintes, portanto deve-se levar em consideração a possibilidade de existência de erros de preenchimento nas declarações e a necessidade do devido tratamento estatístico.

A Tabela 5 expõe claramente a diferença entre o valor da bolsa nas instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Nas instituições com fins lucrativos, tendo como referência o ano de 2006, o custo/ano da bolsa (R\$5.935,00) equivale a menos da metade do custo/ano da bolsa das instituições sem fins lucrativos e beneficentes (R\$12.515,00) que não se alteram muito do valor da bolsa/ano das instituições sem fins lucrativos e não beneficentes (R\$10.992,00). Isto ocorre pelo motivo das instituições com fins lucrativos serem em maior número e por sua vez possuírem mais bolsistas. Quando se analisa o custo médio da bolsa pago pelo governo em relação ao valor real da vaga para se estudar nestas instituições, os resultados são alarmantes, conforme a Tabela 5:

**Tabela 5: Comparativo entre a mensalidade média dos cursos do Proni em 2008 e o custo médio de cada bolsa em 2006 por tipo de entidade.**

<b>Tipo da Instituição</b>	<b>Mensalidade Média (R\$)</b>	<b>Custo médio da bolsa (R\$)</b>
Com fins lucrativos	435,99	495,00
Sem fins lucrativos não beneficentes	504,39	916,00
Sem fins lucrativos beneficentes	596,66	1.043,00
<b>TOTAL</b>	<b>499,82</b>	<b>786,00</b>

Fonte: Brasil (2009, p. 74).

De acordo com a análise do Tribunal de Contas da União, principalmente em relação às instituições sem fins lucrativos, o governo tem pagado mais caro pelas vagas nas respectivas instituições do que o que elas realmente valem. A solução apontada pelo respectivo órgão público é melhorar o acesso ao programa, diminuindo ao máximo o número de bolsas ociosas, que afetam diretamente ao valor final do custo/aluno, tendo em vista que os custos relacionados às vagas não

ocupadas são também contabilizados nas bolsas efetivamente ocupadas (BRASIL, 2009).

Segundo o MEC, o custo médio anual do estudante do Prouni tem caído gradativamente, à medida que os anos passam e mais bolsistas ingressam nas instituições. A expectativa é que o custo caia ainda mais, pois todo ano as instituições de ensino participantes devem oferecer uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes pagantes, conforme previsto em Lei. O MEC ainda alega que a renúncia fiscal não se altera proporcionalmente ao número de alunos que ingressam, o que viabiliza o programa (ANDRÉS, 2008). Corbucci (2004) complementa que segundo os dirigentes do MEC o nível de evasão fiscal neste tipo de setor é tão grande que os valores que o governo deixa de arrecadar por meio da contribuição acaba sendo pequeno relacionado às vantagens que a expansão da educação superior pode trazer ao país.

Além das várias críticas relacionadas ao procedimento de renúncia fiscal, outro ponto tem sido exaustivamente discutido: a qualidade das instituições de ensino participantes e a educação que este bolsista está recebendo. Andrés (2008) considera este o maior ponto fraco do programa e também o alvo preferencial das críticas.

Para Catani (2006), os cursos superiores ofertados pela maioria das instituições participantes são de qualidade duvidosa com as demandas voltadas diretamente ao mercado de trabalho. Ele considera o Prouni um programa que reforça a estratificação social existente no Brasil, trazendo uma falsa noção de democratização, pois corrobora com o cenário atual da educação brasileira, em que se distingue a camada social dos estudantes pelos tipos de instituições que os mesmos frequentam. Para Segenreich (2009), o motivo dos alunos serem classificados pela nota do ENEM é também um fator preocupante, pois a autora acredita que devido a tal iniciativa não serão as melhores instituições de ensino superior que receberam os alunos provenientes das camadas mais pobres da população. A autora considera o Prouni um programa que resolve parte do problema nacional, tendo em vista que a maior concentração de IES privadas está no Sudeste e no Sul respectivamente (inclusive em Ensino à Distância (EaD)), e a maior parte da população carente está concentrada no Norte e no Nordeste, além disso, existe pouca informação em relação às bolsas para o EaD financiadas pelo Prouni impossibilitando de acompanhar e avaliar a implantação da política nesta modalidade. Como sugestão para o problema de qualidade dos cursos oferecidos, Corbucci (2004) propõe

que ao invés de conceder renúncia fiscal, os recursos arrecadados por meio das IES privadas poderiam ser utilizados para expandir a rede pública de ensino superior.

Embora existam várias críticas e questionamentos em relação ao programa, fica clara a importância do mesmo para a expansão da educação superior no Brasil. Existe uma demanda reprimida por parte da população que começa a ser atendida por meio do Prouni, fato este que pode ser observado as vésperas de seleção do programa por meio do número de visitas ao site do Ministério da Educação. Em 2006/02, houve 200.792 inscrições e apenas 23% dos candidatos foram contemplados. Outro dado importante se diz a respeito do número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), requisito essencial para a participação do programa. De acordo com os dados do INEP, 1.547.222 pessoas tentaram o exame em 2004, no ano seguinte 3.004.491, um acréscimo na ordem de 94%. Outro dado importante está relacionado a renda per capita familiar dos estudantes de graduação na faixa etária entre 18 a 24 anos no país: o número de estudantes matriculados é diretamente proporcional a renda, enquanto 35% dos estudantes matriculados vivem em famílias com mais de 3 salários mínimos per capita, 1,5% dos estudantes regularmente matriculados vivem em famílias com até 1 salário mínimo per capita. Além do mais, 86% da população entre 18 e 24 anos se enquadram na faixa de menos de 3 salários mínimos per capita, que é o foco do programa em questão (CARVALHO, 2006).

Finalmente, conforme defende Andrés (2008), por mais que o programa precise de ajustes e ainda haja espaços para evoluir, o Prouni se enquadra como um importante passo rumo à democratização da educação superior no Brasil, principalmente se considerarmos que o Prouni criou 112.275 vagas no ano de 2005 e este número foi quase o mesmo oferecido por toda a rede federal de ensino superior no mesmo ano, que foi de aproximadamente 133 mil vagas. Tal iniciativa então fez com que o acesso aumentasse em 84,4% naquele ano, um número positivamente expressivo perante a nossa realidade. E a expectativa é que a partir da articulação do Prouni com o FIES, mais pessoas consigam vislumbrar o sonho de obter o diploma superior.

A articulação entre o FIES e Prouni é datada desde a criação do mais novo deles, o Prouni, em 2004. Segundo Corbucci (2004), para se credenciar a instituição de ensino ao FIES as instituições são



condicionadas a aderirem ao Prouni. No entanto, os programas só passaram a trabalhar juntos efetivamente a partir de 2005.

Visando aumentar a permanência dos estudantes que foram contemplados com bolsas parciais do Prouni, a partir do ano de 2005 o FIES passou a conceder o financiamento estudantil para aqueles que se caracterizavam nesta situação (CAIXA, 2010). Entretanto, tal medida não foi totalmente eficiente, pois o financiamento concedido era de apenas 25% da mensalidade e contemplava somente os estudantes que possuíam a bolsa parcial do Prouni de 50% (excluindo todo o contingente de alunos que possuíam as bolsas de 25%).

A partir de então, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação e por meio do Projeto de Lei nº 920, de 2007, foi realizada uma alteração no funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que passou a se complementar integralmente com o programa de bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni). Segundo o Ministério da Educação, o PDE, motivado pelo desempenho dos alunos bolsistas do Prouni, ampliou o PROUNI por meio de sua articulação estrutural com o FIES. O PDE propôs uma reformulação do FIES para contemplar a ampliação do prazo de amortização do financiamento, o aumento do percentual que pode ser financiado (até 100%), a redução dos juros (de 6,5% para 3,5% a.a), a consignação em folha e o fiador solidário, alterações que, unidas ao Prouni, permitiriam ampliar ainda mais o acesso ao ensino superior. Alunos que possuírem bolsa parcial do Prouni (50% ou 25%) poderão solicitar o FIES para financiar o restante (BRASIL, 2007a).

Embora sejam programas bem diferentes, ambos têm um foco em comum: Aumentar e proporcionar a permanência do alunado nas instituições privadas de ensino superior. Tal característica fez com que o Tribunal de Contas da União (TCU) fizesse uma análise dos programas conjuntamente, sugerindo então melhoras para que se alcancem os objetivos esperados. O primeiro problema que pode ser apontado é em relação à conformidade com o Plano Nacional da Educação. Para o TCU, ambos os programas foram criados e executados de maneira pontual, sem a articulação necessária e não voltados a diretrizes de um plano mestre, que neste caso seria o PNE, o que tornou de certa forma a principal meta, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados em instituições de ensino superior, irrelevante. Outra deficiência apontada está em relação à distribuição de bolsas e financiamentos, para se

realizar tal distribuição não houve qualquer estudo para apontar quais áreas do país possui mais carência e demanda por profissionais, além disso, cursos que são considerados de maior prioridade pelo MEC possuem um baixo percentual de ocupação de alunos. A falta de fiscalização *in loco* do Ministério da Educação nas instituições participantes é também um fator preocupante, visto que boa parte do processo para conceder os benefícios passa pela própria instituição, o que pode prejudicar participantes que estariam aptos a receber tais benefícios bem como ajudar participantes que não poderiam ser contemplados. Em pesquisa realizada com parte do alunado contemplado, 10% dos alunos do Prouni disseram conhecer pessoas que são contempladas pela bolsa e já possuem diploma de graduação superior ou estão também realizando algum curso de ensino superior em outra instituição pública e gratuita. Além disso, 18% dos alunos que receberam bolsas do Prouni e 22% dos alunos que contrataram o Fies sabem de casos de pessoas que não poderiam participar dos programas, mas que também foram contemplados (BRASIL, 2009).

Para Andrés (2008), os programas devem ser pensados tendo como premissa o caráter social que eles representam para o País, e não como ferramentas que irão ajudar os empresários do ensino superior gerar mais lucros e os estudantes carentes a contraírem dívidas, tendo em vista que nem todos os alunos são absorvidos pelo mercado de trabalho após a formação. A articulação é benéfica, mas deve ser tratada com certa cautela. Tal reflexão é também complementada quando a autora se refere às declarações feitas pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) a respeito desta alteração nos programas, que passaram a se complementar. Segundo Andrés, o presidente da UNE acredita que a articulação é positiva, mas que o MEC deve realizar uma fiscalização rígida nas instituições participantes, pois se houver aumentos abusivos nas mensalidades, o valor financiado também vai crescer, podendo se tornar um problema para o estudante no período de amortização.

A complementaridade entre os dois programas a partir do PDE foi o eixo norteador que faltava, pois o plano tem seus objetivos e metas para o ensino superior. A possibilidade de se financiar até 100% do valor não contemplado pela bolsa é uma maneira de se garantir a permanência dos alunos nas instituições privadas de ensino superior, que há vários anos vem amargando altos índices de evasão. Entretanto, para minimizar ainda mais as possibilidades de evasão dos alunos que

possuem bolsas parciais, o Tribunal de Contas da União sugere que os processos seletivos do Prouni e do Fies sejam integrados, evitando que o bolsista parcial fique muito tempo sem gozar de um financiamento complementar (BRASIL, 2009).

Por fim, os dados apresentados demonstram que ambos os programas, Prouni e Fies, tem sua importância para garantir não só o acesso como a permanência do estudante no ensino superior, de maneira a ajudar o país no seu desenvolvimento educacional e a partir das mudanças propostas pelo PDE ir de encontro com a principal meta do PNE. Entretanto, para que a gestão, manutenção e principalmente a articulação destes programas seja benéfica para a sociedade, para as instituições e para o governo, alguns ajustes ainda necessitam ser realizados, conforme aconselha o TCU. Como sugestão para aprimorar esta complementaridade, o TCU recomenda a integração de ambos os programas em um só, simplificando a burocracia existente e uniformizando os processos e operações, tendo em vista que a falta de funcionários para aproximar o Ministério da Educação das instituições participantes é uma das principais reclamações do próprio MEC (BRASIL, 2009). Finalmente, para Segenreich (2009), o Prouni e o Fies podem ser considerados como a democratização para o ensino superior privado assim como a Universidade Aberta do Brasil pode ser considerada para o Ensino Superior público à distância no Brasil.

### **2.3.2 A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Instituto Federal de Ensino Superior (IFES)**

Desde a aprovação da LDB de 1996, a implantação do Ensino a Distância (EaD) está regulamentada em todas as modalidades e níveis de ensino sendo classificada para as instituições de educação como uma forma de extensão. Tal regulamentação possibilitou as instituições de ensino o desenvolvimento de cursos em várias modalidades, incorporando diferentes conteúdos além de procedimentos de avaliação e práticas pedagógicas (COELHO, 2009).

Os primeiros passos da Universidade Aberta do Brasil começaram a ser dados em Agosto de 2005, em um curso piloto de Administração que passou a ser desenvolvido. O objetivo era que a UAB ofertasse inicialmente cerca de 3 mil vagas, em que seriam destinadas 500 por estado sendo 20% para a comunidade e 80% para as

entidades patrocinadoras, neste caso o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ao final do processo, o curso envolveu 18 universidades federais e gerou aproximadamente 10 mil vagas, superando substancialmente as metas iniciais (SEGENREICH, 2009).

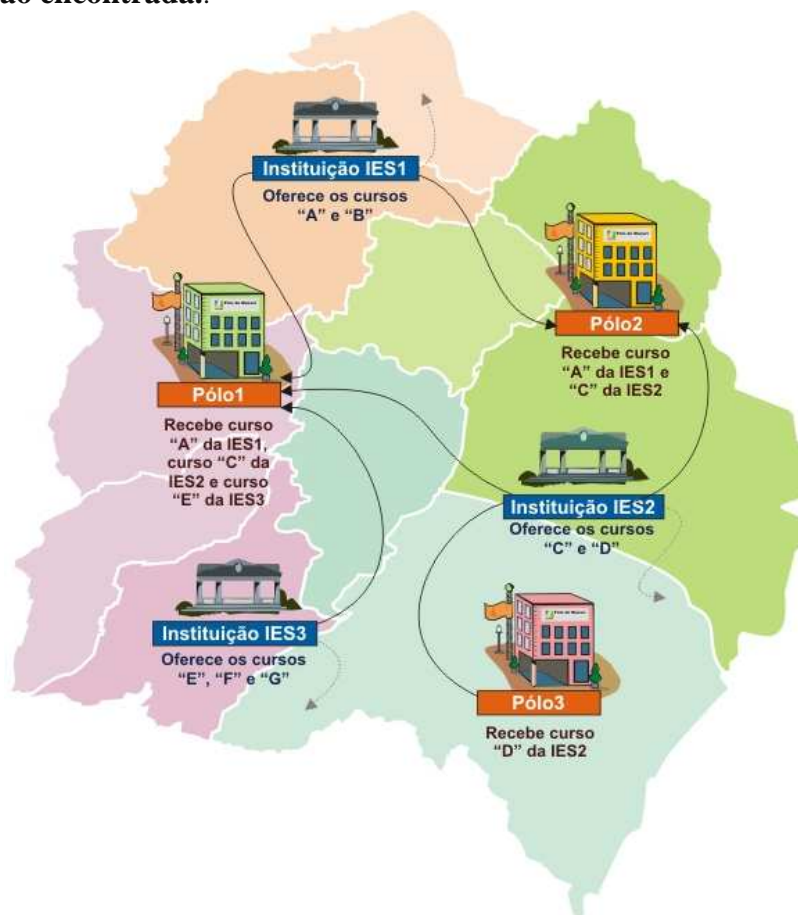
Nove anos após a promulgação da LDB de 1996, em 19 de Dezembro de 2005, a EaD foi finalmente regulamentada pelo Decreto nº5.622 (BRASIL, 2005b). Tal decreto deu forças para que em 8 de Junho de 2006 a Universidade Aberta do Brasil (UAB) fosse instituída por meio do Decreto nº5.800, voltada para o desenvolvimento do ensino superior à distância com o propósito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de ensino superior no Brasil. A UAB foi instituída tendo como preceito sete objetivos:

- a) oferecer de maneira prioritária, para professores de educação básica, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada;
- b) oferecer cursos para gestores e funcionários da educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal visando a capacitação superior;
- c) oferecer, nas diferentes áreas de conhecimento, cursos superiores;
- d) expandir o acesso para o ensino superior público;
- e) reduzir as desigualdades entre todas as regiões do país no que tange a oferta do ensino superior;
- f) instituir amplo sistema educacional superior, na modalidade à distância;
- g) fomentar o desenvolvimento da EaD no país (BRASIL, 2006b).

Segundo o MEC (2010c), à UAB é um programa de responsabilidade da Diretoria de Educação à Distância (DED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em parceria com a Secretaria de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A UAB consiste em um sistema integrado composto por universidades públicas que visa fornecer cursos de nível superior para parcelas da população que encontram dificuldades para cursá-los presencialmente, seja por falta de oportunidade em suas respectivas regiões ou por falta de condições financeiras, utilizando para isto a

metodologia da educação à distância. Por este motivo o sistema UAB tem em vista expandir e interiorizar a oferta do ensino superior no país. Além disso, ela propicia uma articulação entre os três níveis governamentais, Federal, Estadual e Municipal com as universidades públicas, visando atender às demandas locais por educação superior. Serão estas medidas que determinarão qual instituição de ensino superior será responsável por ministrar determinados cursos em municípios ou microrregiões definidas por meio dos pólos de apoio presencial, conforme apresentado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**



**Ilustração 1:** Estrutura de Funcionamento da Universidade Aberta do Brasil.

Fonte: MEC (2010c).

Após esta articulação, o Sistema UAB será responsável por fomentar as ações que assegurem o bom funcionamento dos cursos oferecidos, como: a produção e a distribuição de todo o material didático utilizado; compra de livros para as bibliotecas; utilização de tecnologias da informação e comunicações para facilitar a interação entre os professores, tutores e alunos; compra de laboratórios pedagógicos; investimento na infra-estrutura dos núcleos de EaD das instituições que aderirem ao programa; capacitação dos profissionais; acompanhamento dos pólos de apoio presencial; e encontros presenciais visando o desenvolvimento do EaD.

Tais iniciativas facilitam o acesso ao ensino superior para os professores da educação básica, auxiliando na requalificação destes profissionais e, por conseguinte fortalecendo o ensino da educação básica nos interiores do país além de evitar a migração em busca de educação superior para as grandes cidades.

A Universidade Aberta do Brasil está sustentada sobre 5 eixos fundamentais:

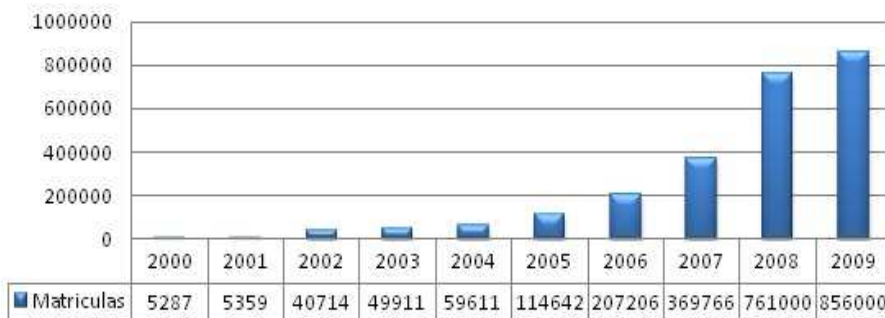
- a) Expansão da educação pública superior, em consonância com as metas do PNE;
- b) Aprimoramento dos processos de gestão das instituições de ensino superior;
- c) Avaliação dos cursos superiores na modalidade EaD no país;
- d) Incentivo as Pesquisas sobre a educação superior à distância no país; e
- e) Financiamento dos processos de implantação, execução e capacitação de recursos humanos em cursos superiores na modalidade de EaD.

Os seguintes cursos são oferecidos pela UAB: Bacharelados, Licenciaturas, Tecnólogo e Especializações, com formação voltada para os professores da educação básica da rede pública; Especializações do Programa Mídias na Educação, visando à formação continuada voltada ao uso pedagógico da educação à distância, usando a tecnologia da informação e comunicações como referência; Graduação em Biblioteconomia; Especializações para Professores; e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), na

modalidades de graduação e pós-graduação, com o objetivo de criar um perfil nacional do administrador público.

As avaliações do Sistema UAB acontecem de duas maneiras, Externas e *In loco*. As avaliações externas são realizadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e pelo INEP. As avaliações *In Loco* acontecem por professores devidamente qualificados que irão encaminhar as sugestões de melhoramento para a Diretoria de Educação a Distância da CAPES (BRASIL, 2009).

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (2010c), no ano de 2009, a UAB contava com 88 instituições participantes, dentre elas estavam diversas universidades federais, estaduais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). A partir do ano de 2007 até o mês de Julho de 2009, foram aprovados e implementados 557 pólos de apoio presencial resultando na criação de 187.154 vagas criadas. Em agosto de 2009 mais 163 novos pólos foram selecionados para atender a oferta e a demanda de professores na rede pública da educação básica, aumentando então a rede para 720 pólos. Para o ano de 2010 a previsão é de aproximadamente mais 200 novos pólos. O grande aumento do número de matrículas em todos os âmbitos do Ensino à Distância é apresentado no Gráfico 8:



**Gráfico 8:** Variação de Matrículas em EaD.

Fonte: Bielschowsky (2010, p. 2). Adaptado pelo autor.

Em apresentação realizada no VIII Seminário Nacional do Reuni, o Secretário de Educação a Distância Carlos Bielschowsky (2010) acredita que aumentando a oferta de cursos em EaD o Brasil estará cumprindo melhor o papel social, tendo em vista que a maioria dos

alunos de EaD vem de classes economicamente desfavorecidas. As perspectivas do secretário é alcançar a projeção de mais 400 a 500 mil estudantes matriculados na Universidade Aberta do Brasil distribuídos em 900 pólos nos próximos 4 a 5 anos. Coelho (2009), entretanto, discorda da expansão da UAB visando cumprir um papel social, por dois motivos: a formação superior não é garantia de emprego e; ela não deve ser pensada como um instrumento de regulação social por meio de uma política social compensatória, focada apenas nos mais pobres.

É necessário expandir a educação superior a distância no Brasil, mas é necessário que esta expansão seja feita com qualidade, conforme afirma Costa (2007). Antes de pensar na implantação e na expansão de tal modalidade de ensino, algumas variáveis devem ser consideradas: pelo motivo dos professores e alunos atuarem fisicamente distantes, é imprescindível uma boa mediação de tutoria; o estudante precisará de um apoio descentralizado completo; e principalmente o aluno deve ser enxergado como o centro pedagógico. Os pólos, por sua vez, devem fornecer apoio acadêmico e administrativo aos alunos, possuindo à disposição computadores com acesso a internet, salas para encontros presenciais, espaços pedagógicos (sobretudo para os estágios supervisionados), entre outros. Alguns elementos merecem ser destacados devido a sua importância em todo o processo, tais como: a organização curricular, o material didático utilizado, as tutorias (presenciais e à distância), a infra-estrutura que vai servir para que seja realizada a comunicação e mediação pedagógica, a equipe multidisciplinar, a avaliação e o pessoal. É fundamental que os prefeitos e governadores estaduais, ao identificarem a necessidade e a possibilidade da implantação de um pólo da UAB, realizar as propostas e encaminhar ao Governo Federal, da mesma forma que as instituições de ensino participantes devem se atentar nas proposições de cursos superiores relevantes para o desenvolvimento do país. Caberá então ao governo (municipal ou estadual) se responsabilizar por toda estrutura física e pessoal de apoio do pólo presencial, enquanto o MEC deverá se responsabilizar pelo custeio total dos cursos, incluindo o pagamento de bolsas para os docentes e tutores além das despesas físicas ocasionadas pelo projeto nas instituições de ensino superior participantes.

Muito tem se discutido em relação ao primeiro objetivo para a criação da UAB, que é a formação e capacitação de professores visando à melhor qualidade na rede pública de ensino da educação básica. Dourado (2008) defende que não se deve diminuir a necessidade de



desenvolver políticas voltadas para a garantia da qualidade de ensino, que inicia pela educação básica. Desta forma, a integração entre o ensino superior e o ensino público objetivando a formação de professores acaba por ser benéfica para o desenvolvimento da educação no país. Entretanto, Freitas (2007) acredita que é necessário avançar com certa cautela, tendo em vista que de acordo com as políticas implantadas a grande maioria dos professores vai obter sua formação superior nas instituições privadas, como bolsistas do Prouni, ou por meio da UAB. A oferta dos cursos superiores a distância por meio desta articulação entre os níveis governamentais e as instituições públicas é um grande passo, tendo em vista que tal educação há uns anos atrás era explorada com um caráter mercadológico, mas não se deve utilizar tal política como uma iniciativa de massificação de formação intelectual buscando apenas cumprir as metas estatísticas estipuladas. O autor defende que a expansão deverá ocorrer não apenas de maneira quantitativa, mas também qualitativa, tendo em vista que os professores formados por meio dos atuais programas do governo federal serão responsáveis pela formação dos jovens que irão compor o país em um futuro próximo.

A qualidade também é um tema defendido por Segenreich (2009). Para a autora, a UAB deveria ter sido concebida como um projeto educacional, no entanto foi concebida como uma política pública agressiva de aumento meramente quantitativo do número de vagas na rede pública do ensino superior, tendo como base os números que ela se propõe a alcançar e a forma de adesão que ela adota. De acordo com a autora, no formulário de avaliação dos pólos composto por 19 páginas, o mobiliário e o equipamento recebem uma atenção ímpar, no entanto, é dedicada apenas meia página para especificação das equipes de apoio ao estudante e dos recursos de tutoria, o que gera um impacto negativo, tendo em vista que os mesmos possuem um papel fundamental para a qualidade do ensino que se é fornecido e por este motivo deveriam ser avaliados de maneira minuciosa. Zuin (2006) complementa este raciocínio ao identificar os pólos de apoio presenciais como elementos fundamentais para o progresso do processo educacional à distância ressaltando a importância imprescindível do tutor, tendo em vista que várias pesquisas apontam que os motivos que levam um aluno do Ensino à Distância a abandonar o curso se dão porque eles não conseguem assimilar o conteúdo aprendido e se sentem desmotivados para continuar com o estudo.

Entretanto, buscando a evolução, sobretudo no que tange a qualidade dos cursos e do ensino ofertado, a Universidade Aberta do Brasil é um grande passo rumo à democratização da educação superior no Brasil, principalmente nas regiões onde a oferta da educação superior é escassa. Costa (2007) ressalta a importância de se observar que 90% dos pólos selecionados estão localizados em municípios com menos de 100.000 habitantes e que dificilmente teriam uma universidade implantada. Lemgruber (2008) complementa ao analisar que muitas pessoas enxergam à educação à distância como uma forma educacional inferior, mas a média de um tutor presencial para cada 25 alunos indicada pelo MEC atende perfeitamente os requisitos de qualidade de um curso à distância.

Finalmente, Maia et. al. (2009) ressalta que a estrutura da UAB permite uma atuação com mais flexibilidade e autonomia voltada às necessidades de cada estado ou município, tendo em vista que as demandas são apresentadas pelas próprias regiões. No entanto, para que o programa cumpra os seus objetivos, é necessário que os projetos pedagógicos sejam elaborados tendo como base tecnologias eficientes. Os autores acreditam que os princípios da UAB estão adequados diretamente a democratização do ensino brasileiro à medida que prioriza a democracia nas decisões, a transparência nos atos administrativos e por fim a cooperação entre as entidades participantes.

Representando também uma importante participação para a expansão da educação superior no Brasil, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), chamados posteriormente de Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), que têm como foco primordial a educação técnica profissionalizante, possuem algumas ações que vem auxiliando na expansão do ensino superior no país, conforme será explorado adiante.

As escolas técnicas brasileiras têm seu contexto histórico datado de 23 de Setembro de 1909, quando o presidente na época, Nilo Peçanha, instituiu o Decreto nº 7.566 implantando 19 Escolas de Aprendizes Artífices, a partir de então, várias foram as reestruturações do ensino técnico no Brasil, com destaque para o ano de 1978, onde as grandes Escolas Técnicas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), com o objetivo inicial de formar engenheiros de operação e tecnólogos. A partir desta mudança estrutural, as Escolas Técnicas e Agrótécnicas Federais foram sequencialmente se transformando em

Cefets entre os anos 80 e 90. A segunda grande mudança estrutural se data em 2005, com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UTFPR (MEC, 2010d). A partir de então, em 24 de Abril de 2007, é instituído o Decreto nº 6.095, cujo objetivo era de estabelecer diretrizes para integrar as instituições federais de educação tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no escopo da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Por meio das diretrizes do referido Decreto, cada instituto que aderisse a mudança passaria a ser considerado como instituto de educação básica, profissional e superior, dividido em vários Campi e especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas mais diversas modalidades de ensino aliando conhecimentos técnicos e tecnológicos a práticas pedagógicas. Além do mais, a criação dos IFETs, ou IFES, seria destinada a atender os Estados ou micro-regiões dentro dos próprios estados que fossem caracterizadas por identidades históricas, sociais, econômicas e culturais, se configurando como mais uma medida rumo a democratização regional da educação no país. Para a educação superior, escopo da presente dissertação, as instituições que aderissem à criação das IFES deveriam ministrar:

- a) cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas para as diferentes áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) programas de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado, preferencialmente de natureza profissional, que promovam o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica; e
- d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e

regional (BRASIL, Decreto n.º6.095, de 24 de Abril de 2007c, inciso VII, do § 2o do art. 4º).

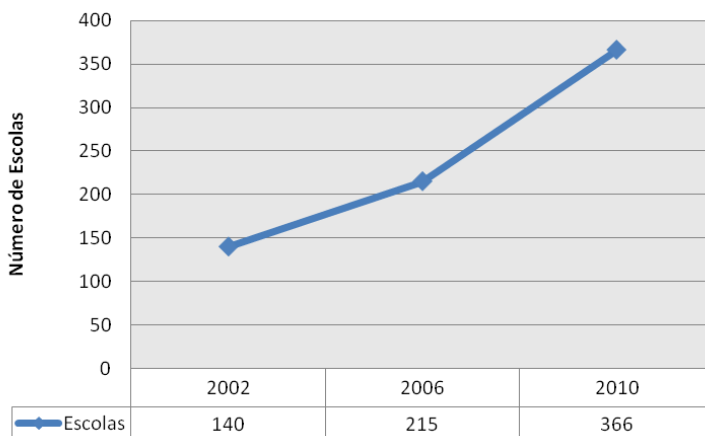
Dos objetivos definidos para a educação superior, vale à pena ressaltar o incentivo para a criação de cursos de licenciatura, em consonância com a LDB/96, que visa à formação de professores para atender ao ensino básico. Está previsto no Decreto que as instituições que vierem a se tornar IFES deverão aplicar no mínimo 20% de toda sua dotação orçamentária anual para atender tal objetivo, além disso, 20% de todas as vagas ofertadas deverão ser de licenciatura. Tal iniciativa tem sido alvo de vários elogios e críticas, que serão apresentados posteriormente.

Após a publicação do Decreto, houve o interesse de várias instituições federais de educação tecnológica em se tornarem IFES, no que resultou na promulgação da Lei nº 11.892 em 29 de Dezembro de 2008. Tal decreto instituiu, na esfera do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ligada ao Ministério da Educação e composta pelas instituições que se segue:

- a) institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) ou Institutos Federais de Ensino Superior (IFES);
- b) universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);
- c) centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (os únicos CEFETs que não foram inseridos no reordenamento) e finalmente;
- d) escolas Técnicas ligadas as Universidades Federais.

Além disso, de acordo com a Lei, os Institutos Federais passam a ser igualados às Universidades Federais (BRASIL, 2008).

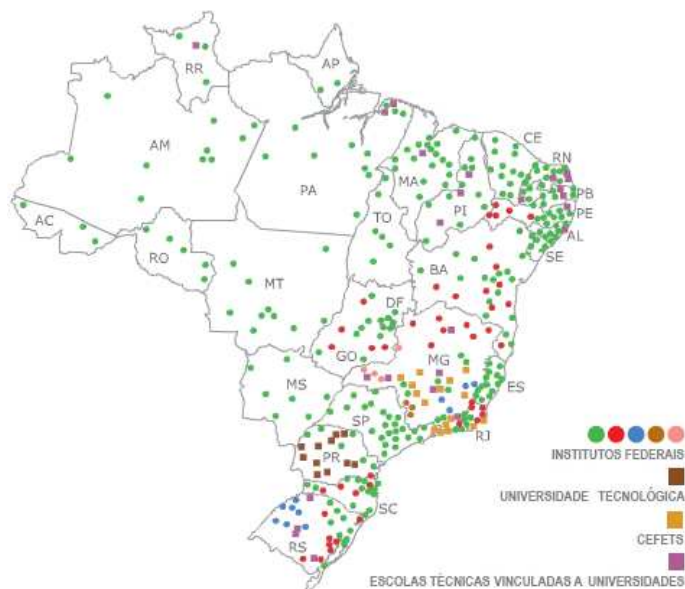
Os efeitos desta reordenação se configuraram na maior expansão na história da rede federal. Dentre o surgimento das primeiras escolas em 1909 até o ano de 2002 haviam sido criadas 140 escolas técnicas no país. De acordo com as metas de expansão da rede federal de educação profissional, o governo pretendia criar mais 214 escolas atingindo um total de 354 escolas ao final de 2010, entretanto, com os investimentos na ordem de R\$1,1 bilhão na expansão da educação profissional e o objetivo de criar 500 mil vagas em todo país o MEC pretende ultrapassar esta meta, conforme o Gráfico 9:



**Gráfico 9:** Cenário da Rede Federal até o ano de 2010.

Fonte: MEC (2010d)

As 38 IFES, carro-chefe deste processo, foram constituídas da integração de 31 CEFETs, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas ligadas as universidades federais. Estes institutos estão presentes em todas as unidades da Federação oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, cursos de mestrado, doutorado e se integram aos institutos as escolas que estão sendo entregues progressivamente pelo plano de expansão da rede federal. Além disso, as instituições que não aderiram aos institutos federais também participam da rede: dois Cefets (Minas Gerais e Rio de Janeiro), 25 escolas ligadas às universidades federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, conforme a Ilustração 2:



**Ilustração 2:** Distribuição da Educação Tecnológica no Brasil.

Fonte: MEC (2010d)

Em meio à grande expansão ocorrida nos últimos anos, uma discussão tem sido levantada perante aos objetivos dos IFES: a obrigatoriedade de 20% das vagas destinadas a cursos de licenciatura. Moura (2005) questiona se o papel dos institutos tecnológicos é também oferecer licenciaturas. Silva Junior (2009) acredita que sim. Para o autor, embora haja muitos desafios, metas e possibilidades a serem superadas, as licenciaturas nos IFES irão permitir um novo espaço de formulação de docente. Silva Junior acredita que a rede federal de ensino estabelece uma nova forma de se configurar a educação brasileira, que passa a ser enxergada e entendida em conjunto.

Segundo Franco e Pires (2009), as orientações do MEC para as licenciaturas, na rede federal de educação profissional definem como prioritários os cursos de Química, Biologia, Física e Matemática, que até o ano de 2008 vislumbravam um crescimento comedido. Tal definição se dá devido à carência de docentes nestas disciplinas. Os autores acreditam que com a proposta de 20% das vagas reservadas para a licenciatura haverá uma expansão progressiva nos próximos anos.

Para Xavier Neto (2008), por motivo dos Cefets tentarem atender as demandas do governo federal dentro de um curto espaço de tempo, a construção dos projetos para a transformação em IFES se deu de maneira desordenada, pois não houve oportunidade para se discutir tal transformação de maneira profunda com a comunidade em que os respectivos Cefets estavam instalados e por esta razão os problemas associados serão identificados e corrigidos apenas com o passar dos anos.

Por fim, embora ainda apresente alguns problemas, que podem ser considerados normais face ao pouco tempo de existência, esta nova configuração da rede federal de educação profissional é sem dúvida um grande passo rumo à democratização da educação superior no país, sobretudo no que tange a interiorização e a formação de professores para a educação básica, já ressaltada como um quadro crítico no decorrer deste trabalho. As alterações estruturais e sobretudo a expansão marcam o desejo do decreto inicial de sua fundação: aumentar o acesso de toda população brasileira a uma educação profissional e tecnológica de qualidade e gratuita, se tornando um ensino acessível a todas as camadas da sociedade (SILVA JÚNIOR, 2009).

### **2.3.3 Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil**

No ano de 2006, a partir do segundo semestre, começa uma discussão sobre o ensino ministrado nas universidades públicas brasileiras, em que a partir de dados estatísticos, análises e reflexões, se concluiu que deveria haver mais vagas no ensino público superior além da necessidade de se trabalhar em prol da redução das taxas de evasão. Partindo deste prognóstico, o professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, até então reitor da Universidade Federal da Bahia, apresentou uma proposta visando reverter tal quadro. Esta proposta se chamava “Universidade Nova”. A partir de então, entre os anos de 2006 e 2007, é discutido de maneira reservada um documento não-oficial que recebera o nome de Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Após o MEC apresentar e debater tal documento com várias instituições, com destaque para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

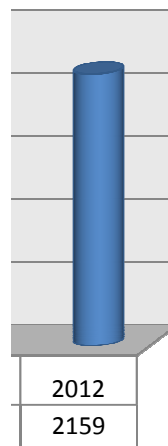
(ANDIFES), se define em como será a versão final, mantendo basicamente os mesmos princípios dos documentos anteriores (LÉDA; MANCEBO, 2009). Desta forma, em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.096, surge o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social, tendo como principal objetivo o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação (BRASIL, 2007b).

Para se alcançar o objetivo proposto, o programa se amparou em seis importantes diretrizes:

- a) a diminuição da taxa de evasão, ocupação das vagas ociosas além do aumento da vaga de ingresso, principalmente no período noturno;
- b) aumento da mobilidade estudantil;
- c) revisão de toda estrutura acadêmica;
- d) variação das modalidades de graduação;
- e) acréscimo de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- f) trabalho conjunto entre a graduação e a pós-graduação e entre a educação superior e a educação básica (BRASIL, 2007b).

Com duração prevista para 5 anos, o REUNI pretende distribuir mais de 2 bilhões entre as Universidades Federais, conforme pode ser observado no Gráfico 10. Em compensação, as universidades precisarão melhorar em vários aspectos, como nos recursos humanos, estrutura física e principalmente na qualidade dos cursos de graduação ofertados. Ao final destes 5 anos, o REUNI pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior. O objetivo é que esta expansão ocorra permitindo um acesso democrático ao ensino superior público, aumentando o contingente de estudantes menos favorecidos economicamente, além disso o governo pretende alcançar uma taxa de conclusão média de 90% na graduação presencial, uma correspondência de 18 alunos para cada professor nas salas de aula e um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação (MEC, 2010a).



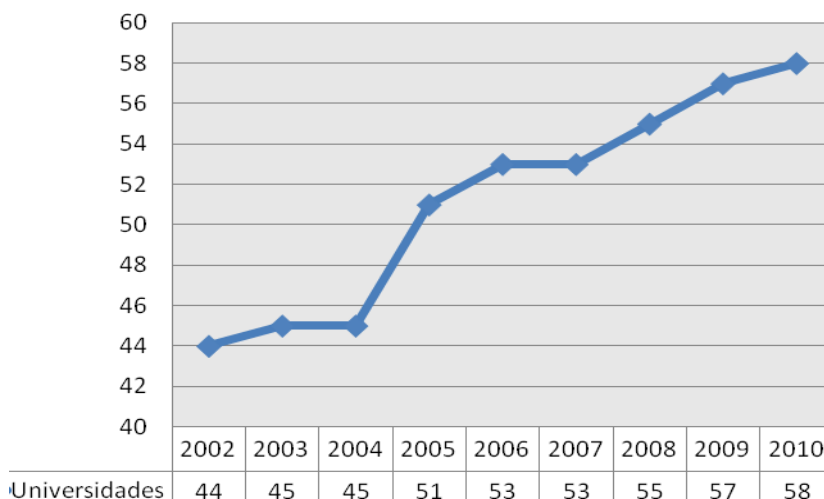


**Gráfico 10:** REUNI – Custeio em Milhões de reais.  
Fonte: MEC (2010a).

Em contrapartida do grande investimento que será realizado, o governo federal espera aumentar o número de cursos de graduação presencial nas universidades públicas para 3.601 em 2012 e conseqüentemente o número de vagas para 227.260 na mesma data. Em relação aos cursos noturnos, os objetivos são elevá-los para 1.299 cursos e as vagas para 79.215 em 2012. Além disso, há uma grande preocupação em relação à formação de professores para a educação básica, por este motivo, o governo espera aumentar os cursos de licenciatura para 1.198 e as vagas para 79.191 (MEC, 2010a).

Para se alcançar tais metas, são necessárias a ampliação do número de universidades federais e também dos campi, promovendo a interiorização dos mesmos para atender a uma maior parcela da população. Este processo vem acontecendo desde 2003, quando se deu início aos primeiros processos para a interiorização dos Campi. A partir de então, pretende-se aumentar o número de municípios atendidos pelas universidades que a princípio irá aumentar de 114 para 237 até o final de 2011. Além disso, desde o início do processo de expansão foram criadas 14 novas universidades, conforme pode ser observado no Gráfico 11. São elas: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Triângulo Mineiro

(UFTM); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); e Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) (MEC, 2010a):



**Gráfico 11:** Expansão das Universidades Federais – 2002 à 2010.

Fonte: MEC (2010a)

Armijos Palácios (2007) acredita que o REUNI terá um papel fundamental na democratização geográfica das universidades federais no Brasil. A criação de diversos Campi em várias cidades será a oportunidade de estudo para a população que reside no interior e não tem a oportunidade de entrar em uma grande universidade brasileira, por não terem condições de se transferir para os grandes centros.

O Ministro da Educação Fernando Haddad afirma que o REUNI não busca apenas investir para que as instituições de ensino superior públicas aumentem seus indicadores quantitativos, por meio de um maior número de vagas. Embora esta seja uma importante premissa do

programa, o REUNI pretende principalmente propiciar que cada instituição encontre, de maneira autônoma, seu caminho de desenvolvimento. Desta forma, a reestruturação que se pretende não é apenas de ordem quantitativa, como também qualitativa (BRASIL, 2007a).

Conforme analisa Mariz (2007), pode-se chegar à conclusão que o programa alcançará seu objetivo primordial, que é aumentar o acesso. Entretanto, observa-se apenas análises quantitativas das metas e resultados o que pode ser uma grande deficiência em termos qualitativos. O autor aprofunda este raciocínio quando ressalta uma grande preocupação com as metas propostas, em especial as metas de elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90% e da relação de 18 alunos de graduação para cada professor, que devem ser atingidas ao final de 5 anos.

Mariz (2007) acredita que para se atingir metas desta natureza, o investimento é inevitável, entretanto, o PDE está contextualizado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem como meta para os próximos 10 anos uma contenção no crescimento das folhas de pagamento, permitindo um aumento não mais superior do que 1,5% por ano. Ao analisar este contexto, o autor classifica o Reuni como “assustador”. Ele acredita que os investimentos são sim necessários, e é a única maneira de atingir a qualidade esperada, no entanto, desaprova a idéia do governo federal de correlacionar tais investimentos ao cumprimento de metas. Lima, Azevedo e Catani (2008) complementam este raciocínio ao considerar tal iniciativa como uma maneira de estimular a concorrência entre as Instituições Públicas de Ensino Superior e consideram o Reuni como uma mera competição de regularidade e de busca de identidade das instituições que devem se adequar ao modelo sugerido pelo MEC.

Léda e Mancebo (2009) ainda apresentam outra preocupação em relação aos investimentos quando analisam o decreto que instituiu o Reuni. Segundo as autoras, o Parágrafo 3º do Artigo 3º, nitidamente correlaciona o cumprimento das propostas do programa à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação, ou seja, as instituições poderão contar com os recursos enquanto o Ministério da educação tiver condições de os disponibilizarem, mas e se estes recursos acabarem? Qual será a postura do Ministério?

Léda e Mancebo (2009) ainda ressaltam três aspectos merecedores de consideração: o princípio da indissociabilidade entre o

ensino a pesquisa e extensão, a autonomia universitária e a situação dos professores. Em relação ao primeiro, as autoras observam que em todo documento que institui o Reuni não existe sequer uma citação em relação à pesquisa, é como se este princípio não existisse. O mesmo acontece com a extensão, que não é contemplada dentro do programa. Tal preocupação é também ressaltada por Tonegutti e Martinez (2007) quando analisam que esta perda ocasionará no detrimento da credibilidade e da legitimidade das universidades federais.

Sobre a autonomia universitária (ou a perda de autonomia), que já é um tema delicado, Léda e Mancebo (2009) apresentam que a partir da promulgação de tal decreto, não restam mais margens para as universidades a não ser acatá-lo, pois a única maneira de se obter os recursos é alcançando os indicadores.

Em relação aos professores, a preocupação está relacionada ao sobre trabalho que poderá ocorrer em função do aumento expressivo de estudantes sobre sua tutela, além de um desgaste psicológico caracterizado pelo insucesso dos estudantes que terão uma educação deficiente se preocupando apenas com o acesso ao próximo nível. A preocupação com o corpo docente é abordada por Tonegutti e Martinez (2007), pois a ampliação do número de vagas, a não contratação de professores, e principalmente a meta de aprovação de 90% acarretará em um crescimento sem precedentes, diminuindo assim o atendimento. Por fim os autores ilustram apresentando que, se for adotado como parâmetro a meta de 90% de aprovações, a credibilidade das instituições já está comprometida, tendo em vista que a média de aprovação atingida pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de aproximadamente 70%. A conclusão que ambos os autores chegam a partir destas preocupações é que embora a expansão da educação superior pública no Brasil seja uma bandeira levantada e defendida por todos, ela deve ocorrer obedecendo a parâmetros que permitam a manutenção, e até a ampliação da qualidade desta educação e que sem o devido investimento e sem o aumento do corpo docente, a educação superior pública brasileira fatalmente terá perda em sua qualidade.

Por motivo de toda preocupação até então apresentada, foi grande a resistência da comunidade acadêmica para com o Reuni, sobretudo do movimento estudantil. Entre os vários embates, foi preciso até coibição policial para se conter a ordem nas universidades, conforme podemos ver na Ilustração 3. Este foi o momento de maior choque entre o

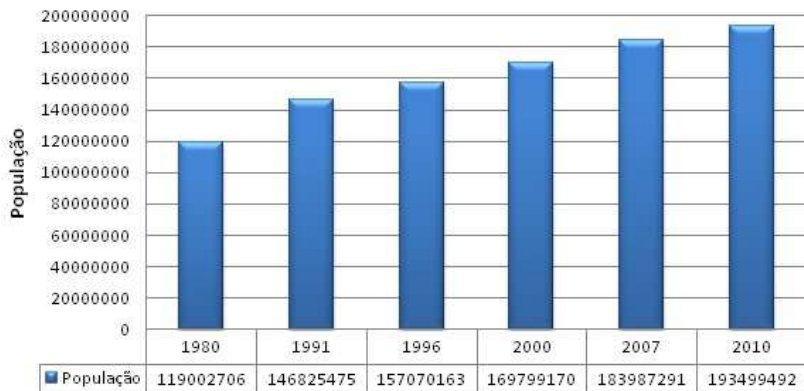
movimento estudantil e o governo, em que houve várias ocupações nas universidades solicitando pela revogação do programa (PAULA, 2009).



**Ilustração 3:** Manifestação do movimento estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) contra a adesão da universidade ao REUNI.  
Fonte: PAULA (2009, p. 184).

Entretanto, contrariando o que se era esperado, a União Nacional dos Estudantes (UNE), em Documento Oficial publicado em Junho de 2008, intitulado: “Em defesa da expansão e da valorização da Universidade Pública!”, apóia o Reuni e marca o fim dos embates entre os estudantes e o governo. Segundo a UNE (2008) o Reuni se configura como um importante passo rumo à democratização e o desenvolvimento da Universidade pública no Brasil, pois apresenta mais investimentos para as instituições, propõe à reestruturação acadêmico-curricular dos cursos, a mobilidade acadêmica, a expansão do número de vagas, realiza uma importante articulação com a graduação e a pós-graduação, assim como com a educação básica e a educação superior, além de lutar pela redução da evasão, entre vários outros pontos fundamentais para o avanço da educação superior no país. Finalmente, a UNE manifesta que por estar sempre à frente da luta pelo aumento do acesso e permanência dos estudantes nas instituições públicas, ela acredita que o Reuni se caracteriza como um instrumento capaz de ajudar no avanço da conquista a esta bandeira, e conclui afirmando que é fundamental que cada universidade lute em torno do projeto do Reuni.

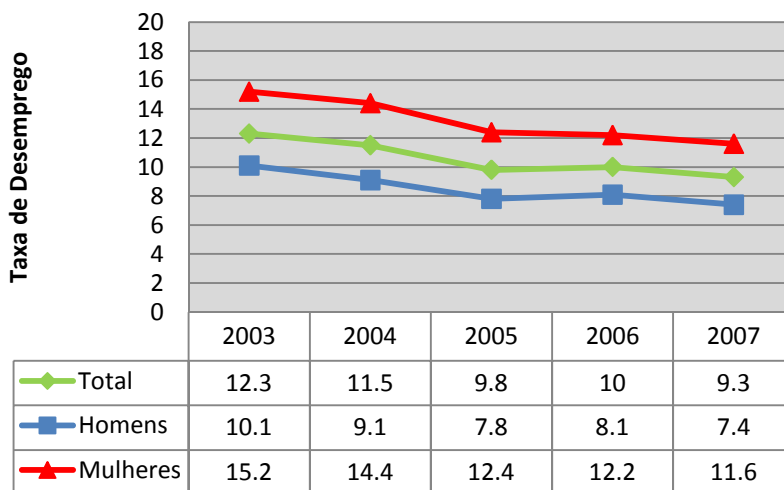
Não obstante a grande aceitação do programa visando à expansão da educação superior federal no país, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) confirmam o cenário favorável para esta expansão conforme pode ser observado no Gráfico 12 que retrata a evolução da demografia:



**Gráfico 12:** População Total - 1980-2010.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000, Contagem da População 1996 e 2007 (IBGE, 2010) e Relógio populacional em 31 de Agosto de 2010 (IBGE, 2010c).

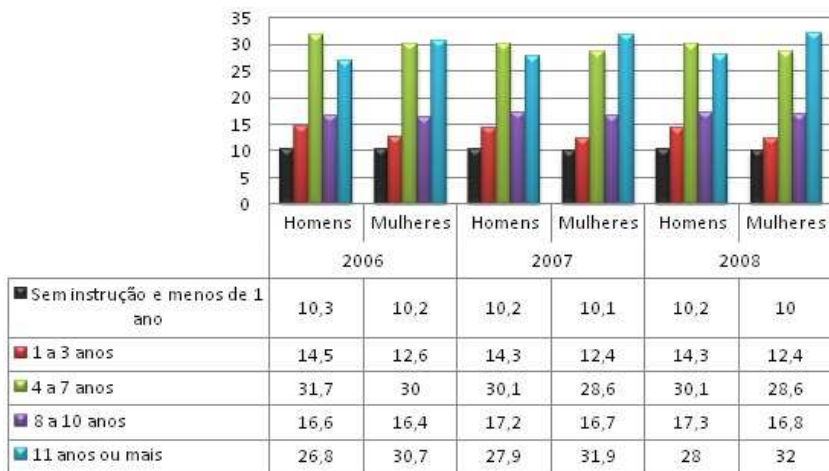
Os dados do Gráfico 12 representam um crescimento na ordem de 63% da população brasileira em 30 anos, ao se analisar no período de 2000 – 2007, pode se observar um crescimento em 7 anos de praticamente 14 milhões de brasileiros, comparando estes dados com os dados do relógio populacional do IBGE em 31 de Agosto de 2010 se observa um crescimento de mais 9,5 milhões de brasileiros, podendo-se constatar um crescimento de praticamente 24 milhões de pessoas em apenas 10 anos, por este motivo, a educação brasileira (incluindo o terceiro grau), deve acompanhar este crescimento (IBGE, 2010). Mas não apenas este cenário de crescimento aquecido da população apresenta uma necessidade da criação de vagas para o ensino superior, outros indicadores também enaltecem este cenário. Ao analisar a taxa de desemprego, é possível observar no Gráfico 13 uma substantiva queda com o passar dos anos:



**Gráfico 13:** Taxas de Desemprego - 2003-2007.

Fonte: IBGE (2010b).

A análise destes dados apresenta a importância que a educação, sobretudo a educação superior, vem desempenhando na vida do brasileiro, tendo em vista que cada vez mais o nível de instrução para se atuar no mercado de trabalho aumenta e mesmo assim as taxas de desemprego estão caindo (IBGE, 2010). Em outra pesquisa desenvolvida pelo IBGE é apresentada a evolução dos brasileiros no que tange aos anos de estudos, algo diretamente relacionado à necessidade do investimento em educação e aos atuais anseios da população, como pode ser observado no Gráfico 14:

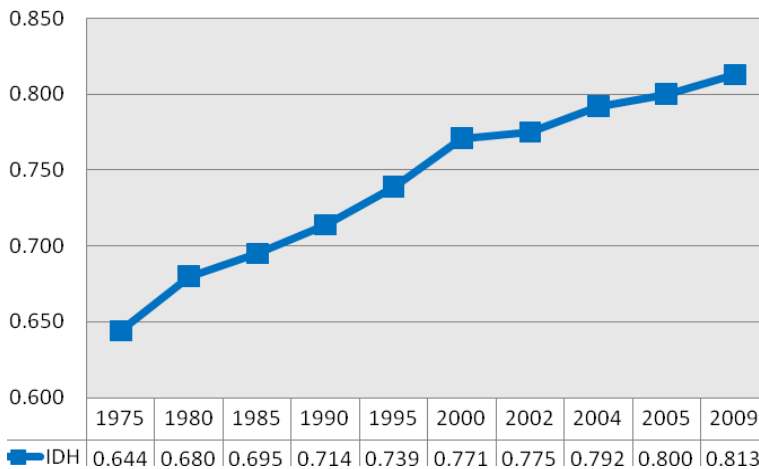


**Gráfico 14:** Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo entre os anos de 2006 e 2008.

Fonte: IBGE (2010d)

Ao se examinar os dados do Gráfico 14, pode-se observar um crescimento na população que possui 11 ou mais anos de estudo tanto masculina, como principalmente feminina (população esta que não fazia parte, de fato, das universidades até o início da década de 70). Os brasileiros estão estudando mais e o principal motivo é a importância do papel da educação, sobretudo a educação superior, no que tange a ascensão social (IBGE, 2010d). Além disso, percebe-se uma notável queda dos dados referente à baixa instrução. Algo que tem refletido positivamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro (Gráfico 15), de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

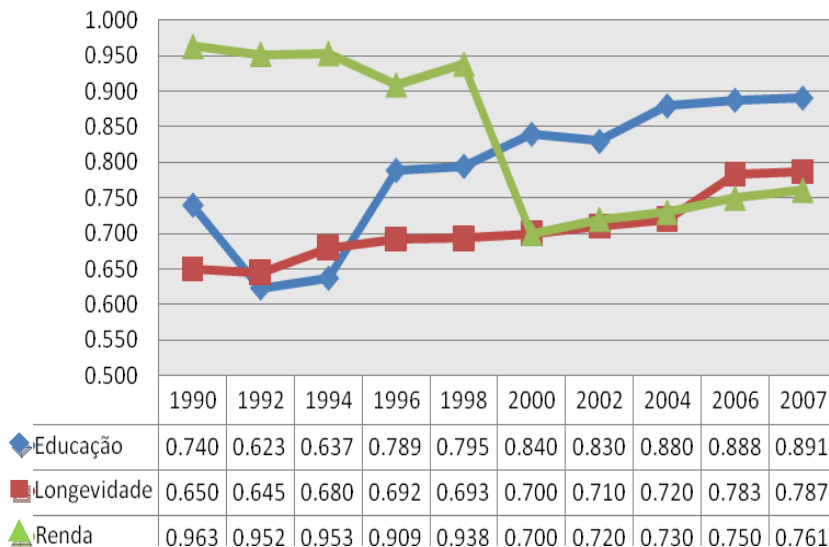




**Gráfico 15:** Evolução do IDH Brasil 1975 – 2005.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SEPLAG para os anos de 1975 a 2005 (SEPLAG, 2010) e do PNUD para o ano de 2009 (PNUD, 2009).

Pela primeira vez o Brasil entrou para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0,800 no ano de 2005 (SEPLAG, 2010). No ano de 2009, últimos dados disponibilizados pelo PNUD, o Brasil encontra-se na 75ª colocação mundial, com um índice de 0,813 valor considerado de alto desenvolvimento humano (PNUD, 2009). Este crescimento tem sido possível principalmente pela preocupação que a população tem demonstrado pela educação, que é um índice que ajuda a compor o IDH, pode-se observar o destaque da educação no Gráfico 16:



**Gráfico 16:** Evolução dos componentes do IDH – Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Oliveira para os anos de 1990 a 2004 (OLIVEIRA, 2006) e do PNUD para os anos de 2006 e 2007 (PNUD, 2009).

Notas: Índice Renda medido em Dólar Americano (US\$)

Tais informações deixam latente não só a necessidade, como a importância do investimento em educação nos próximos anos para o desenvolvimento do país (PNUD, 2009) confirmando a necessidade não só da implantação como também da continuidade dos programas apresentados no decorrer do capítulo.

### 3 METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos na confecção desta dissertação adotam a Tipologia da Pesquisa realizada seguida da Delimitação da Pesquisa. Posteriormente é apresentado a Técnica de Coleta de dados utilizada assim como a Análise e Tratamento dos Dados coletados. Por fim, são apresentadas as Limitações para a realização do estudo.

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Nesta dissertação, em função dos objetivos, o trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (1995), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo.

Segundo Vergara (2004) uma investigação exploratória é desenvolvida em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Andrade (2001) reforça que esta se configura como a fase preliminar, buscando proporcionar mais informações sobre o assunto a ser investigado. Tal estudo se caracteriza como exploratório por buscar se aprofundar na articulação de duas importantes vertentes, o Financiamento e a Expansão da Educação Superior, apresentando ao seu final informações atualizadas e novas.

A pesquisa em questão é predominantemente qualitativa. A pesquisa apresenta a forma de abordagem qualitativa, pois o pesquisador participou, compreendeu e interpretou os dados coletados na pesquisa (CHIZZOTTI, 2001). O caráter qualitativo ainda buscou interpretar o objeto em termos do seu significado a justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999). Segundo o mesmo autor, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. A abordagem qualitativa se deu devido à compreensão e a interpretação dos dados colhidos por meio de entrevistas e questionários buscando-se a interação entre as perspectivas dos gestores públicos e as perspectivas dos dirigentes universitários.

### 3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente dissertação se propôs a estudar o financiamento da educação no Brasil, particularmente a educação superior, limitando-se a educação superior pública federal na modalidade presencial. No Brasil existem hoje 58 Universidades Federais (MEC, 2010a). Tendo como base este universo, o estudo se delimitou a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC que aderiu ao Reuni ao final de 2007 e à Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS fundada já no âmbito do programa no final de 2009. Para entender melhor as percepções dos dirigentes universitários, a margem da expansão do ensino superior público, esta dissertação se delimitou a realizar as pesquisas com os reitores das respectivas instituições além dos setores responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das instituições. Para a Universidade Federal de Santa Catarina foram analisadas as percepções da: Pró-Reitoria do Ensino de Graduação – PREG; Secretaria de Planejamento e Finanças – SEPLAN; e a Pró-Reitoria de Infra-Estrutura – PROINFRA. Para a Universidade Federal da Fronteira Sul foram analisadas as percepções da: Pró-Reitoria do Ensino de Graduação; Diretoria de Planejamento; e Secretaria Especial de Obras.

Vale à pena ressaltar que a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, não foi contemplada no trabalho por se tratar de uma Universidade de âmbito estadual. Partindo do mesmo princípio, não houve aprofundamento a respeito das instituições de ensino superior estadual e municipal por dois principais motivos: não estão dentro dos objetivos do estudo; e conforme apresentado na Tabela 3 do presente trabalho, não houveram alterações significativas nos números de alunos ingressantes nas instituições pertencentes a estas dependências administrativas nos últimos anos.

Foi também realizada uma pesquisa no Governo Federal, especificamente no Ministério da Educação, delimitando-se a colher informações a respeito das perspectivas da expansão da educação superior federal presencial, com foco voltado as instituições escolhidas, frente à Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES.

### 3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi estruturada por meio da pesquisa documental ou de fonte primária, que na definição de Marconi e Lakatos (1990), se caracteriza em uma fonte de coleta de dados restrita a documentos. Dessa forma, como fontes primárias foram utilizados documentos tais como: relatórios de gestão do Governo Federal referente ao programa REUNI, Decretos, relatório de gestão, e dados referentes ao Reuni na UFSC e relatórios de gestão na UFFS, além do plano de reestruturação das universidades pesquisadas, dados do INEP e relatórios do Ministério da Educação.

A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária também se fez presente. Tal pesquisa se deu por meio da coleta de material já elaborado e publicado sobre o tema da pesquisa como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos, dissertações e teses.

Como principal instrumento para a coleta de dados referente à percepção dos dirigentes universitários de áreas específicas das universidades, utilizou-se o questionário, que para Marconi e Lakatos (1990) é vantajoso, pois são utilizados menos recursos para sua execução proporcionando economia de custo, tempo, viagens além de não sofrer influência do entrevistador.

Para o estudo em questão, foram aplicados seis questionários não estruturados e não disfarçados, pois houve apenas questões abertas e os respondentes sabiam qual o objetivo da pesquisa. Cada questionário foi desenvolvido por meio de Web Site específico exclusivamente para a coleta de dados de cada uma das respectivas áreas, diferindo inclusive nas perguntas, e foram aplicados aos dirigentes universitários responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das duas instituições federais presentes no estado de Santa Catarina.

Os questionários contemplaram uma análise da situação atual das instituições de ensino superior e as percepções para o futuro da educação superior no país e no estado de Santa Catarina tendo como referência a ampliação das universidades e também o programa Reuni, tratado com mais veemência na UFSC, por ser uma instituição que aderiu e é participante do mesmo.

Por fim, utilizou-se de Entrevistas para um maior aprofundamento do tema pesquisado. Para Nogueira (1975), deve-se recorrer à entrevista sempre que houver necessidade de dados que não

podem ser encontrados em fontes documentárias ou registros e que se espera que alguém esteja em condição de prover.

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que na definição de Triviños (1987, p. 174):

É aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Com base neste argumento buscou se entrevistar o Reitor em exercício da Universidade Federal da Fronteira Sul, na cidade de Chapecó, Santa Catarina e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Além disso, foi realizada uma entrevista em Brasília, Distrito Federal, no Ministério da Educação com o Coordenador Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES) com o objetivo de se obter informações a respeito das perspectivas do Governo a respeito da expansão da educação superior e ressaltando as ações já aplicadas e também as ações previstas a médio e longo prazo. Os entrevistados e respondentes são apresentados e definidos conforme o Quadro 3:

<b>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</b>		<b>Respondente 1</b>	Entrevistado 2	<b>Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES)</b>	<b>Local</b>
		<b>Respondente 2</b>	Entrevistado 1		
Secretário da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAN)	Diretor da Pró-Reitoria do Ensino de Graduação (PREG)	Vice-Reitor UFSC	Coordenador Geral DIFES	<b>Função</b>	
<b>Web-site Online</b>		Florianópolis	Brasília	<b>Cidade</b>	
27 de Out. de 2010	28 de Out. de 2010	03 de Nov. de 2010	23 de Set. de 2010	<b>Dia</b>	
12:28:03	17:13:37	16:00 às 17:00	1ª Parte: 11:30 às 12:20 2ª Parte: 15:00 às 15:40	<b>Horário</b>	

<b>Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</b>	Respondente 3	Respondente 3	Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura (PROINFRA)		27 de Out. de 2010	13:28:06
	Respondente 4	Entrevistado 3	Reitor UFFS	Chapecó	05 de Out. de 2010	09:00 às 10:00
	Respondente 5	Pró-Reitora da Pró-Reitoria do Ensino de Graduação		Web-site Online	01 de Nov. de 2010	11:46:35
		Diretor da Diretoria de Planejamento			17 de Out. de 2010	22:32:41

**Quadro 3:** Entrevistados e Respondentes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor ilustrar a coleta de dados, o Quadro 4 apresenta a relação entre os objetivos específicos do trabalho e a coleta de dados utilizada.



<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Coleta de Dados</b>
Conceituar as bases de financiamento da expansão do ensino superior público.	- Pesquisa Documental ou de Fonte Primária - Pesquisa Bibliográfica ou de Fonte Secundária.
Descrever os programas de governo para a expansão e reestruturação da educação superior.	- Pesquisa Documental ou de Fonte Primária - Pesquisa Bibliográfica ou de Fonte Secundária.
Apresentar as perspectivas descritas pelos gestores públicos.	- Entrevista
Identificar a percepção de dirigentes universitários a respeito da expansão do ensino superior.	- Entrevista (Reitores) - Questionário (Demais Dirigentes)
Analisar os principais resultados obtidos no processo de implantação do programa de reestruturação e expansão.	- Pesquisa Documental ou de Fonte Primária - Pesquisa Bibliográfica ou de Fonte Secundária - Questionário. - Entrevista.

**Quadro 4:** Relação entre Objetivos Específicos e Coleta de Dados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme apresentado no Quadro 4 **Quadro 4:** Relação entre Objetivos Específicos e Coleta de Dados.

, identificou-se como meio mais eficiente na coleta de dados para conceituar as bases de financiamento da expansão do ensino superior público e descrever as ações do governo federal para a expansão da educação superior as pesquisas documental e bibliográfica. Em contrapartida, no que se refere à educação superior, buscando-se identificar a percepção dos dirigentes universitários e as perspectivas dos gestores públicos, utilizou-se de Entrevistas, para os Reitores e os Gestores Públicos, e questionários online para os dirigentes universitários. Por fim, com o intuito de analisar os principais resultados obtidos no processo de implantação do programa de reestruturação e expansão das universidades, utilizou-se os quatro meios de coleta de dados, documental, bibliográfica, questionário e entrevista.

### 3.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Como afirma Yin (1989), a análise dos dados consiste na compreensão dos mesmos no sentido de validar ou refutar os objetivos iniciais do estudo. Partindo desta premissa, após a coleta dos dados, houve uma compilação das informações coletadas selecionando as de maior interesse. Posteriormente foi realizado o registro dos dados por meio de alocação em planilhas eletrônicas.

Posteriormente foi realizada uma descrição e em seguida análise dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, por meio de cruzamento das informações registradas visando identificar a correlação entre o planejamento do governo federal em consonância com as percepções dos dirigentes das instituições federais de ensino superior escolhidas, conforme assertiva de Selltiz et. al. (1974) que defende que o objetivo da análise dos dados é sintetizar as informações coletadas, de maneira que as informações viabilizem respostas aos questionamentos da pesquisa em foco.

Os dados foram analisados tendo como foco os principais objetivos do Reuni, os resultados esperados em relação ao que efetivamente foi praticado nas instituições e o financiamento e a expansão da educação superior no Brasil. A Tabela 6 ilustra os dados que nortearam a pesquisa, sobretudo no que se refere ao Reuni:

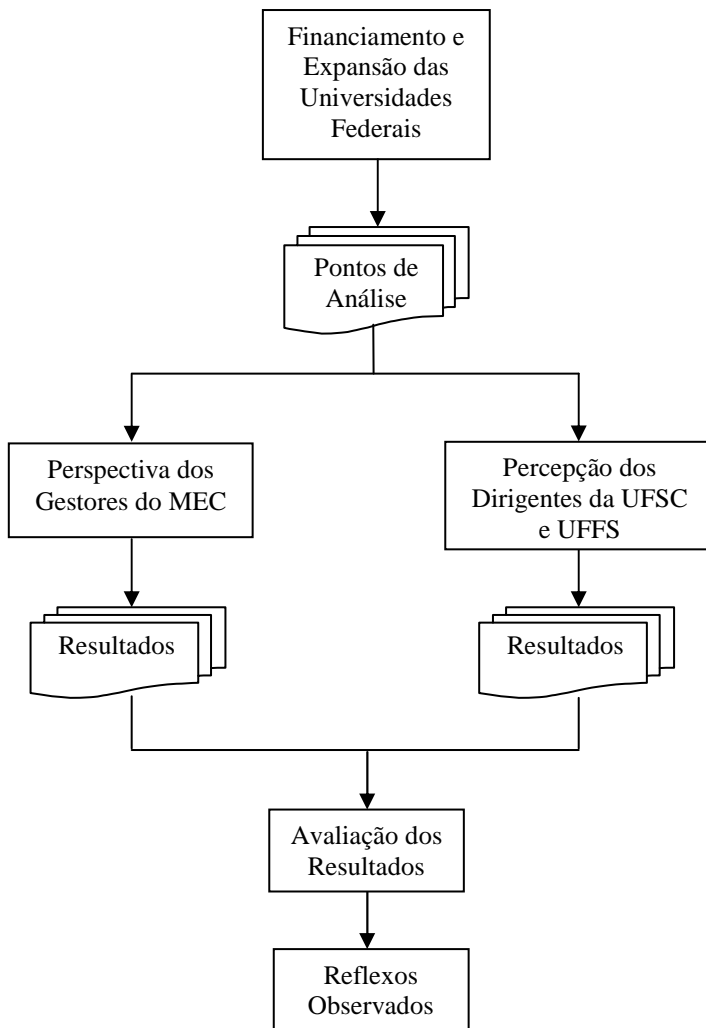
**Tabela 6: Análise dos objetivos e dos resultados esperados pelo Reuni**

Dimensão: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública		
Objetivos	Resultados Esperados	
	UFSC	UFFS
Aumento das vagas de ingresso especialmente no período noturno	1.360 vagas novas até 2011, sendo 375 noturno e 985 diurno	Fundada já no âmbito do Reuni
Redução das Taxas de evasão	Diminuir para 20% a taxa de evasão ao final do ano de 2010	
Ocupação de vagas ociosas	Série de iniciativas visando à redução das vagas ociosas *	
Meta Global Reuni		
Aumento da relação do número de professores por aluno	18 alunos para cada professor	
Aumento na taxa de conclusão média de graduação	Taxa de conclusão média de 90% na graduação presencial	

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Projeto Reuni UFSC (2008) e do Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007b).

Notas: Semestralmente, acompanhar os dados de vagas ociosas e suas causas; Verificar as causas pedagógicas, discutir soluções; Paralelamente, realizar o preenchimento das vagas e a correção necessária de alguma etapa; Ajustar o sistema atual de matrículas, introduzindo maior agilidade, com encurtamento do tempo de início de cada período letivo, a detecção de vagas em disciplinas e seu preenchimento.

Para melhor compreensão, a pesquisa da dissertação foi organizada de acordo com o seguinte fluxograma:



**Ilustração 4:** Organização da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a Ilustração 4, após se identificar os principais pontos de análise tendo como questão delimitadora o financiamento e a expansão das universidades federais, buscou-se colher informações a respeito da perspectiva dos Gestores Públicos do MEC e da percepção

dos Dirigentes Universitários da UFSC e da UFFS. Após esta etapa, foram avaliados todos os resultados colhidos relatando os reflexos observados, com a finalidade de validar os objetivos iniciais do estudo.

### 3.5 LIMITAÇÕES DE ESTUDO

O setor escolhido para a pesquisa, o educacional, é um setor muito problemático devido a uma série de fatores conjunturais e até mesmo estruturais do país. Se a pesquisa abordasse todos eles, tanto ao nível qualitativo como quantitativo, com certeza seria um estudo interminável, até porque o objetivo do presente trabalho não é este.

Com relação à coleta de dados, a limitação se deu na disponibilidade e confiabilidade dos dados, pois quem os torna públicos é o próprio governo que é também a organização criadora dos projetos a serem analisados, podendo abrir margem para discussão dos dados disponíveis ou até da veracidade dos mesmos e da influência política e partidária sobre a publicação dos dados. Além disso, embora tenha sido feito contato por cinco vezes, por email, telefone e pessoalmente, a Secretaria Especial de Obras da UFFS não respondeu o questionário desenvolvido para colher informações específicas da área (Apêndice I).

Há também uma limitação temporal para a pesquisa, pois os respondentes pertencem ao quadro atual (exercício 2010) das instituições de ensino e do Ministério da Educação.

Deve ser ressaltado também que esta pesquisa se aplica a um cenário de expansão da educação superior pública, não podendo ser aplicada em outro cenário.



## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos resultados referente aos objetivos da pesquisa realizada.

Inicialmente, são descritas as bases de financiamento do Ensino Superior Público Federal além dos programas estruturais de governo, com foco na expansão e na reestruturação das Universidades Federais.

Posteriormente são apresentadas as Perspectivas dos Gestores públicos do MEC a respeito da expansão da educação superior no Brasil, referente aos dados colhidos na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES).

Em seguida, são apresentadas a Percepção dos dirigentes universitários das duas instituições de ensino superior pesquisadas, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal da Fronteira Sul.

Por fim, são apresentadas as sínteses dos principais resultados da UFSC e da UFFS, a convergência de ações de ambas as instituições e algumas proposições visando auxiliar no processo de expansão, reestruturação e conseqüentemente, desenvolvimento.

### 4.1 AS BASES DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES DE GOVERNO

Pode-se afirmar que o Ensino Superior Público Federal exerce um importante papel no que se refere ao desenvolvimento do país. São nas instituições públicas federais que se concentra o maior número de pesquisadores, e conseqüentemente de pesquisas, em que se possui o corpo docente mais qualificado, com sua maioria composta por doutores, e, portanto, são estas instituições que fornecem o ensino (a pesquisa e a extensão) de maior qualidade no país.

Partindo desta premissa, o governo federal observou que o investimento nestas instituições seria vantajoso não apenas para a sociedade como para o desenvolvimento de toda a nação. Por esse motivo, foi instituída a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES), com um de seus objetivos sendo o de coordenar e acompanhar todas as ações referentes à

expansão e reestruturação da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, que se deu por meio da criação de novas universidades, e também da reestruturação das universidades existentes.

Ao se analisar as ações de expansão por meio da criação de novas universidades, foi possível constatar que desde o início do processo de expansão foram criadas 14 novas universidades: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); e Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB).

Adicionalmente, outra frente de ações, representada pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tem sido imprescindível para a expansão e a reestruturação das universidades existentes, por meio da destinação de consideráveis recursos visando à interiorização dos campi, melhoria no acesso e permanência, dentre vários outros fatores fundamentais para o desenvolvimento saudável das universidades.

Para tanto, definiu-se alguns indicadores que ao final de 5 anos deverão ser cumpridos para que se alcance a expansão e a reestruturação necessárias, os principais são: Aumento das matrículas de graduação em 20% no total das instituições de ensino superior federais; aumento da taxa de conclusão de curso para 90%; aumento do número de alunos de graduação por professor, passando a se trabalhar com o índice de 18 alunos por professor; além de profundas alterações visando o tratamento da evasão, a reocupação de vagas ociosas, a reestruturação curricular, a otimização da infra-estrutura física e dos recursos humanos, a união da Graduação a Pós-Graduação e também ao Ensino Básico, dentre outros.

O relatório do primeiro ano do programa apresenta resultados bem otimistas, mostrando que, de uma maneira geral, as metas do programa foram alcançadas e em alguns casos até superadas, iniciando com a adesão de 100% das universidades federais, que comprova o interesse despertado pelo programa. Vale a pena ressaltar que críticos do



programa defendem que esta adesão total só aconteceu porque as instituições estavam com receio de que se caso não aderissem ficassem sem os recursos.

Ao observar a oferta de vagas nos cursos de graduação, a ênfase dada pelas universidades para atender esta meta foi por meio da interiorização. Ao analisar o último relatório disponível do programa, observa-se que no ano de 2007 o número de vagas nos cursos presenciais era de 132.451 e de acordo com os projetos das universidades federais, este número deveria ir para 146.762, o que representa um aumento da ordem de 11%. Entretanto, houve uma superação desta meta, atingindo-se um número de 147.277 novas vagas (MEC, 2009). Isto significa um aumento de 14.826 vagas, que pode ser ilustrado no Quadro 5:

IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
<b>TOTAL</b>	108553	38209	<b>146762</b>	109690	37587	<b>147277</b>	1137	-622	<b>515</b>

**Quadro 5:** Número de vagas nos cursos de Graduação em 2008.

Fonte: Relatório de primeiro ano do REUNI (MEC, 2009, p.6).

Não obstante o acréscimo no número de vagas houve ainda no desenvolvimento dos planos das universidades várias ações com o objetivo de se reduzir a ociosidade das vagas, sobretudo as vagas oriundas de evasão. Adicionalmente, também foi observada uma superação no aumento das matrículas projetadas nos cursos de graduação, em que a perspectiva era um aumento de 10% em relação ao ano de 2007, ou 645.638, mas foi de 715.185 matrículas projetadas ao final de 2008. Entretanto, ao se analisar o aumento dos cursos de

graduação é possível identificar uma deficiência, tendo em vista que em 2007 o número de cursos de graduação presencial totalizava 2.326 e que as instituições participantes do programa pactuaram um aumento de 9,7% mas alcançaram apenas 7,7% conforme pode ser observado no Quadro 6:

IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
<b>TOTAL</b>	1827	725	<b>2552</b>	1814	692	<b>2506</b>	-13	-33	<b>-46</b>

**Quadro 6:** Número de cursos de graduação em 2008.

Fonte: Relatório de primeiro ano do REUNI (MEC, 2009, p.7).

Quando se analisa a audaciosa meta de 18 professores por aluno e também a execução orçamentária, o relatório se mostra otimista, apresentando que no primeiro ano de execução do programa, é possível identificar uma relação de 17,8 alunos por professor, o que aponta para o cumprimento da meta, e que o Ministério da Educação disponibilizou 99% do valor referente ao orçamento previsto para o exercício (MEC, 2009).

#### 4.2 A PERSPECTIVA DOS GESTORES PÚBLICOS

A seguir será apresentada a perspectiva da expansão da educação no Brasil, sobre a visão de dirigentes públicos da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – DIFES que está sob a gestão do Ministério da Educação e Cultura. Buscou-se compreender, de uma maneira geral, como esta ocorrendo a

expansão e o financiamento da educação superior no Brasil, a partir dos seguintes tópicos: O Papel do Reuni no âmbito da Educação Brasileira; Expansão da Educação Superior Pública no Brasil; Tratamento da Evasão e das Vagas Ociosas; Meta de Conclusão de 90% *versus* a Qualidade; Perspectivas para o Corpo Docente; Expansão dos Cursos de Licenciaturas na Educação Superior Brasileira; e se o programa Reuni é um programa que trata da Expansão das “Universidades Federais” ou apenas da Expansão das “Vagas” das Universidades Federais. Os dados foram colhidos em entrevista com o Coordenador Geral da Difes Professor Murilo Silva de Camargo em duas etapas, no dia 23 de Setembro de 2010, com a primeira etapa se iniciando as 11:30 e finalizando as 12:20 e a segunda etapa se iniciando às 15:00 e finalizando às 15:40.

#### **4.2.1 O Papel do Reuni no âmbito da Educação Brasileira**

Para a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior o Reuni é visto como um programa que foi concebido para a expansão e a reestruturação do sistema de universidades federais brasileiras, o que, do ponto de vista da educação pública, não contempla os Institutos Federais de Ensino Superior, a Rede Estadual e a Rede Municipal, além de não contemplar a Rede Privada. Delimitando-se apenas as universidades federais, o Reuni é um programa que está dando diretrizes para o desenvolvimento institucional no sentido de melhorar o processo formativo, tornando, por conseguinte, a formação da graduação mais eficiente e eficaz, buscando atender melhor as expectativas do aluno e do mercado que irá absorver este aluno.

Além disso, o Reuni oferece outra diretriz que está focada nas necessidades de desenvolvimento da educação como um todo no país, que é a articulação da Graduação com a Pós-Graduação e também com o Ensino Básico, além disso, segundo o Entrevistado 1:

*(...) o Reuni permitiu estar observando as demandas regionais, nacionais, os projetos de desenvolvimento sociais do Brasil, com âmbitos sociais, para que ele preparasse e oferecesse as vagas, então cada universidade teve, dentro da*

*sua autonomia, liberdade para propor os cursos*  
(ENTREVISTADO 1).

Do ponto de vista estrutural, o programa também tem traçado diretrizes para garantir à democratização do acesso a universidade, objetivando atender estudantes egressos de escola pública tornando a universidade aberta, de fato, a todas as classes sociais, não só voltada ao acesso, como também a permanência, conforme assertiva do Entrevistado 1:

*(...) não adianta você abrir as portas da universidade, trazer estudantes, digamos, mais pobres para universidades, estudantes que tiveram deficiência na formação do ensino médio e tudo, e você simplesmente permite que eles entrem e depois? E aí? Tem que olhar de forma atenta(...)* (ENTREVISTADO 1).

Todas estas diretrizes geram um efeito no número de vagas que é necessário, pois ao se analisar sobre o ponto de vista da Economia da Educação, comparando o sistema das universidades federais com outros sistemas, como os sistemas estaduais, municipais e principalmente o privado, observa-se que as universidades federais fornecem uma parcela não tão significativa do número de vagas existentes hoje, entre 10% a 15%, daí a importância do programa, que conforme o Entrevistado 1 “(...) o Reuni está dobrando o número de matrículas em um horizonte de 5 anos.”

Para o desenvolvimento das universidades federais, tais iniciativas se configuram em um grande avanço, pois novas universidades estão sendo criadas, e está havendo o crescimento de todas as outras, por meio da interiorização dos campi e até da reestruturação dos campi já existentes. Além disso, há um efeito secundário merecedor de destaque, pois à medida que as universidades federais crescem, cresce também a repercussão nos outros níveis de formação da educação superior, por exemplo, os cursos de Mestrado e Doutorado, e isto impacta conseqüentemente na pesquisa, tendo em vista que 70% de toda produção acadêmica no Brasil se dá nas universidades federais, que possui também 70% das vagas de Mestrado e Doutorado. Os outros 30% de produção acadêmica se dá nas instituições estaduais e municipais e em uma parcela bem pequena nas

instituições privadas. Pela razão deste grande peso das universidades federais para a pesquisa no Brasil, a medida que as universidades crescem com o Reuni, os cursos de Pós-graduação crescem paralelamente, e conseqüentemente cresce a pesquisa. Porém, mesmo a Pós-Graduação tendo crescido quantitativamente no Brasil a partir de 2008, é necessário também um crescimento qualitativo, e tal como foi evidenciada na avaliação da Capes, ocorrida em Setembro de 2010, a qualidade também avançou, em torno de 20%.

Quando se observa então o crescimento quantitativo e ao mesmo tempo qualitativo da Pós-Graduação, chega-se à conclusão que tal crescimento afeta de uma maneira positiva todo o sistema universitário brasileiro, tendo em vista que o número de egressos de Mestrado e Doutorado aumenta (com qualidade), e que estes egressos vão atuar também nas universidades estaduais, municipais e privadas. Finalmente, ao crescer as universidades federais cresce o processo de formação em todos os níveis, o que contribui diretamente para o desenvolvimento da educação superior como um todo. Para o Entrevistado 1, “(...)o *Reuni* hoje responde simplesmente pelo seus dados, pela sua observação.”

#### **4.2.2 Ampliação do Número de Vagas na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal da Fronteira Sul**

Ao se analisar a ampliação do número de vagas na UFFS e na UFSC, deve-se primeiro separar e compreender que a UFSC aderiu ao Reuni, faz parte do programa, e tem algumas metas a cumprir, entretanto, a UFFS não é uma universidade participante do Reuni, pois sua fundação aconteceu após o início do programa, mas, conforme defende o Entrevistado 3, “*Nós não pertencemos ao Reuni no mesmo sentido que a interiorização dos campi. Mas nós fazemos parte também da filosofia.*” Por esta razão, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem hoje uma programação de criação de cursos e vagas bem envolvida com os princípios do programa, e tem trabalhado em prol de concretizar todo o planejamento esperado. De acordo com a Difes, todos os cursos planejados estão sendo implantados, as matrículas estão sendo feitas e os processos almejados estão em plena execução. É notável uma grande motivação por parte da UFFS para atender as expectativas, não apenas da UFFS em si como de todos que trabalharam e ainda trabalham em sua implementação.

Em relação à Universidade Federal de Santa Catarina, a Difes acredita que a Universidade irá atingir as metas estabelecidas e conseqüentemente as expectativas, por tudo que tem sido feito na Universidade neste sentido, sobretudo em relação à criação de vagas projetadas durante os períodos e principalmente até o final do programa. Dentre os maiores exemplos de cumprimento das metas projetos estão a criação dos Campus novos, em Araranguá, Curitiba e Joinville, como ações que foram tomadas para este fim. Ao se analisar especificadamente o Campus de Joinville, é ressaltada a criação de cursos, em uma orientação implícita, dentro das diretrizes do Reuni, o que viabiliza uma dinâmica muito boa para a geração de conhecimento e para a formação dos estudantes.

Finalmente, para o Entrevistado 1, esse crescimento é muito importante, na medida em que “(...) *crecendo as universidades federais cresce, digamos assim, o processo de formação em todos os níveis que contribuem diretamente para o desenvolvimento da educação superior como um todo.*”

#### **4.2.3 Tratamento da Evasão e das Vagas Ociosas**

De acordo com a Difes, o Reuni deu a possibilidade das universidades se organizarem, se planejarem e preverem suas ações, preocupando-se com a reocupação das vagas ociosas bem como com a diminuição da evasão, lidando então com todos os aspectos formativos e desta forma apresentassem a maneira que irão se planejar para tratar os respectivos problemas.

A partir disso, o planejamento foi realizado, apresentado ao Ministério da Educação, que avaliou a adequação, e posteriormente realizou um termo de pactuação de acordo de metas, por meio de um documento firmando o comprometimento das instituições e do Ministério da Educação, definindo a maneira e as etapas em que o respectivo planejamento seria realizado. Para se cumprir com tal acordo a universidade definiu de um lado, por meio de sua autonomia, a maneira que iria tratar as demandas, de uma forma que fosse interessante não só em termos quantitativos como também qualitativos, e o Ministério da Educação por outro lado, ofereceu sua contrapartida, desenvolvendo nos últimos anos um conjunto de programas de apoio acadêmico que auxiliam na viabilização direta destas metas, de uma

maneira complementar ao Reuni, que já possui por si só um apoio financeiro adicional.

Quando se analisa o papel direto desempenhado pelo Reuni para o cumprimento das metas de evasão e vagas ociosas, pode-se perceber uma série de programas que comungam com tais necessidades, como por exemplo, a possibilidade de se prever bolsas de assistência estudantil, a possibilidade de se prever bolsas de mestrado e doutorado, de construção de moradia estudantil e de vários outros aspectos que viabilizassem todo o atendimento das questões relacionadas ao acesso e a permanência estudantil, reocupação de vagas ociosas, e vários outros programas que, segundo a Difes, o MEC tem aumentado nos últimos anos, potencializando as ações da universidade, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa de Educação Tutorial (PET), e o Programa de Estágio (PROEST).

Para o Entrevistado 1, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, ou PNAES, possui uma importante contribuição para o tratamento da evasão:

*(...) a gente tem hoje um programa instituído que é chamado Programa Nacional de Assistência Estudantil, que nesse ano de 2010 previu pra ordem, distribuiu para as universidades na ordem de 300 milhões de reais, ou seja, para construção de alojamento, de restaurantes universitários, assistência médica, creche, apoio pedagógico(...)*  
(ENTREVISTADO 1).

Além disso, este plano auxilia em tudo que for necessário para que as universidades consigam cumprir com o plano estabelecido, sendo externo aos recursos provenientes do Reuni, fazendo com que a universidade conte com recursos adicionais ao que foram previstos pelo Reuni inicialmente, o que ajuda a potencializar as ações de redução de taxa de evasão, além de outras melhorias no processo formativo.

O Programa de Educação Tutorial, ou PET, que é considerado pela Difes um importante programa acadêmico está sendo ampliado, tendo em vista que até o ano de 2010, durante os 30 anos do PET, o mesmo havia chegado a 428 grupos e que agora, de acordo com o último edital lançado, serão contemplados mais 300 grupos, passando de 428 para 728 grupos PET, com uma alteração na orientação dos novos grupos PET instituídos, não só na formação dos próprios estudantes

participantes mas para que eles também colaborem articulados de acordo ao projeto pedagógico institucional justamente com as políticas de redução de taxas de evasão, de ocupação de vagas e de melhoria do processo formativo. Portanto, espera-se que o PET colabore no processo institucional da redução de evasão melhorando a relação com os estudantes ingressantes, auxiliando os novos estudantes na inserção da vida acadêmica. Tal iniciativa é considerada importante tendo em vista que os maiores problemas relacionados à evasão são oriundos do primeiro ano. Por terem sido investidos mais de 60 milhões neste programa, o PET cresceu muito nos últimos anos, sendo considerado uma importante ação ao combate da evasão.

Atuando sobre a Extensão Universitária, o Programa de Estágio (PROEST) lançou no ano de 2010 um edital com mais de 35 milhões de reais em propostas com foco na extensão institucionalizada. Os objetivos são melhorar a participação do estudante na vida universitária, por meio da extensão integrada às atividades de pesquisa e ensino, ação que não é do Reuni, mas o complementa.

Por fim, quando se analisa a evasão e vagas ociosas, as ações que estão sendo tomadas extrapolam as amarras do Reuni, por meio de várias outras ações. Para o Entrevistado 1: *“Globalmente agente tem, digamos assim, um conjunto, um potencial de ferramentas e programas, que bem utilizados, viabilizam, digamos, a melhoria das taxas de evasão, uma perspectiva de uma melhor formação.”* Vale a pena ressaltar que a graduação não pode ser pensada apenas em relação ao acesso, é necessário também garantir a permanência, para que mesmo os alunos carentes consigam se manter. De acordo com o Entrevistado 1, para se obter bons resultados a filosofia deve ser *“(…) acesso, permanência e sucesso!”*.

#### **4.2.4 Meta de Conclusão de 90% versus Qualidade**

Segundo a Difes, tal meta reflete em uma forma de pensar de uma maneira diferente do que vinha sendo praticado antes, por isto quando analisada superficialmente se tem a premissa inicial errada de que tal meta pode comprometer a qualidade, mas o próprio programa Reuni trabalha de maneira que a expansão ocorra não só quantitativamente como também qualitativamente, tendo em vista que o desafio que se instituiu no programa foi a reestruturação acadêmica das universidades



com o objetivo de melhorar em vários aspectos: democratização, acesso a universidade, permanência do estudante na universidade e conseqüentemente o sucesso.

Um dos maiores problemas observados hoje nas universidades federais é um quesito chamado “verticalização dos cursos de graduação”, quando se observa que em quase todo o sistema das universidades federais não se permite uma migração de cursos com aproveitamento de competências, pois na grande parte dos casos, o estudante precisa fazer praticamente todo o curso novamente. Se levamos em conta a mudança para uma outra universidade com a mesma credibilidade, o processo de reconhecimento dos conhecimentos adquiridos é ainda mais difícil. Por este motivo, antes de se pensar na meta de conclusão de 90%, é importante considerar alguns aspectos como uma abordagem de reconhecimento de competências e também uma revisão da arquitetura curricular dos processos de ensino e aprendizagem.

Quando se propõe uma abordagem por reconhecimento de competências, ou seja, dos conhecimentos adquiridos em outros espaços educacionais, e não apenas os do curso do respectivo aluno, o objetivo é flexibilizar o sistema universitário federal, pois este tipo de situação acontece com frequência dentro do ambiente universitário. Por exemplo, em dois cursos de exatas, que possuem a disciplina cálculo, existem situações em que esta mesma disciplina não pode ser validada, pelo simples fato de serem cursos diferentes (mesmo o conteúdo sendo praticamente o mesmo). Vale à pena ressaltar que a necessidade de rever a organização e as estruturas curriculares, a arquitetura curricular dos cursos de graduação, é vista apenas como uma visão primária do que precisa ser feito, posteriormente é necessário rever de uma maneira mas ampla toda a abordagem de formação na universidade.

Esta abordagem se inicia já no processo seletivo, pois o que se observa é que o processo seletivo das universidades federais é bem competitivo, e por este motivo, as universidades estão habituadas a receber estudantes que se classificam dentro de uma alta linha de corte, e com estas alterações, a universidade passará a receber estudantes que embora tenham o mesmo potencial, não tiveram o mesmo nível de preparação, sobretudo em relação ao ensino fundamental e médio. Por este motivo, a universidade precisa lidar também com a recuperação de algumas deficiências iniciais para melhorar o envolvimento do estudante.

Quando se analisa a revisão da estrutura curricular dos processos de ensino e aprendizagem, é possível observar que atualmente os currículos são orientados praticamente todos a conteúdo, mesmo as diretrizes curriculares indicando que os currículos devam ser estruturados por competências e habilidades, e isto gera um grande impasse, se for observado que esta é a era da informação e do conhecimento, em que a taxa de crescimento do movimento do conhecimento no mundo é muito acentuada. Segundo o Entrevistado 1:

*Então uma vez eu escutei uma palestra de um ex-presidente da SBPC onde ele falava que os estudos estavam indicando que, por exemplo, continuadas as taxas atuais de desenvolvimento do conhecimento da humanidade no ano de 2027 agente teria que o conhecimento produzido pela humanidade dobraria a cada 30 dias (ENTREVISTADO 1).*

Então para a Difes, este é um grande desafio, pois a partir do momento que os currículos dos cursos de graduação estão orientados a conteúdo, e o conhecimento circula de maneira muito mais veloz, é necessário que estes currículos acompanhem este conhecimento, mas sem aumentar o tempo do curso, tendo em vista que a tendência que existe normalmente nas universidades é aumentar cada vez mais o tempo do curso como solução para um problema substancialmente sistêmico. É necessário que se mude a abordagem dos aspectos para a formação de currículos. Todas as questões relacionadas a organização dos cursos verticalizada e currículos precisam ser ajustadas para depois se pensar na taxa de conclusão de 90%.

De qualquer forma, quando se analisa diretamente a meta de 90% de conclusão, desprezando-se os aspectos laterais, a Difes garante que isto não significa que as universidades terão de aprovar 90% dos alunos matriculados, conforme afirma o Entrevistado 1:

*(...) quando agente olha para uma taxa de conclusão aqui colocada de 90% eu não estou dizendo que vou ter de aprovar 90% dos estudantes matriculados, absolutamente. Então isso é um discurso que foi colocado de uma maneira um pouco até maliciosa, mas não tem o menor sentido (ENTREVISTADO 1).*

Isso se confirma pela fórmula que se calcula esta taxa. Ela é medida por um indicador que verifica em um ano o número de concluintes, e verifica cinco anos antes (ou menos, dependendo da duração do curso) quantos ingressantes tiveram, desta forma, o cálculo não é em cima da formação e sim dos concluintes e ingressantes, o que pode ser validado com mais facilidade considerando um cenário em que as universidades estiverem crescendo.

Para também melhorar estes indicadores, e tentar se atingir próximo aos 90% esperado, se faz imprescindível ainda uma análise da evasão. Quando se analisa, por exemplo, a área de Ciências Exatas, sobretudo as Engenharias, observa-se uma evasão acentuada, que não é devidamente tratada pelas universidades, o que ao final irá impactar nos indicadores de conclusão. A evasão pode acontecer por uma série de fatores, o aluno pode se desinteressar pela área, ou ele pode sair da universidade, situações que às vezes não são possíveis de serem tratadas, mas as vagas devem ser preenchidas.

O processo tem de se iniciar com a melhora do processo formativo, que conseqüentemente tratará a evasão, e alcançará melhores indicadores de conclusão. Como exemplo de Universidades que já atuam desta maneira, alcançado taxas de conclusão de 70% (taxas indicadas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE) a Difes cita a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de São Carlos, além de reconhecer que várias outras estão seguindo este direcionamento, atingindo esta taxa e alcançando uma boa qualidade.

Para se atingir então a meta de 90% de conclusão, são necessários muitos ajustes antes de se pensar na meta propriamente dita, revisão acadêmico-curricular, revisão do processo formativo, tratamento da evasão, e principalmente, investimento de recursos públicos, para que todas as vagas disponíveis sejam ocupadas. Dessa forma, conclui o Entrevistado 1 que:

*Então, não acredito nessa leitura mais simplória de 90% não, eu acho que é um estímulo para que as universidades revejam seus processos, revejam suas metodologias, revejam seus currículos, revejam sua estrutura acadêmica, então muitas coisas precisam ser adequadas e é um pouco nessa direção (ENTREVISTADO 1).*

Finalmente, além de toda essa revisão, é fundamental que se considere o avanço também em relação ao corpo docente das instituições.

#### **4.2.5 Perspectivas para o Corpo Docente**

Tendo como uma de suas principais metas o índice de 18 alunos de graduação por professor, o Reuni tem sido muito questionado, a respeito da sobrecarga dos professores, redução na dedicação a pesquisa e conseqüentemente perda de qualidade. Segundo a Difes, a meta de 18 alunos por professor está condizente com a meta da OCDE que é próxima deste valor, uma meta mundial. Mas o maior problema não é aumentar o número de alunos por professor, é sim melhorar a formação docente para a prática do ensino superior.

Hoje no Brasil, os professores que cursaram Mestrado ou Doutorado estão em tese bem capacitados, mas com exceção dos cursos em educação e psicologia, tais professores não recebem formação para lidar com o processo ensino-aprendizagem na educação superior. Esta ausência de preparo, sobretudo para lidar com metodologias mais avançadas, causa um entrave nesta necessidade. Quando se analisa outros países, é possível se observar uma verdadeira revolução no mundo a respeito justamente da metodologia de ensino e aprendizagem para a educação superior, com o uso de tecnologias de apoio aprendizagem e metodologias com o foco no processo ensino-aprendizagem, centrado no estudante, resultando em uma autonomia de aprendizagem. Além disso, existem hoje sistemas para que os professores lidem com turmas maiores sem a necessidade de serem os únicos atores no processo, com a utilização de monitores ou tutores, que podem ser os próprios alunos da Pós-Graduação, e que por este motivo terminarão o curso mais capacitados para praticar a docência. É importante também se pensar em uma organização de docência em que você possa separar as várias disciplinas de um determinado curso, conforme defende o Entrevistado 1:

*(...) você tem uma situação onde você tem um professor da instituição que é fantástico, que consegue motivar muito a turma pra determinados temas e colocar digamos essa*

*motivação pra um número de estudantes em uma aula expositiva, essa aula expositiva as vezes ela sendo para 20, 30, 50, 150 ou 300 estudantes, como uma aula expositiva, ela está perfeitamente adequada.* (ENTREVISTADO 1).

Ao se analisar grandes universidades, que estão entre as 100 primeiras do *Academic Ranking of World University* (ARWU) de Xangai, pode-se observar um interessante sistema de aprendizagem, em que as aulas expositivas podem ser dadas a um grande número de alunos e em contrapartida um foco maior em uma aula de exercício a um grupo menor, tal como aulas de laboratórios além de atividades junto a comunidade, facilitando no processo ensino-aprendizagem e definindo atuando diretamente nas maiores necessidades dos alunos.

Para a Difes, as universidades brasileiras precisam se adequar a estes *cases* de sucesso, tendo em vista que nelas o que normalmente se observa é o professor alocado a alguma disciplina com uma turma fechada. O desafio neste sentido é aumentar os índices e ter o professor atendendo mais e melhor os estudantes além de ter mais tempo para se dedicar a pesquisa e conseqüentemente produzindo mais conhecimento, tal como nos países da OCDE, com destaque para França, Alemanha e Inglaterra, que possuem uma dinâmica acentuada e o desenvolvimento desta autonomia do estudante, com menos horas de aula expositiva e mais atividades de aprendizado. Segundo o Entrevistado 1: “*Eu acho hoje que agente tem aula demais e tempo de menos pra aprendizado (...).*”

Por fim, a solução para se atender estes indicadores estão mais ligados a estrutura, a metodologia de ensino, do que basicamente no aumento de quadro. As universidades devem utilizar metodologias mais eficazes, mais eficientes, tal como tem sido conduzido em todo o mundo. De qualquer forma, caso seja necessário, o governo brasileiro tem condições de realizar concursos e aumentar o quadro de docentes das universidades, como já vem acontecendo e é defendido pelo Entrevistado 1: “*(...) o Brasil esta fazendo, o governo esta aumentando o quadro das instituições então agente teve um aumento muito, muito importante mesmo.*”

#### **4.2.6 Expansão dos Cursos de Licenciatura na Educação Superior Brasileira**

Um dos principais papéis do Reuni é atuar sobre o grande déficit de professores para a educação básica no Brasil observando as demandas nacionais e regionais e os projetos de desenvolvimento sociais do Brasil, em um escopo social, para que fossem oferecidas as vagas respeitando a autonomia das universidades, que tiveram total liberdade para propor os cursos, mas conforme explicita o Entrevistado 1: *“É claro que houve uma indução para os cursos de licenciatura porque esta é uma política do governo que é absolutamente necessária pra gente formar mais e melhores professores pra educação básica como um todo”*.

Mas esta expansão não está acontecendo apenas dentro do escopo do Reuni, existe também o auxílio de outras ações que estão voltadas diretamente ao cumprimento desta demanda. Programas de desenvolvimento acadêmico, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), oferecido pela Capes, que é um programa que visa estreitar as relações dos estudantes, dos professores, com a educação básica, melhorando por sua vez o sistema formativo, estimulando a matrícula dos estudantes nos cursos de licenciatura por meio de um conjunto de bolsas, pois apenas criar as vagas não é o suficiente, tendo em vista que em muitos casos estas vagas não são preenchidas. Além disso, programas como o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) da Capes, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e como os Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) são importantes para formação docente, desta forma, muito tem sido feito lateralmente ao Reuni para a formação dos professores. De qualquer forma, o governo ainda tem encontrado problemas em relação a tais cursos, conforme apresenta o Entrevistado 1: *“(...) agente oferece as vagas mas não a demanda pras vagas. As vezes isso acontece em vagas nas universidades federais, as licenciaturas não são preenchidas.”* Neste sentido, tem sido realizado um aprofundamento do estudo visando a oferta e o preenchimento dos cursos de licenciatura.

#### **4.2.7 Reuni: Expansão das Universidades ou apenas das Vagas das Universidades**

Para a Difes o Reuni é um programa que visa à reestruturação e a expansão das universidades federais, sendo a expansão das vagas uma mera consequência, o que pode ser observado por meio de seus dados, que comprovam um grande nível de conforto acadêmico para as universidades. Prédios e salas de aula foram construídos e estão alocando um maior número de alunos, laboratórios foram construídos, servidores técnico administrativos e professores sendo recuperados, além do próprio orçamento das universidades, que segundo o Entrevistado 1 *“(...) cresceu muito nos últimos 8 anos, por exemplo você tem um crescimento em termos de volume de financiamento da ordem de três vezes.”*

Ao se analisar este crescimento de mais de três vezes, quando se realiza um desconto pela indicação do período o crescimento se figura por mais que o dobro real, ou seja, descontando a inflação (realizando um desconto monetário), o sistema praticamente dobrou. Tal afirmação pode ser confirmada quando se observa o Quadro 7, que apresenta simulação da distribuição de recursos de custeio para a Universidade Federal de Santa Catarina e o total que será distribuído entre todas as universidades participantes do Reuni:

<b>Total para as Universidades</b>	<b>UFSC</b>	<b>Universidade</b>
<b>174.157.480</b>	6.733.088	<b>2008</b>
<b>564.246.820</b>	21.915.589	<b>2009</b>
<b>975.706.820</b>	37.930.605	<b>2010</b>
<b>1.445.706.820</b>	56.131.859	<b>2011</b>
<b>1.970.205.280</b>	76.639.320	<b>2012</b>

**Quadro 7:** Simulação da distribuição dos recursos de custeio considerando a participação de todas as Universidades a partir de 2008 e com base no orçamento 2007.

Fonte: MEC (2007, p. 12).

Todas estas ações têm conseqüentemente um impacto positivo no desenvolvimento da pesquisa e da extensão. A extensão com programas específicos, que são desenvolvidos e devidamente financiados, resultando em um amplo desenvolvimento da extensão universitária. Esta Extensão universitária passa então a ser institucionalizada por meio de um imponderamento desta área da universidade que faz com que se tenha uma maior integração da extensão ao ensino, integração esta fundamental, e também articulado com a pesquisa, que em muitos casos está relacionada diretamente a um processo de extensão.

Outro indicador que apresenta crescimento qualitativo e melhora no processo de pesquisa são os últimos resultados da Avaliação Capes, que dois anos após a criação do Reuni apresenta que houve um aumento de qualidade, tendo em vista que o sistema de Programas de Pós-Graduação no Brasil foram avaliados positivamente, em torno de 20%. Este crescimento foi tanto qualitativo como também quantitativo, tendo



em vista que o número dos cursos foi aumentado e a qualidade aumentou.

Finalmente, segundo a Difes, muitos investimentos têm acontecido neste sentido, priorizando não só o ensino, como a pesquisa e a extensão, algo que será respondido dentro de um tempo pelas próprias universidades federais.

### 4.3 A PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES UNIVERSITÁRIOS

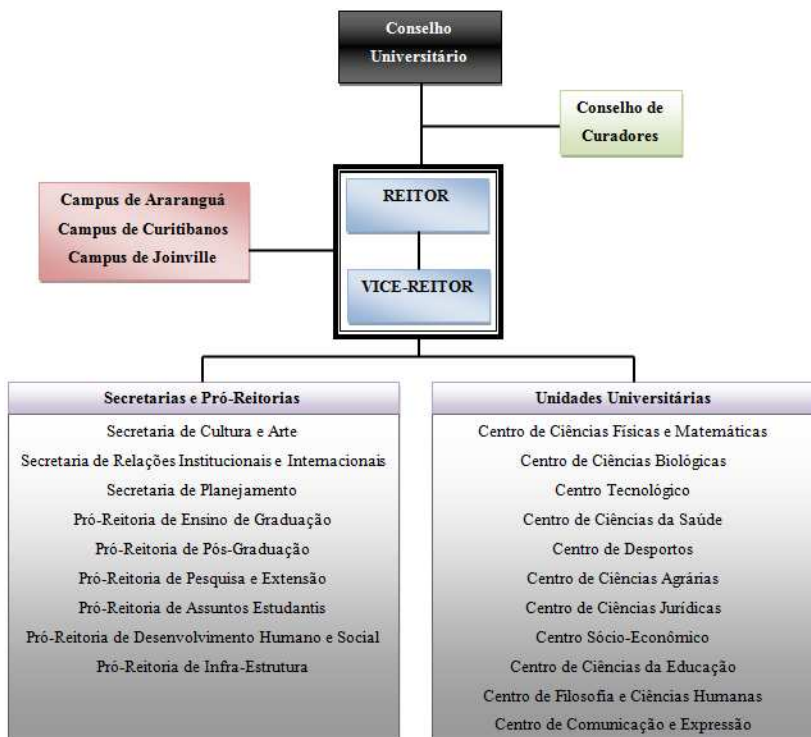
A seguir será apresentada a percepção do financiamento e da expansão da educação superior no Brasil, de acordo com os dados colhidos nas instituições federais de ensino superior: Universidade Federal de Santa Catarina, que teve sua reestruturação pautada nos recursos provenientes do Reuni; e Universidade Federal da Fronteira Sul, uma das 14 universidades criadas de acordo com o projeto de expansão. Buscou-se compreender a percepção dos dirigentes universitários de ambas as instituições no que se refere ao financiamento destinado para sua expansão, bem como as principais ações para garantir a ampliação do acesso e da permanência, com destaque para a oferta de vagas noturnas e licenciaturas, a otimização da infra-estrutura e do corpo docente, bem como a equalização da expansão com a qualidade.

#### 4.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Fundada em 1960, e completando 50 anos no ano de 2010, a Universidade Federal de Santa Catarina é uma instituição que tem por finalidade:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2010b).

Buscando-se compreender as percepções em relação à expansão e reestruturação da instituição, que aderiu ao Reuni na primeira chamada do programa dia 29 de Outubro de 2007 para implantação no 1º semestre 2008, realizou-se a coleta de dados com a Vice-Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação (PREG), Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Pró-Reitoria da Infra-Estrutura (PROINFRA), que podem ser identificadas na Ilustração 5:



**Ilustração 5:** Organograma Administrativo da UFSC

Fonte: UFSC (2010c, p. 62)

Todas as questões levantadas foram delineadas de acordo com os seguintes aspectos: Interiorização e a Ampliação da vagas; Tratamento da evasão e a reocupação das vagas ociosas; Ampliação e Otimização dos Recursos Humanos e Infra-Estrutura; Expansão e Qualidade;

Adesão ao Reuni e o Impacto na Autonomia Universitária; e a Aplicabilidade dos recursos financeiros acordados.

#### 4.3.1.1 Interiorização da Educação Superior e Ampliação das Vagas no Estado de Santa Catarina

Definida como uma importante iniciativa para o desenvolvimento, a interiorização dos Campi tem ocorrido e tem sido importante para o progresso das regiões em que as instituições estão inseridas.

Quando se analisa o Estado de Santa Catarina com mais detalhes, observa-se que a expansão tem ocorrido também por meio das escolas técnicas federais. Esta expansão se deu por meio de um mapeamento do país, observando o tamanho da população, número de vagas públicas existentes nestes locais, e a distribuição em conformidade, incluindo desta forma os Institutos Federais de Ensino Superior, que foram constituídos de maneira que possam oferecer alguns cursos na área de licenciatura, alguns cursos técnicos e cursos de educação superior tecnológica.

Segundo dirigentes universitários da UFSC, o processo de interiorização dos Campi permitiu uma maior interação da universidade com a sociedade, sobretudo nas cidades pólos, que receberam os novos campi. Tal interação melhorou substancialmente a imagem da universidade junto à sociedade, que passou a percebê-la não apenas como uma universidade litoralizada e da capital, e sim como uma universidade pertencente a todo o estado.

Em relação à percepção desta interiorização nos próximos anos, a expectativa é que a credibilidade da instituição aumente na medida em que mais estudantes residentes na região concluem seus cursos superiores, demonstrando que a universidade e conseqüentemente a educação nestes novos campi é de qualidade e que o processo para estas implantações esta de acordo com o desenvolvimento do estado e das regiões ao qual as instituições estão inseridas.

Um dos maiores desafios da UFSC era uma grande deficiência em relação à expansão da universidade no interior de Santa Catarina, e com esta iniciativa, tanto o meio-oeste, como o norte e o sul receberam extensões da UFSC, além é claro, do grande auxílio para o

desenvolvimento do extremo oeste, por meio da instalação da nova Universidade Federal da Fronteira Sul, que juntamente com a UFSC, conseguiu abranger as principais regiões do estado e terão um papel chave no progresso do estado nos próximos anos. Entretanto, é ressaltado certo vazio neste aspecto no que se refere ao Vale do Itajaí, havendo inclusive uma tentativa de solicitação de federalização por parte da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). De qualquer maneira, se considera que foi feita uma distribuição racional por todo o estado. Tal parâmetro serviu para o Brasil da mesma maneira, que desenvolveu em seu Ministério da Educação uma distribuição com estas mesmas características.

Juntamente com a interiorização dos Campi, a ampliação do número de vagas e conseqüentemente do acesso, tem se configurado como uma das principais ações da UFSC. Ao aderir ao Programa Reuni, visando sua expansão e reestruturação, a Universidade Federal de Santa Catarina traçou uma meta de ampliação do número de vagas e, conseqüentemente, de alunos matriculados para todos os cursos, além da criação de cursos novos. tal meta será alcançada por intermédio dos cursos diurnos, que estão sendo expandidos. Por uma série de fatores que serão apresentados posteriormente, a meta de ampliação dos cursos noturnos não será cumprida. Para o Entrevistado 2, o Reuni surge pautado em dois movimentos:

*Eu acho que são dois movimentos, a democratização universitária de acesso e uma idéia também de se equilibrar o percentual de vagas públicas com vagas, chamadas, vagas das universidades privadas. Então eu acho que o Reuni vem com esses dois objetivos (ENTREVISTADO 2).*

De qualquer forma, no que se refere ao repasse de recursos visando à ampliação dos cursos, tal repasse tem ocorrido e com alterações positivas, pois quando houve a pactuação do plano, os valores trabalhados eram diferentes dos valores atuais.

Quando se especifica a ampliação de vagas e cursos, ao enviar o plano de adesão da Universidade Federal de Santa Catarina ao Ministério da Educação ao final de 2007 para se iniciar em 2008, houve o estabelecimento de algumas metas referentes à criação de vagas e de cursos novos, conforme Quadro 8 e Quadro 9:

Total de Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
	3	12	4	1	6	14
Sub-Total					375	985
Total Geral	1360 vagas					

**Quadro 8:** Total de Cursos Novos – Adesão ao Reuni.

Fonte: UFSC (2010, p. 4).

Ampliação de vagas	Noturno	Diurno
2008	0	175
2009	315	630
2010	60	150
2011	0	30
2012	0	0
Sub-Total	375	985
Total Geral	1360 vagas	

**Quadro 9:** Ampliação do número de vagas – Adesão ao Reuni.

Fonte: UFSC (2010, p.4).

Entretanto, realizando uma comparação entre o planejamento enviado pela UFSC no final de 2007 para adesão ao Reuni (Quadro 8 e Quadro 9) com os últimos dados do relatório de acompanhamento do Reuni disponibilizados pela Andifes (Quadro 10 e Quadro 11), observa-se que a UFSC superou a meta pré-estabelecida para a criação de novas vagas:

<b>Ano</b>	<b>Geral</b>	<b>Noturna</b>	<b>Licenciatura</b>
2006	3920	925	1150
2007	3920	925	1150
2008	4095	925	1190
2009	5221	1130	1294
2010	6021	1345	1264
<b>Total de Vagas Novas</b>	2101	420	114

**Quadro 10:** Ampliação do número de vagas –Relatório ANDIFES.

Fonte: ANDIFES (2010, p.175).

<b>Ano</b>	<b>Geral</b>	<b>Noturna</b>	<b>Licenciatura</b>
2006	62	14	23
2007	62	14	23
2008	65	15	23
2009	70	19	25
2010	82	20	23
<b>Total de Cursos Novos</b>	20	7	0

**Quadro 11:** Evolução do número de cursos – Relatório ANDIFES.

Fonte: ANDIFES (2010, p.175).

Os números divulgados podem ser explicados pelas alterações do projeto originalmente aprovado. Quando se iniciou a implementação do que havia sido pactuado com o Ministério da Educação foi observado que muito do que havia sido aprovado não estava coerente com os objetivos da instituição, sobretudo no que se refere à implantação dos cursos nas novas cidades pólo da UFSC. De qualquer forma, para o Entrevistado 1, a ampliação do número de cursos e vagas na UFSC é positiva: “(...)nós fazemos crer que a UFSC deve cumprir suas metas, deve atender quanto a expectativa de criação das vagas projetadas durante esse período para alcançar o que foi planejado.”

Ao se analisar diretamente com a população das cidades que receberiam os cursos, foi observado que a expectativa da população em relação aos cursos que seriam oferecidos pela universidade era

completamente diferente do que havia sido programado, algo que resultou em mudanças no que seria oferecido em tais campi. No Campus de Araranguá, por exemplo, os cursos propostos no projeto inicial são completamente diferentes dos cursos existentes atualmente na universidade.

Em termos quantitativos, a UFSC garante que o projeto será superado, mas com um crescimento mais comedido dos cursos noturnos, conforme apresenta o Respondente 1 “*A nossa meta será alcançada mas não conseguimos alcançar a meta de cursos noturnos, apenas diurnos.*” Além dos cursos noturnos, as licenciaturas também terão um crescimento moderado, conforme apresentado a seguir:

a) Ampliação de Cursos Noturnos:

Uma importante iniciativa acordada entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Ministério da Educação era a iniciativa referente à ampliação do número de vagas com destaque para a criação de vagas no período noturno, entretanto, a universidade tem enfrentado problemas para garantir a expansão por meio da criação de vagas noturnas.

Os dirigentes universitários acreditam que a UFSC deveria ter um número maior de cursos noturnos ofertados para a comunidade, sobretudo os cursos de licenciatura, em que o perfil da maioria dos alunos é de pessoas que trabalham durante o dia e estudam a noite, de qualquer forma, ao tentar expandir os cursos noturnos, foi observado que em determinadas áreas os próprios professores não sabiam trabalhar com estes cursos, tendo inclusive dúvidas em relação a horário de trabalho (início e fim), carga horária, dentre vários outros. Tal desconhecimento se dá pelo motivo de a UFSC possuir a grande maioria de seus cursos diurnos.

Para o Respondente 1 “*A característica é de uma procura maior no diurno. Pra maioria das áreas.*” Ao se analisar curso a curso, é possível observar que na UFSC a maioria dos cursos diurnos são mais atrativos à comunidade em relação aos cursos noturnos, conforme Quadro 12:

<b>CURSO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>C/V</b>
ADMINISTRAÇÃO – DIURNO	100	552	5.52
ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO	100	545	5.45
CIÊNCIAS CONTÁBEIS - DIURNO	90	340	3.78
CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NOTURNO	90	423	4.7
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DIURNO	90	236	2.62
CIÊNCIAS ECONÔMICAS – NOTURNO	90	214	2.38
CIÊNCIAS SOCIAIS - DIURNO	42	94	2.24
CIÊNCIAS SOCIAIS - NOTURNO	48	94	1.96
DIREITO – DIURNO	90	1313	14.59
DIREITO – NOTURNO	90	1181	13.12
GEOGRAFIA – DIURNO	40	96	2.4
GEOGRAFIA – NOTURNO	40	138	3.45
HISTÓRIA – DIURNO	45	149	3.31
HISTÓRIA – NOTURNO	45	155	3.44
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	80	113	1.41
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA - NOT.	40	90	2.25
MATEMÁTICA - LICENC. - DIURNO	65	84	1.29
MATEMÁTICA - LICENCIATURA - NOT.	40	72	1.8
SERVIÇO SOCIAL – DIURNO	80	160	2
SERVIÇO SOCIAL - NOTURNO	60	123	2.05

**Quadro 12:** Comparação entre Cursos Diurno e Noturno – Vestibular 2011.

Fonte: UFSC (2010d). Adaptado pelo autor.



Na maioria das áreas, os cursos diurnos se destacaram perante aos cursos noturnos, motivo este que só reforça a iniciativa da expansão atual se dar com mais destaque no período diurno.

b) Ampliação de Cursos de Licenciatura:

Uma das principais iniciativas do Reuni é aumentar os cursos de licenciatura, tendo em vista o grande déficit de professores devidamente capacitados para lecionarem na educação básica, por este motivo, a UFSC ao aderir ao programa, assumiu um compromisso de aumentar os cursos de licenciatura, sendo inclusive muitos deles noturno.

O maior problema para o cumprimento desta demanda é a falta de interesse pelos candidatos para estes cursos. Como exemplo, é citada a situação do curso de Química, que foi separado em duas modalidades, Bacharelado e Licenciatura, e que possui mais candidatos para o Bacharelado do que para a Licenciatura, que em muitos casos chega a não completar nem o número de vagas oferecido. O Quadro 13 apresenta a relação de candidatos por vaga para os cursos que são oferecidos em ambas modalidades: Bacharelado e Licenciatura no Vestibular 2011:

<b>CURSO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>C/V</b>
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BACHARELADO	80	523	6.5
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA NOTURNO	80	292	3.65
EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO	60	388	6.47
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	60	306	5.1
FÍSICA - BACHARELADO - DIURNO	55	94	1.71
FÍSICA - LICENCIATURA - NOTURNO	75	115	1.53
MATEMÁTICA - LICENCIATURA DIURNO	65	84	1.29
MATEMÁTICA - LICENCIATURA NOTURNO	40	72	1.8

QUÍMICA – BACHARELADO	80	154	1.93
QUÍMICA – LICENCIATURA	40	52	1.3

**Quadro 13:** Comparação entre Cursos Licenciatura e Bacharelado – Vestibular 2011.

Fonte: UFSC (2010d).

Notas: Adaptado pelo autor.

Para se resolver este problema, é necessário que a carreira do professor seja mais prestigiada, sobretudo em termos salariais, para que o campo se torne mais atrativo. Não é vantajoso para nenhuma universidade gastar recursos, implementar os cursos e não haver demanda para o preenchimento das vagas. Mesmo assim, a UFSC tem se esforçado para ampliar os cursos de licenciatura, conforme defende o Respondente 1: *“Está havendo um esforço de se criar licenciatura, inclusive nos campi, em Curitiba existe uma comissão específica para criar cursos de licenciatura lá.”*

Finalmente, mesmo com estes obstáculos, a UFSC tem se esforçado para ampliar suas vagas, diurnas, noturnas e criar novas licenciaturas, ação que ocorre em todos os campi.

#### 4.3.1.2 Evasão e Vagas Ociosas: A Permanência como Garantia de Acesso

Com a adesão da UFSC ao Programa Reuni, uma das principais iniciativas foi em relação à redução da taxa de evasão, culminando desta forma em um maior número de formandos, reduzindo o custo pago por aluno e conseqüentemente melhorando os índices do país.

Como o tratamento da evasão é considerado um processo, que para ter sucesso depende da ocorrência de várias ações, ele ainda não pode ser medido precisamente. Algumas destas ações já foram implantadas e outras estão a implantar. Dentre estas ações, foi feito um estudo em relação à evasão e as causas que motivavam seu acontecimento, lançado um programa de apoio pedagógico, dentre várias outras ações. De qualquer forma, pelo motivo da ampliação dos cursos por meio do Reuni ser muito recente, apenas três semestres, mensurar as taxas de evasão ainda é uma tarefa difícil.

Segundo relatórios da Pró-Reitoria de Graduação, mesmo que não esteja associado diretamente a Evasão, a UFSC vem enfrentando um

fenômeno único desde sua fundação, conforme apresenta o Respondente 1: *“Um fenômeno intrínseco de nossa universidade, a procura do vestibular estão caindo.”*

Este fenômeno pode ser atribuído a uma série de fatores: o aumento do Prouni, que tem ofertado bolsas de estudo para a iniciativa privada; a criação da UFFS, retendo grande parte dos candidatos do oeste catarinense; a expansão da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC; a transformação dos colégios agrícolas em IFETS ou IFES, que ofertam um considerável número de vagas para a educação superior tecnológica e que vem crescendo muito nos últimos anos; e por fim, a própria expansão da UFSC. Tanto a evasão identificada, quando o novo fenômeno ocorrido no vestibular já está sendo analisados e deverão ser tratados nos próximos anos.

Representando uma preocupação tão grande quanto à evasão, está a reocupação das vagas ociosas, que auxilia a garantir uma maior taxa de conclusão nos cursos. A principal ferramenta que tem ajudado a universidade a conseguir realizar esta reocupação dentro da expectativa esperada é o Sistema de Seleção Unificada (SiSu) do MEC.

Por meio da utilização do SiSu, as vagas ociosas tem sido ocupadas por pessoas de vários locais do país, que não tentaram o vestibular da UFSC ou que até tentaram mas não conseguiram ser aprovadas. Os candidatos são selecionados por meio da Nota do Enem, sendo relacionados para ocupar vagas nas universidades federais.

Os resultados dessa reocupação tem sido satisfatórios, conforme explica o Respondente 1: *“Em Curitiba, quase metade das vagas foram ocupadas via Sisú.”* Esta tem sido a maior ação e o melhor caminho encontrado pela UFSC para efetuar a reocupação das vagas ociosas.

De qualquer forma, como uma atitude proativa, a UFSC tem buscado garantir a permanência dos alunos, evitando assim se deparar com processos de evasão e reocupação de vagas ociosas, que empregam recursos e tempo. Pode-se observar uma preocupação muito grande por parte da UFSC por garantir a permanência do aluno que já se encontra na universidade, pois não basta apenas aumentar o número de vagas, os alunos devem ser retidos e mantidos até a conclusão do curso que se propuseram a estudar, o que torna o processo de médio a longo prazo.

Antes de aderir ao Reuni, a Universidade já enfrentava altos índices de evasão em alguns cursos específicos. Desta forma, o Reuni serve como um programa para orientar as universidades neste processo,

administrando a evasão por meio da efetividade de investimento em educação, que passa a auxiliar na garantia de permanência dos alunos que vem de escolas públicas e que em alguns casos não possuem uma situação economicamente privilegiada, e também de uma série de ações puramente curriculares, visando o encontro do aluno com a carreira que ele realmente quer seguir, e que ela seja feita da forma adequada. Este desafio é ressaltado pelo Entrevistado 2, quando ele analisa que:

*Hoje em dia a evasão é dada a um forte dispositivo de inconsistência, alguém com o mínimo de formação possível decidindo de uma vez o que ela vai fazer o resto da vida. Isso tem um grau de improbabilidade muito alto (ENTREVISTADO 2).*

Várias ações têm sido efetivadas visando corrigir este problema da escolha que é necessária, mas prematura. Uma das ações é trabalhar com a idéia de um bacharelado em que um estudante possa ter uma opção só pela área, e mais tarde fazer uma opção pelo curso específico. Ações como esta são uma tendência mundial, e a UFSC tem experimentado isto nos campi, introduzindo uma nova forma de escolha de carreira protelando ela com um maior conhecimento em relação à universidade, para então se decidir qual curso específico efetivamente seguir.

Outra ação também trabalhada neste sentido é a das cotas permanência, além de técnicas de reforço em algumas disciplinas, em algumas áreas, que em muitos dos casos existia uma fragilidade na formação de um conteúdo específico que faz o aluno evadir. Uma das idéias neste caso é retornar com os cursos de verão, oferecidos pela UFSC em anos anteriores.

Enfim, antes de se pensar na expansão puramente quantitativa, é necessário se trabalhar no processo formativo como um todo, em que a evasão ocupa um papel de grande complexidade. A Universidade quer e está expandindo o número de vagas, mas acredita que antes precisa se resolver o problema da evasão e conforme defende o Entrevistado 2: “não só garantir o acesso, garantir que o aluno possa concluir seu curso.”

### 4.3.1.3 Ampliação e Otimização: Os Recursos Humanos e a Infra-Estrutura

A ampliação e otimização de recursos humanos e infra-estrutura é tratada pela universidade como um processo, e quando passa a ser enxergada como tal, se observa que em alguns aspectos a universidade avança e em outros não.

Ao aderir ao Reuni, uma das taxas que a UFSC precisará cumprir ao final do programa é elevar a taxa de alunos de graduação por professor, trabalhando com o índice de 18 alunos de graduação presencial por professor. A princípio, não há dificuldade em cumprir esta meta analisando a UFSC como um todo, mas os dirigentes universitários acreditam que este índice é mais viável se tratando de aulas teóricas, podendo gerar um impacto negativo ao ser implantado em aulas práticas, como por exemplo, na área da saúde, em que seria inviável alocar 18 alunos para trabalharem com doenças em algum laboratório com alguma bactéria patogênica. Por outro lado, em relação a aulas teóricas, expositivas, este índice está adequado. De qualquer forma, bem antes da definição da meta, a universidade já havia certas distorções em alguns cursos, daí a grande importância mais uma vez do tratamento da evasão e do preenchimento das vagas ociosas.

Para se otimizar os recursos humanos mantendo a qualidade, a análise apropriada deve ser por curso e até mesmo por disciplina. Uma disciplina de estágio licenciatura não pode trabalhar com tal índice, pois ficaria inviável ao professor levar 18 alunos para observar outros professores lecionarem, o ideal neste caso é que se tenha um menor índice de alunos.

Por mais coerente que tal iniciativa possa parecer, a conta que deve ser realizada não é tão simples, principalmente se não quiser afetar qualitativamente os cursos da universidade. De qualquer forma, está havendo investimentos destinados a contratação de professores, que culminaram recentemente no maior concurso para docentes da história da UFSC. Com estas contratações e além de outras ações associadas, a UFSC está garantindo uma equalização da meta proposta.

Para o Entrevistado 2 “ (...) o número de professores e servidores, pra uma universidade que tem um compromisso muito forte com o crescimento, com inovações, com desafios, que estão cada vez mais a altura das demandas que são impostas, isso sempre será

*insuficiente.*” Entretanto, à medida que se amplia o número de alunos, se aumenta o número de docentes e técnicos, haja vista importância destes profissionais para a qualidade da instituição.

Para que se atinja a qualidade, é necessário aumentar os cursos de graduação. Inicialmente, o número de professores pode estar condizente com a demanda, entretanto, em uma sociedade moderna de formação por ciclo, compreende-se que a instituição passe a ter também a expansão da Pós-Graduação, tendo em vista que os próprios alunos que se graduaram durante o processo de ampliação, poderão buscar posteriormente a Pós-Graduação, seja ela *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*. Na medida em que se aumentam os cursos de graduação, o questionamento que se faz é se os professores contratados serão suficientes para atender a esta demanda.

Em função dos questionamentos levantados, a realização de concursos para contratação de docentes também tem sido uma ação delineada pela UFSC visando sua expansão também qualitativa. Ao que se refere à realização de concursos e contratação de novos docentes, a UFSC tem enfrentado problemas para encontrar docentes em algumas áreas específicas. Inicialmente, a realização de concursos por si só já é uma atividade onerosa para a instituição, tendo em vista que são utilizados dois professores de fora da instituição para compor a banca de seleção de professores. Todo o custo associado ao deslocamento e permanência destes professores gera um grande impacto para a instituição. De qualquer forma, os resultados do último concurso foram considerados de sucesso. Entretanto, embora as maiorias das áreas tenham sido cobertas por meio deste concurso, áreas como a de ginecologia ficaram descobertas, pois havia falta de candidatos doutores, tendo então de se abrir para mestres.

Mesmo o último concurso tendo sido realizado com sucesso, a UFSC reconhece que estava desacostumada com a realização de concursos, sobretudo com a necessidade de contratar um grande quadro docente. Tal demanda fez com que fosse observado que a estrutura administrativa para se gerenciar um grande concurso estava deficiente, afinal há vários anos a universidade não realizava concursos desta magnitude.

De toda forma, o Entrevistado 2 reconhece a importância de se definir uma meta, *“Eu acho que o indicador de 1 pra 20 ele é um sinalizador que permite um horizonte de gestão nesse processo. A pior coisa é não ter nenhum indicador, isso é a pior coisa do mundo.”* A

definição de uma meta neste caso abre margem para discussões futuras a respeito do indicador, e não em argumentos abertos e evasivos, fruto de se trabalhar sem nenhum indicador associado.

Ao se analisar a ampliação e a otimização da infra-estrutura, se destaca o fato de que a Universidade Federal de Santa Catarina já passou por um longo período com deficiência de recursos para investimentos, que afetavam inclusive a própria manutenção da universidade, principalmente no que se refere às edificações.

A partir do momento que a instituição aderiu ao programa Reuni, em que foram destinadas a universidade um grande volume de recursos houve então a possibilidade de reativar a manutenção e principalmente investir na manutenção física e na aquisição de equipamentos, tendo em vista que em outras oportunidades a universidade havia enfrentado períodos difíceis até para se manter.

Com participação no programa, a Universidade Federal de Santa Catarina solicitou verbas basicamente para: Prédios para ensino e aprendizagem (salas de aula e espaço para permanência e suporte para estudos); Prédio para capacidade de atendimento na moradia estudantil; Prédio para aumentar a capacidade do restaurante universitário; Conjuntos Administrativos e salas dos professores. Tais recursos foram recebidos e os orçamentos cumpridos.

Além de todo o investimento solicitado para os recursos previamente citados, merece destaque os recursos destinados para a aquisição de equipamentos, sobretudo na área de tecnologia da informação. Conforme apresenta o Respondente 3 *“Somente na parte de TI, sem contar outros laboratórios, nos gastamos 10 milhões nos últimos 3 anos.”*

Quando se analisa os orçamentos para a infra-estrutura (edificações e equipamentos), se percebe uma grande diferença do que foi praticado nos últimos anos. No ano de 2007 a universidade recebia algo em torno de 2 a 3 milhões de reais para este tipo de investimento. Além disso, todas as obras que eram iniciadas eram delineadas por projetos, em que se apresentava um plano de trabalho para que fosse liberada a verba exclusiva do respectivo projeto. Com a adesão ao Reuni, a Universidade passou a receber tais recursos sem eles estarem associados diretamente a projetos, o que se configurou em mais liberdade para se expandir visando à melhora qualitativa da instituição. De qualquer forma, a prática de recursos para obras atreladas a projetos ainda é praticado na universidade, entretanto, além dos recursos que já

eram esperados por meio destes projetos, a universidade tem recebido recursos significativos que tem auxiliado diretamente em seu progresso.

Relatórios da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura apresentam que o crescimento de obras ocorreu, e é visível em toda a Universidade. Como um exemplo destes investimentos para ampliação e readequações, está um projeto para a Biblioteca Universitária que existe há mais de 30 anos e pela primeira vez está sendo reestruturada. Nesta obra em específico, estão trabalhando na climatização do pavimento superior da Biblioteca, local que recebe o maior número de alunos tanto para consulta de acervo como para ocupar as mesas de estudo em grupos e de estudos individuais.

Além disso, as obras aumentaram em vários outros locais da universidade, merecendo destaque as obras referentes a salas de aula, que estão sendo restauradas e em alguns locais recebendo inclusive novas salas, além da implantação de novos laboratórios práticos, criação de novos prédios, criação e expansão de mais um restaurante universitário atendendo ao crescimento anual de alunos, bem como moradias estudantis, que também estão sendo criadas por meio de um novo prédio ampliando em mais 90 vagas para estudantes, dentre várias outras obras. As próprias edificações de Araranguá e Curitibanos são exemplos desta ampliação do número de obras, que vem acontecendo de maneira concreta em todos os campi da UFSC. Estes exemplos são apenas alguns de toda transformação sofrida pela universidade nos últimos anos.

No que se refere à otimização da Infra-estrutura, recebe destaque a construção de um novo bloco de salas de aula independente, pois quando se atrela as salas à gestão de um dos centros, em alguns casos, outro centro precisa de sala de aula, mas encontra dificuldade de acesso não se chegando a um entendimento. O objetivo neste caso é o de evitar com que as salas de aula fiquem ociosas. Além disto, o Entrevistado 2 também apresenta a iniciativa dos laboratórios multiuso:

*Nos estamos trabalhando em uma lógica de tentar democratizar um pouco mais a utilização dos espaços diminuindo essa questão do espaço proprietário, sejam salas de aula, através da idéia dos laboratórios multiuso, ou seja, fazendo uma racionalização melhor disso (ENTREVISTADO 2).*



Todas estas mudanças estruturais visam alcançar um objetivo maior, conforme defende o Entrevistado 2, a idéia neste caso é “(...) *instituir na universidade essa cultura do planejamento, e se você falar em planejamento, obrigatoriamente, você tem que falar em avaliação.*” É um processo contínuo de melhoramento e otimização na aplicação de recursos e na eficiência do gasto.

Um fator crítico para se obter o sucesso em tais ações passa a ser o comprometimento de toda a instituição com o sucesso da capacidade ofertada em nível de graduação e de pós-graduação. É ressaltada que a otimização tanto da infra-estrutura como dos recursos humanos não estão ligados apenas a aspectos quantitativos, existe uma grande preocupação com a melhoria da qualidade dos cursos, que são medidos por meio de vários indicadores, internos e externos, com destaque para os indicadores externos ENADE e a avaliação dos cursos de Pós-Graduação da CAPES.

Finalmente, a instituição tem trabalhado com afinco na questão das avaliações, com o objetivo de reconstrução permanente, e não punição, para que se atinja as expectativas por meio dos respectivos resultados destas avaliações.

#### 4.3.1.4 Expansão *versus* Qualidade

A partir do momento em que a UFSC aderiu ao Reuni, visando sua expansão e reestruturação, muito tem se questionado a respeito da qualidade dos cursos, que poderá diminuir em função de alguns indicadores que deverão ser cumpridos, com destaque para a ampliação da taxa de conclusão de 90% (tendo em vista que a média de aprovação atingida pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, é de aproximadamente 70%).

Visando combinar tanto a expansão quantitativa como também a expansão qualitativa, a UFSC tem promovido várias alterações curriculares, algumas já aprovadas, no sentido de modificar os cursos, modernizando os currículos. Tal ação se fez necessária, pois na maioria dos currículos da UFSC existe certo tradicionalismo que afasta, em alguns momentos, os cursos das demandas atuais do mercado de trabalho. Por este motivo, é necessário incluir novas tecnologias, deixando os cursos mais atraentes e direcionando o foco para o Mercado

de Trabalho. O Entrevistado 2 defende a necessidade de se expandir qualitativamente:

*Agora a universidade tem essa questão toda de achar que sempre que for crescer, que ela vai perder qualidade. E isso foi desmentido, porque a UFSC, em um indicador só, a UFSC aumentou, fez uma expansão dos cursos, está fazendo, e um indicador por exemplo, as notas do ENADE todas cresceram (ENTREVISTADO 2).*

Quando se observa a meta de aumentar a taxa de conclusão dos cursos para 90%, o Respondente 1 defende que “*Na universidade, até pelo próprio tradicionalismo, não haverá aprovação automática(...)*”, apresentando a grande qualidade dos cursos da Universidade quando, por exemplo, se analisa os resultados do ENADE.

A UFSC está, de fato, expandindo. Mas paralelamente a esta expansão tem sido feito um trabalho para evitar a perda da qualidade, algo que sempre tem sido levado em consideração quando se cria um curso novo, ou se expande os cursos existentes. De acordo com o Respondente 1 “*(...) as vezes se cria cursos com baixa demanda mas não com baixa qualidade, qualidade do curso e não do aluno que entra.*”

De qualquer forma, aliar a expansão com a perda da qualidade é um pré-conceito que foi alimentado no decorrer dos anos. Ao se realizar uma comparação com o mundo corporativo, se observa que não há tal contradição entre o crescimento e a qualidade, pois a percepção dos princípios de qualidade, quando, por exemplo, uma empresa abre uma nova filial, é que já estão assimilados e que a empresa poderá levá-los como valor para sua expansão. Acreditar que uma universidade perderá a qualidade pelo simples fato de expandir é um pensamento voltado muito mais ao lado emocional do que o lado racional. Para o Entrevistado 2, é imprescindível que haja a expansão da educação superior no país:

*(...)Como é que alguém que quer ter uma ambição no futuro, onde o bem mais precioso do mundo pra um país vai ser a informação, o conhecimento, a era do conhecimento, como é que alguém pode querer fazer isso e aceitar 13% como taxa de ensino (ENTREVISTADO 2).*

O aspecto da qualidade é sim trabalhado e considerado fundamental em qualquer processo de expansão. Ao aderir ao Reuni, houve uma primeira grande preocupação por parte da UFSC segundo o Entrevistado 2 “(...)me perguntaram qual a coisa que mais me preocupa no Reuni: a qualidade das pessoas que estão sendo contratadas. É aí que está a qualidade.” Por mais que a infra-estrutura tenha certo impacto na qualidade associada, são nas pessoas que participam do processo que as reflexões serão mais profundas, algo sistematicamente defendido pelo Entrevistado 2, quando afirma que “(...)uma universidade se faz com pessoas, com pessoas e com pessoas.” A Universidade realizando vários concursos para preencher centenas de vagas tanto para professores quanto para técnicos gera um pouco de receio no sentido da qualidade das pessoas que estão sendo contratadas, pois serão estes indivíduos que irão dar (ou não) a garantia de qualidade no futuro.

São várias as situações que irão culminar com a qualidade ou com a falta de qualidade na instituição. Inicialmente, a qualidade era composta pelo quadro de colaboradores já existente na universidade. Posteriormente, será composta pelo quadro de colaboradores que estão sendo contratados. Neste sentido, a impressão que se tem é que a UFSC tem contratado pessoas com qualidade, já com formação, com garra, engajadas nos idéias da instituição, professores com doutorado e que demonstraram boas habilidades para exercer a docência, algo que poderá refletir nos objetivos da instituição, que é o de manter e até mesmo ampliar a qualidade.

No entanto, tal preocupação com os recursos humanos não tira a importância da preocupação com a infra-estrutura, é latente que a UFSC precisa também investir neste sentido. Serão as ações voltadas a infra-estrutura associadas com um bom quadro de colaboradores que irão garantir efetivamente a maior qualidade da instituição.

#### 4.3.1.5 Adesão da UFSC ao Reuni e o Impacto na Autonomia

Para os dirigentes universitários da UFSC, a decisão sobre a expansão da universidade por meio do Reuni foi imprecisa do ponto de vista acadêmico. O principal motivo para tal afirmação foi o elevado grau de emocionalidade e o baixo grau de racionalidade que conduziu o

processo o que ocasionou em problemas posteriores. Na verdade, por causa de dificuldades internas de pactuação e discussão na época, a Universidade não aderiu a chamada “Fase 1” do Reuni, que era justamente a fase de recursos para a expansão, principalmente dos financiamentos dos cursos novos. Desta forma, a UFSC só aderiu a chamada “Fase 2”, com recursos destinados muito mais para a consolidação do que para construção de cursos novos.

As maiores dificuldades da UFSC nesta situação foram as de ter de fazer uma parte da fase 1 e uma parte da fase 2 sem ter completado a fase 1, e por este motivo, com maior restrição financeira, precisou se preparar para a segunda fase, que era a fase de consolidação, ou seja, ela acabou fazendo tanto a expansão como a consolidação paralelamente. Outra dificuldade ocasionada por este entrave foi o fato da instituição não ter tido o tempo de maturação adequada para o chamado caderno de necessidades, definindo foco para todas as ações. Esta situação acabou por gerar um grau de dificuldade de gestão maior no processo, mas acredita-se que futuramente todos estes desafios serão superados.

Outro desafio enfrentado foi o fato do Reuni ser considerado um programa essencialmente de ensino, e por esse motivo ser severamente questionado em relação aos investimentos em Pesquisa e Extensão. Embora essa inclinação do programa seja reconhecida, os investimentos em Pesquisa e Extensão têm ocorrido na UFSC usando como principal agente a Pós-Graduação.

Por destinar uma série de bolsas para a Pós-Graduação, o Reuni tem contribuído para o avanço da pesquisa, pois o aluno bolsista dedica mais tempo na universidade e conseqüentemente as atividades de pesquisas. De toda forma, não se deve analisar o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira separada, eles são como um mosaico, e a medida em que se investe em ensino, haverá também reflexos positivos na pesquisa e na extensão.

Mesmo tendo uma inclinação para o princípio do ensino, cabe a cada universidade fazer com que tais investimentos impactem também sobre a pesquisa e a extensão. Uma das iniciativas da UFSC foi realocar docentes devidamente capacitados para departamentos que possuíam cursos de Pós-Graduação, fortalecendo desta forma a Pós-Graduação da instituição e conseqüentemente a pesquisa.

Outra iniciativa proveniente do Reuni que impacta diretamente na Pós-Graduação são as bolsas de Pós-Doutorado. Está sendo implementado pelo Reuni 40 bolsas de Pós-Doutorado, que terão um

grande impacto no ensino, pois o professor estará mais qualificado para esta atividade, mas terão principalmente um grande impacto na pesquisa, que deverá evoluir nos departamentos que tiverem professores contemplados.

Adicionalmente, importantes reajustes em termos financeiros foram destinados pelo Governo Federal, voltados para investimentos, custeio, valor do metro quadrado de obras que havia sido inicialmente pactuado de maneira homogeneia para todo país, e que depois ficou constatado há diferença no preço do metro quadrado entre as regiões. Então, por estes motivos, que a UFSC acredita que esta política deve continuar, inclusive afirmando que a questão da expansão e da reestruturação da universidade pública não pode ser apenas um programa, deve ser uma política permanente. Todo este processo foi um aprendizado para a instituição, que em ocasiões futuras deve envolver suas ações com um grau maior de racionalidade perante o grau de emocionalidade, que foi dominante nesta primeira oportunidade.

Um aspecto que também é freqüentemente debatido é a questão da autonomia das universidades participantes. O Reuni pretende propiciar que cada instituição encontre de maneira autônoma o caminho para o seu desenvolvimento, e na Universidade Federal de Santa Catarina isto tem ocorrido, principalmente após a ANDIFES iniciar uma parceria com o MEC para organizar o projeto geral das universidades.

O Entrevistado 2 acredita que *“As universidades devem trabalhar com autonomia, mas autonomia para chegar em indicadores”*, afinal, uma universidade federal é financiada por meio dos recursos públicos e é necessário que se preste contas deles. Desta forma, a discussão de indicadores e cumprimento de metas é legítima ao estado brasileiro. Todo órgão, empresa e até mesmo pessoa utiliza de indicadores para traçar suas perspectivas.

No que se referem à universidade estes indicadores sempre existiram, desde antes do Reuni a universidade apresenta um relatório no final do ano e baseado neste relatório, e nos indicadores, ela receberá os recursos. Se trata de uma planilha que é pactuada a nível de ANDIFES, das universidades brasileiras, e a partir daí o dinheiro é disponibilizado e eles enviam para as universidades baseado nas planilhas, e estas planilhas são construídas com indicadores. Estes indicadores podem ser: número de alunos; número de professores; número de cursos; número de formandos; número de ingressos; número de pesquisa; qualidade da pesquisa; avaliação dos cursos, dentre outros.

Quando se analisa que o cumprimento de metas, que nada mais é do que a inserção de novos indicadores, é algo novo e que vai afetar a autonomia das universidades, é uma inverdade, tendo em vista que todas as universidades sempre trabalharam pautadas em indicadores. A universidade deve sim ter autonomia, autonomia para definir o processo de dados pedagógicos, como funciona a organização, o que será feito para atingir as expectativas e se pactuar internamente para atingir resultados, pois não há interferência em relação à quais disciplinas serão criadas, como as disciplinas irão funcionar, dentre outros. As universidades possuem completa liberdade acadêmica neste sentido.

A prestação de contas das universidades em relação aos recursos que são disponibilizados deve de fato acontecer. E esta pactuação não ocorre entre universidades e Governo Federal, ela é realizada na matriz dentro da ANDIFES, que são todas as universidades brasileiras que junto com o Ministério da Educação pactua a chamada matriz de distribuição de recursos para posteriormente recebê-los. Desta forma, a introdução destes indicadores dentro da matriz é feita com uma discussão muito ampla dentro da ANDIFES, e não é inserida por meio de imposição do governo. Esta inclusive é uma maneira de se garantir a disponibilização de recursos para as universidades sem que haja discrepâncias entre as universidades, pois neste caso a ANDIFES pactua os indicadores, apresenta ao MEC, e o MEC distribui os recursos junto com a planilha que é construída em conjunto com as universidades.

A autonomia das universidades é a autonomia para que elas possam atingir seus objetivos, que é fornecer uma formação de excelência, uma formação de qualidade, que é cobrada pela população e pelo próprio governo. E a maneira de se provar se a formação é mesmo de excelência é por meio de indicadores que incidam sobre este fato. É necessário que se tenha estes indicadores para transformar a qualidade em alguma coisa que precise ser dimensionada. Esta inclusive é uma realidade da matriz ANDIFES, em que cada vez mais os reitores têm discutido a inserção de indicadores que contemple entre outras coisas a qualidade, para que as medidas não fiquem pautadas apenas no número de alunos, número de professores e número de matrículas, o objetivo neste caso é fazer com que indicadores de qualidade influenciem também no recebimento de recursos.

Para a UFSC, isto tem sido imprescindível, pois a universidade tem conseguido traçar uma linha de discussão com o MEC e adequar o seu respectivo projeto ao modelo de gestão da instituição, o que faz do

Reuni um projeto aberto, tendo em vista que sempre que é necessário a UFSC tem conversado com o MEC que por sua vez tem entendido as mudanças e respeitado a autonomia da instituição.

Entretanto, até em função do número de universidades a serem gerenciadas, acredita-se que o MEC está mais interessado nos dados quantitativos do que qualitativos, a universidade pode realizar mudanças estruturais no plano contanto que cumpra com as metas previamente acordadas, sobretudo na queda de evasão e no aumento do número de vagas. Por outro lado, a UFSC está mais preocupada com o que a população espera da Universidade, o que os professores tem observado em termos qualitativos, mudanças em projetos pedagógicos, dentre outros. Por causa deste cenário, o MEC tem destinado uma verba considerável para assistência estudantil, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, e também de outras ações. Há uma rubrica no Reuni voltada apenas para a assistência estudantil, que ajuda a manter o Restaurante Universitário, as Moradias Estudantis, Bolsa Permanência, dentre outras ações voltadas a este mesmo fim. Desta forma, a universidade tem gozado de total autonomia para conduzir sua reestruturação e expansão.

#### 4.3.1.6 Teoria *versus* Prática: Os recursos financeiros acordados

Para os dirigentes universitários da UFSC, o projeto Reuni pactuado com a ANDIFES e com as universidades federais brasileiras, tem sido mantido, com pequenos contratemplos, como por exemplo, a época das eleições, que influenciam diretamente as ações do Governo Federal. Nas eleições em específico, a dificuldade se concretiza em torno da realização de concursos públicos, com certos impedimentos para realizá-los pouco antes, ou pouco depois das eleições e isto retarda o calendário dos concursos, de 3 a 6 meses, e dependendo da situação e da urgência daquela contratação isto pode causar certos contratemplos.

De qualquer forma, quando se analisa globalmente, o projeto negociado tem sido mantido pelo Governo Federal, inclusive com importantes avanços associados, como apresenta o Respondente 2 “(...) *os valores estão sendo executados dentro do planejado e com acréscimo de valores orçamentário pelo MEC.*” Como exemplo pode-se citar a renegociação do valor do metro quadrado para construções, que foi aumentado de R\$1.000,00 para R\$1.700,00 (mesmo o valor em

Florianópolis sendo R\$2.200,00, o reajuste agradou aos gestores da universidade).

Ao enviar o plano de adesão da Universidade Federal de Santa Catarina ao Ministério da Educação ao final de 2007, para se iniciar em 2008, alguns valores para Custeio (despesas de pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação - limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos) foram previamente pactuados, conforme Quadro 14:

Orçamento		2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	Professores Equivalentes	1.664.699,70	5.548.999,00	13.872.497,50	22.195.996,00	22.195.996,00
	Servidores de Nível Superior	379.646,40	759.292,80	1.898.232,00	2.277.878,40	2.657.524,80
	Servidores de Nível Intermediário	79.528,10	397.640,50	954.337,20	1.272.449,60	1.590.562,00
	<b>Total</b>	<b>2.123.874,20</b>	<b>6.705.932,30</b>	<b>16.725.066,70</b>	<b>25.746.324,00</b>	<b>26.444.082,80</b>
Bolsa	Assistência Estudantil	300.000,00	1.800.000,00	3.300.000,00	6.000.000,00	7.500.000,00
	Mestrado	564.000,00	1.466.400,00	2.820.000,00	3.384.000,00	4.512.000,00
	Doutorado	501.840,00	1.505.520,00	2.676.480,00	3.680.160,00	4.349.280,00
	Pós-Doutorado	396.000,00*	1.584.000,00	2.178.000,00	3.088.800,00	3.762.000,00
	Professor Visitante	396.000,00*	1.188.000,00	1.584.000,00	2.178.000,00	3.366.000,00
	<b>Total</b>	<b>2.157.840,00</b>	<b>7.543.920,00</b>	<b>12.558.480,00</b>	<b>18.330.960,00</b>	<b>23.489.280,00</b>
Unidades Básicas de Custeio	1.372.711,15	5.047.965,20	6.079.917,20	9.638.001,70	24.261.621,50	
<b>Total Projetado</b>	<b>5.654.425,35</b>	<b>19.297.817,50</b>	<b>35.363.463,90</b>	<b>53.715.285,70</b>	<b>74.194.984,30</b>	

**Quadro 14:** Síntese do Orçamento de Custeio UFSC – Projeto Reuni.

Fonte: UFSC (2010)

Notas: \* Ainda não implementado.

Entretanto, por se tratar de um projeto aberto, várias foram as alterações em função dos anos para readequação das verbas acordadas, sendo então todos os orçamentos previamente planejados cumpridos, inclusive com um acréscimo de valores orçamentários pelo MEC.

Quando se detalha o acréscimo e os motivos que conduziram a esta necessidade, atribui-se isto em função das disponibilidades



orçamentárias do MEC assim como a capacidade de execução de cada instituição, que influenciou diretamente no montante recebido.

Ao analisar especificadamente a UFSC, se observa que houve um aumento no Custeio em 2010 de R\$1.567.030,00 e em 2011, a previsão é que este aumento seja de R\$3.931.321,00. No que se refere à assistência estudantil, as expectativas giram em torno do Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, que auxiliou no acréscimo da verba já projetada. A partir de 2009, com a adesão ao PNAES, a UFSC recebeu um relevante aumento na ordem de R\$7.952.996,00 já no ano de 2009. Em relação ao ano de 2010, este aumento foi de R\$9.274.836,00 e para o ano de 2011, já está previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLOA, um acréscimo de R\$10.434.494,00.

Todos os recursos, não só os projetados como também os acrescidos, significaram uma forma de auxiliar diretamente no desenvolvimento da instituição, oferecendo mais bolsas de estudos, melhorando na assistência estudantil e nos compromissos com o corpo docente.

Compreendendo também como fundamental para a expansão e reestruturação da UFSC está o orçamento para investimento. A partir de então, o Quadro 15 apresenta os recursos acordados pelo Ministério da Educação para a UFSC durante a adesão ao Reuni:

<b>Total Projetado</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Infra- Estrutura</b>	<b>Edificações</b>	<b>Orçame- nto</b>
<b>11.553.512,55</b>	1.200.000,00	0,00	10.353.512,55	<b>2008</b>
<b>26.069.387,00</b>	4.069.387,00	1.000.000,00	21.000.000,00	<b>2009</b>
<b>18.000.000,00</b>	4.000.000,00	0,00	14.000.000,00	<b>2010</b>
<b>20.500.000,00</b>	4.000.000,00	0,00	16.500.000,00	<b>2011</b>
<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	<b>2012</b>
<b>76.122.899,55</b>	13.269.387,00	1.000.000,00	61.853.512,55	<b>Total</b>

Quadro 15: Síntese do Orçamento de Investimento UFSC – Projeto Reuni.  
Fonte: UFSC (2010).

Conforme análise dos relatórios financeiros da UFSC, o Respondente 2 confirma que “*As verbas para investimento estão além do projetado.*” O Respondente 3 contribui com essa afirmação, quando apresenta que “*O Auxílio existe e as coisas estão acontecendo fatalmente em função deste recurso.*”

No ano de 2010, houve um aumento de Capital, destinado a Edificações, Infra-estrutura e Equipamentos na ordem de R\$9.003.203, totalizando então em um valor final de R\$27.003.203, e em 2011, conforme a previsão do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o aumento será surpreendentemente de R\$22.586.982,00 (dobrando o que estava inicialmente projetado), totalizando assim em R\$43.086.982,00 destinados para investimento.

Este volume de recursos aplicados faz com que a Universidade Federal de Santa Catarina vivencie um momento único de expansão, com construção de prédios, adequação de infra-estrutura existente, aquisição de equipamentos, dentre várias outras ações que influenciam diretamente no acesso e na permanência do estudante na universidade.

Adicionalmente, como uma das principais premissas do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Federal de Santa Catarina tem tentado sistematicamente reduzir o custo aluno. Entretanto, em função dos grandes valores de investimento, a tendência é este custo aluno aumentar, de qualquer forma, o Respondente 2 defende que *“Conforme a quantidade de alunos formados a tendência do custo é ser menor.”*

Por este motivo, o custo oficial dos alunos nas Instituições Federais de Educação Superior será apurado a partir de 2012, quando se encerrará o programa Reuni. Para se atingir os resultados esperados, será necessário que a universidade trabalhe sobre o aspecto da ampliação do número de vagas, do tratamento da evasão, da reocupação de vagas ociosas, dos indicadores do número de alunos por professor, e principalmente da taxa de concluintes, pois quanto mais alunos formados, menor o custo associado. Desta forma, a meta de aproveitamento de aluno matriculado/formado será a principal ferramenta para se trabalhar com a diminuição do custo aluno, algo que já vem sendo trabalhado pela universidade na medida em que se estuda a revisão curricular, dentre outras ações.

Tais iniciativas se configuram em um processo contínuo de negociação que foi também avaliado positivamente pela sociedade que presenciou a expansão da educação superior federal. Os reflexos neste sentido são agora de várias demandas de federalização de instituições que querem expandir e interiorizar, fazendo com que uma política de governo passe a ter identidade de política de estado, quando passa a ser ponderada pelas reinvenções da própria população.

Por este importante papel não só para as instituições como para o país como um todo, e pelo cumprimento dos recursos acordados, que a certa inclinação das lideranças universitárias no sentido de defender que se mantenha o programa e que ele passe a se tornar uma política permanente, conforme defende o Entrevistado 2 *“Eu acho que essa questão da reestruturação e da expansão da universidade pública ela não pode ser um programa, não deve ser um programa que vai de 2004 a 2008, 2008 a 2011. Isso tem de ser uma política permanente.”* Acredita-se que as chances de sucesso são reais, haja vista que tanto as instituições, quanto a sociedade serão beneficiadas neste sentido.

#### **4.3.2 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

A seguir será apresentada a percepção do financiamento e da expansão da educação superior no Brasil, com foco voltado a Universidade Federal da Fronteira Sul, sobre a visão do Reitor, e dos setores: Pró-Reitoria de Graduação e Diretoria de Planejamento.

Criada em 15 de Setembro de 2009, por meio da Lei 12.012, a UFFS é uma instituição de ensino superior pública e popular, que abrange os 396 municípios da Mesorregião Fronteira Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul e tem por missão:

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da fronteira sul, a qualificação profissional e a inclusão social;
2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno;
3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2010).

A Universidade Federal da Fronteira Sul teve como instituição matriz a Universidade Federal de Santa Catarina, tendo seu projeto e

concepção desenvolvidos dentro desta universidade. Um dos principais Institutos de Pesquisa responsáveis por esse desenvolvimento foi o Instituto de Pesquisa e Estudos em Administração Universitária, o INPEAU, que teve o papel de incubador da UFFS. O INPEAU (anteriormente denominado NUPEAU), foi criado em 1988 e tem como objetivo: “(...) gerar, disseminar e preservar o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido na área de Administração Universitária, visando a construção de um moderno sistema de educação superior (INPEAU, 2011).”

Buscando-se compreender as percepções em relação à criação e expansão da instituição, realizou-se a coleta de dados com a Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Secretaria de Planejamento, que podem ser identificadas na Ilustração 6:



**Ilustração 6: Organograma Administrativo da UFFS.**

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da UFFS (2010).

Todas as questões levantadas foram planejadas de acordo com os seguintes enfoques: A Criação da UFFS e seu papel dentro do Reuni; Ampliação do número de vagas e acesso as vagas, com destaque para os cursos noturnos e licenciaturas, bem como a permanência do estudante na universidade; Ampliação e Otimização dos Recursos Humanos e da Infra-Estrutura; Os entraves que a expansão pode gerar na qualidade; O Reuni e o impacto na autonomia; e o Recebimento e a Aplicação de Recursos, tanto para Custeio como para Investimento.

#### 4.3.2.1 As Três Grandes Questões Motivacionais para a Criação da UFFS e seu papel dentro do Reuni

A UFFS surge de uma demanda puramente social, verticalizada de baixo para cima, diferente do que acontece na fundação da maioria das universidades. Conforme apresenta o Entrevistado 3, ela é considerada “(...)a semente que caiu no solo fértil.” Semente esta que foi plantada por todos os movimentos sociais da região, com destaque para Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Pastoral da Terra, Mulheres Camponesas, e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, FETRAF, sendo ela considerada uma das principais lideranças neste processo, tendo em vista que é uma região com abundância em agricultura. Além disso, houve também a influência de grupos políticos, associações de prefeitos dos três estados da Região, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de vereadores, deputados estaduais e federais, todos lutando juntos em prol da criação de uma universidade federal.

Tal mobilização ocorreu visando atender a três grandes questões que se apresentavam imprescindíveis para o desenvolvimento da região:

1ª Grande Questão: A litoralização da população.

Tal questão foi fundamental para a motivação dos movimentos em favor da construção de uma universidade federal, conforme defende o Entrevistado 3: “*Existem áreas inteiras aqui que vinham diminuindo de população, porque as pessoas iam, chegavam no final do ensino médio, e iam pro litoral e nunca mais voltavam.*” Isso pode ser explicado pelo motivo do litoral ser sede da maior parte das universidades federais do Sul do país e também para buscar trabalho e conseqüentemente a ascensão social. O que se observava era que a maioria destes jovens nunca mais retornava, até pela falta de oportunidade, gerando certa perda para a região de origem.

2ª Grande Questão: A Necessidade de se trabalhar o Meio Ambiente na Região

O Tema Meio Ambiente era e continua sendo considerado um tema grave e que merece grande atenção por parte da população. Um dos maiores exemplos é a produção de dejetos de suínos oriundos desta região, que é uma das regiões que mais produz dejetos suínos no Brasil. Atualmente o estado de Santa Catarina produz 1 milhão e 800 mil metros<sup>3</sup> de dejetos de suínos por dia, o que gera um grande impacto para

o meio ambiente, com um grande risco de se contaminar o aquífero Guarani e os rios da região.

### 3ª Grande Questão: A Agricultura Familiar

Por ser uma região que se destaca pela agricultura familiar, oferecer uma formação focada nas carências profissionais da região seria um diferencial. Com a devida capacitação, um problema como o da produção de dejetos suínos pode se transformar em solução, quando eles são tratados para serem transformados em fertilizantes naturais, pela produção de energia elétrica com biomassa, entre outros. Por estes motivos é que a universidade possui hoje 4 cursos de agronomia nos 5 Campi. Cursos por exemplo com ênfase em agro-ecologia, com o objetivo de se cuidar do meio ambiente e também propiciar novas oportunidades para as pessoas bem como para a agricultura familiar da região, além de cursos de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, todos articulados com as necessidades regionais.

Quando se analisa o papel da UFFS dentro do Reuni, se constata que oficialmente a UFFS não pertence ao Reuni, entretanto, pode se considerar que ela está inserida na filosofia do programa, quando se considera que o programa foi instituído com o objetivo de criar novos campi no interior. Esta criação se daria por meio da reestruturação das respectivas universidades visando suas expansões e saindo estritamente das capitais, pois as universidades federais, dentre todas as categorias administrativas, eram as menos interiorizadas (com exceção de Minas Gerais), diferentemente das universidades estaduais, comunitárias e até as privadas com fins lucrativos.

Por este motivo a UFFS pode ser considerada uma universidade que faz parte dos mesmos princípios de democratização ao qual fazem parte as universidades participantes do Reuni, por trabalhar com a idéia de uma estrutura multi-campi e interiorizada.

Outro aspecto que faz com que a UFFS esteja ligada aos ideais do Reuni é a preocupação aparente com a reestruturação dos cursos tradicionais, quando se buscou definir novas ênfases para os cursos, como por exemplo o curso de Agronomia com ênfase em Agro-Ecologia, o curso de Engenharia Ambiental combinado com o curso de Energias renováveis e o curso de Ciências, combinando Química, Física e Biologia, atuando diretamente na política de formação de professores para a educação básica, uma das maiores preocupações do Governo Federal atualmente.

De qualquer forma, embora seja considerado um programa de excelentes resultados, os dirigentes universitários da UFFS acreditam que o Reuni ficou muito dispersivo para atender as metas que propõe, sobretudo para as licenciaturas, o Reuni deveria ter uma ênfase mais rígida, voltada ao que é importante para o país. Esta definição de foco se faz imprescindível para evitar que futuramente se observe que os problemas continuam os mesmos e que pouco se alterou.

#### 4.3.2.2 Ampliação, Acesso e Permanência

Por se tratar de uma universidade recentemente inaugurada, sob o âmbito do Reuni e de acordo com as principais políticas do governo federal, a ampliação do número de vagas é uma preocupação oriunda da gestão federal e que perpassa todos os objetivos da universidade.

Neste sentido, a Universidade Federal da Fronteira Sul precisa avançar em termos orçamentários, no entanto, ressalta a importância dada pelo governo federal para o cumprimento das demandas da universidade, repassando os recursos conforme o planejado. Logo, o cenário de expansão para os próximos anos se faz otimista.

No que se refere a ocupação das vagas disponibilizadas, por motivo da Universidade Federal da Fronteira Sul ser uma universidade nova e estar inserida em uma região historicamente excluída do direito ao ensino superior, sobretudo em relação ao ensino superior público, foi necessário um grande esforço por meio de várias chamadas para se ocupar as vagas existentes na universidade.

Neste sentido, a UFFS conseguiu atingir um satisfatório índice de preenchimento de suas vagas disponibilizadas. Das 2160 vagas existentes na Universidade, 2035 foram preenchidas e são utilizadas até então por estudantes que são oriundos, em sua maioria, de ensino público. Além disso, grande parte destes alunos são da própria região da Fronteira-Sul, o que culmina com os objetivos de auxílio no progresso da região contemplada com a UFFS.

A decisão de se iniciar as atividades em Março de 2010 oferecendo 2160 vagas se deu pela importância de tentar atender principalmente a população local (mesmo sendo aberta para todo Brasil). A expectativa é que em 4 anos a universidade tenha 8.640 alunos matriculados no âmbito da graduação, além de cursos de Mestrado e Doutorado. Entretanto, vale a pena ressaltar a preocupação da Universidade em garantir este acesso sobretudo para a população



local, algo que tem sido atingido quando se observa os últimos relatórios da universidade. As iniciativas da UFFS foram exaltadas pelo Entrevistado 1:

*Digamos, os cursos previstos estão sendo implementados, as matrículas estão sendo feitas, então tem todo o processo que esta em plena execução, com bastante vigor, com bastante motivação, por todos que estão tratando da implementação da Universidade da Fronteira Sul (...)* (ENTREVISTADO 1).

Os dirigentes universitários da UFFS atribuem este sucesso a uma fórmula utilizada que garante a democratização do acesso, que visa compreender a educação como um sistema. Nesta fórmula se observa que o início está na educação básica e ensino fundamental, que é 90% pública, posteriormente no ensino médio, que é 89% público, em seguida no ensino superior, que é 75% privado, finalizando no ensino de Pós-Graduação que é 84% público. A conclusão que o Entrevistado 3 apresenta é: “*Se 89% do ensino médio é público e se precisa do ensino médio para entrar na universidade, senão não entra, então nós vamos tentar garantir 89% na representação dos cursos do ensino médio, oriundos dessas escolas.*” A partir deste raciocínio a UFFS tenta garantir que 89% sejam oriundos de escolas públicas, aplicando uma bonificação em cima da nota obtida pelo ENEM aos candidatos para Universidade, esta bonificação varia de: 1.3 para quem cursou todo o ensino médio em escola pública; 1.2 para quem cursou dois anos do ensino médio em escola pública; 1.1 para quem cursou um ano do ensino médio em escola pública; e 1.0 para quem não cursou em escola pública.

Esta medida tem atendido as expectativas quando se observa que atualmente a instituição conta com 91% dos alunos oriundos de escolas públicas, o que resulta não apenas em maior acesso como também maior democratização. Segundo o Entrevistado 3 “*(...) a nossa universidade ela pode ser definida como a primeira universidade pública popular.*” Tais iniciativas fazem com que a UFFS traga dentre os seus alunos os pobres, os mulatos, os filhos de agricultor e todos os outros grupos que queriam que fosse garantia de espaço para as cotas, mas que ingressaram através do mérito e da visão sistêmica combinados mutuamente. Dados da UFFS apresentam que 81% do alunado

representam a primeira geração que chega a educação superior na família o que representa a ampliação do acesso com a democratização.

Em relação a permanência, já no 1º ano, a Universidade criou um programa de bolsas de estudos que girou em torno de R\$1.700.000,00, oferecendo 900 bolsas de estudos para a população de 2.160 estudantes. As bolsas de estudo são destinadas aos alunos carentes mas possuem um viés puramente acadêmico, visando a iniciação acadêmica do estudante contemplado, que deverá prestar 20 horas de dedicação a algum projeto desenvolvido por um professor da própria universidade.

Um dos principais projetos desta iniciativa é um projeto de expressão escrita chamado Comunica. Neste projeto, cada professor participante tem cinco alunos em cada um dos campus, e o aluno integrante ao projeto precisa entregar, toda semana, um texto por semana, englobando assim os cinco dias da semana. Estes textos são aproveitados nas publicações dos Boletins Informativos semanais da universidade. Por fim, para auxiliar a garantir a permanência a UFFS também está trabalhando para implantar o Programa Nacional de Auxílio ao Estudante (Pnaes) no ano de 2011. Tais iniciativas são consideradas importantes para universidades que estão começando, sobretudo para a UFFS, por ser uma universidade que comprovadamente possui um corpo discente oriundo de classes economicamente desprivilegiadas se comparada com as outras universidades federais.

Ao se analisar a oferta de cursos noturnos e de licenciaturas, que vão de encontro com as demandas nacionais, observa-se que a instituição também tem trabalhado nesse sentido:

a) Oferta de Cursos Noturnos:

Por estar localizada em uma Região onde a maioria dos estudantes são também trabalhadores, a Universidade Federal da Fronteira Sul não tem enfrentado dificuldades para oferecer e preencher as vagas dos cursos noturnos, algo que pode ser comprovado ao observar o grande índice de participação dos alunos neste período, contrariando o que acontece em outras instituições, que têm os cursos diurnos como os carros-chefe. Para o Respondente 4:

*Na região da grande fronteira sul, a maioria dos estudantes são trabalhadores. A oferta de cursos noturnos, favorece que esses estudantes acessem*

*a educação superior pública com maior facilidade. Isso se reflete na ocupação ampla das vagas noturnas ofertadas (RESPONDENTE 4).*

Entretanto, muitos dos cursos ofertados são incompatíveis com a oferta integral no curso noturno. Para estes casos, assumindo um compromisso de ampliação e democratização do acesso, a UFFS procura sempre que possível, priorizar a oferta em um turno, viabilizando a presença de estudantes trabalhadores.

De qualquer forma, visando também garantir a permanência dos estudantes que estão matriculados em cursos de dois turnos e que não conseguiriam se manter, a UFFS desenvolve uma política de bolsas permanência e bolsas de iniciação acadêmica voltada ao sucesso destes estudantes.

#### b) Oferta de Licenciaturas:

Além de toda contribuição para o desenvolvimento regional, principalmente voltado a agricultura familiar, segundo o Respondente 4, *“A UFFS nasce com o compromisso de atender a política nacional de formação de professores. Essa é uma das principais linhas de atuação desta universidade.”* A UFFS oferece hoje 300 vagas para Ciências, que é um curso que posteriormente se divide nas Licenciaturas de Química, Biologia e Física (esta última licenciatura com um déficit enorme em termos nacionais). Das 300 vagas oferecidas, todas foram preenchidas e a instituição acredita que sempre haverá procura, pois existem muitas pessoas buscando a oportunidade de poder realizar um curso superior, idéia esta defendida pelo Entrevistado 3, *“A idéia de que não tem procura também é meio fantasiosa, tem procura, esta cheio de gente querendo estudar.”*

Além dos investimentos já previstos, a UFFS conta atualmente com vários projetos aprovados, se qualificando para fortalecer a relação com a educação básica, não apenas na formação de graduandos, mas na articulação por meio da extensão e pesquisa com a educação básica, e com ações voltadas a qualificação desta educação.

Finalmente, a UFFS criou esta frente das licenciaturas muito forte, por considerar esta uma questão nacional. Esta ação foi desenvolvida em relação à política Nacional de formação de professores que foi definida pelo decreto do Presidente Lula em Janeiro de 2009, contando inclusive com o auxílio do Entrevistado 3 para redigí-lo, que

na época atuava na Capes e liderava o processo. Desta forma, em sintonia com esta política, observou que era preciso mais Professores de Física, de Química, de Biologia, de Matemática, de Português, para garantir aos alunos chegarem melhor qualificados na educação superior e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento não só das escolas como da educação como um todo.

#### 4.3.2.3 Ampliação e Otimização dos Recursos Humanos e da Infra-Estrutura

Ainda que o Governo Federal tenha estipulado por meio do Reuni a meta de otimização de 18 alunos por professor na graduação para as universidades federais brasileiras, a UFFS foi instituída para trabalhar com a meta de um professor para cada vinte alunos, embora atualmente esteja trabalhando com dezesseis alunos para cada professor, algo que irá se estabilizar posteriormente. Este índice atual se dá pelo fato de que a universidade foi mais ágil na contratação de docentes do que a entrada de alunos.

A proposta ao inicial foi a de ter 500 docentes para um total de 10.000 alunos em 4 anos, ou seja, turmas maiores, medida esta aprovada pelos dirigentes da universidade. Tal medida se justifica pois nas turmas pequenas existem menos interações, as contradições geradas são aquém ao esperado e isto gera menor motivação aos alunos.

Para o Entrevistado 3, existem alguns professores que acham que tais índices significam mais alunos por professor do que o ideal, mas que isto não reflete a realidade mundial, justificando com uma vivência pessoal:

*(...) eu dei aula nos Estados Unidos de literatura pra 120 alunos, como professor visitante. E daí? Eu só me organizava de outro jeito. Mas eu dava minha palestra, 120 tem que dar uma palestra, você prepara sua aula, então sua aula é bem preparada (ENTREVISTADO 3).*

Nesta oportunidade, além do papel do professor, haviam mais cinco tutores que auxiliavam durante o decorrer das aulas e que promoviam uma discussão com os alunos ao final da aula. Desta forma, a mudança começa a acontecer no professor, que precisa preparar a aula

para repassar para um grupo maior, e depois das aulas, os alunos recebem orientações em grupos menores discutindo os temas que foram debatidos.

O índice de um professor para vinte alunos é considerado bom pelos dirigentes da universidade, de qualquer forma, desde sua fundação, a UFFS já realizou dois concursos para a contratação de docentes, visando equalizar o aumento de estudantes e de turmas ao número de professores, para atingir dentro dos próximos anos a sua respectiva meta.

Mesmo a instituição estando em uma região de certa forma distante do ensino superior público federal, responsável em sua maioria pela formação de mestres e doutores, a UFFS não tem enfrentado problemas para atrair candidatos para os cursos de docentes, conforme afirma o Respondente 4, *“Se olharmos o número de candidatos inscritos nos dois concursos realizados até agora, veremos que a procura é ótima.”* Além disso, os docentes aprovados têm assumido suas vagas e demonstrado empenho e um importante otimismo para a recém criada universidade.

Entretanto, em algumas áreas específicas a instituição enfrentou problemas para o preenchimento das vagas, como por exemplo na área de LIBRAS, que, no caso da UFFS é um componentes curricular do Domínio Conexo das Licenciaturas.

Ao se analisar a otimização tanto de recursos humanos quanto de infra-estrutura, observa-se que a UFFS tem trabalhado em prol de atingí-la. Projetos como o já descrito, Comunica, é um exemplo de otimização de recursos humanos, na medida em que a universidade se dispoe de apenas dois jornalistas para fazer a cobertura dos cinco campi, algo inviável. Por este motivo, são utilizados tanto os professores de lingua portuguesa quanto os alunos bolsistas do projeto, que ajudam desta forma na construção dos boletins informativos. Os informativos são lançados semanalmente, com um generoso número de páginas (o informativo da semana anterior a entrevista, 26 de Setembro a 02 de Outubro, havia saído com 9 páginas). Desta maneira, o projeto surge como uma necessidade proveniente da otimização dos recursos humanos da universidade.

Ainda fazendo referência ao Projeto, o Entrevistado 3 explica que a lei deu a Universidade apenas dois jornalistas e para mudar a lei, seria necessário esperar muito tempo, algo que poderia comprometer com a comunicação dentro da instituição, desta forma, foi necessário que a

instituição trabalhasse com os recursos que possui, que são os professores que dão aulas de expressão e escrita em todos os campi e para todos os alunos. Então ao se envolver os professores e os alunos você conseqüentemente aumenta o aprendizado e a motivação dos alunos, a comunicação vai melhorar, e os resultados serão positivos a todos.

O sucesso do projeto em termos de otimização e motivação é tão grande que atualmente na universidade existem vários alunos que não são carentes mas querem entrar no programa. Para atender estes alunos a UFFS está criando o bolsa voluntária, em que o aluno atua nos projetos mas não recebe dinheiro, recebe apenas um certificado de participação no projeto que poderá contar em suas atividades complementares no histórico escolar. Outra otimização dos recursos humanos seria o fato de a UFFS ter conseguido iniciar seu funcionamento sem nenhum professor substituto ou nenhum técnico que não fosse do quadro, pois todos os concursos foram realizados e preenchidos dentro do tempo esperado, trabalhando assim apenas com os recursos que possui.

Um outro tipo de aproveitamento está ligado a contratação do corpo docente e técnicos. De 15 de Outubro (posse do Reitor) a 29 de Março (início das aulas), todos os professores já haviam sido nomeados e estava sendo realizado um segundo concurso. Segundo o Entrevistado 3 *“Então eu tive uma preocupação muito grande em ter o essencial, o essencial pra mim sempre foi gente, ter professor, ter técnico, porque sem eles não poderia ter estudantes, e com eles eu ia ter energia suficiente para fazer todo resto.”* Para o ano de 2011, antes de pensar na otimização, é necessário pensar nos recursos básicos, como laboratórios, construções, que já estão devidamente projetados.

Quando se analisa a otimização de recursos, pôde-se observar que a Universidade utiliza um equipamento de vídeo conferência para integrar os 5 campi, que estão fisicamente separados, para ter mais agilidade na administração, pois dependendo dos campus que decidem se comunicar, a distância é cerca de 10 horas de carro. Por este motivo a universidade tenta garantir um bom sistema de comunicação, sobretudo entre os diretores, por meio de celular e da já mencionada vídeo-conferência. A otimização de recursos por meio de vídeo-conferência é algo que pode ser usado tanto pelo administrativo, como também pelo acadêmico, quando, por exemplo, no Campus de Serro Lago possui um professor muito bom que poderia dar uma aula de sociologia para os alunos do Campus de Chapecó e nos outros campi.

Mesmo a universidade estando em espaços provisórios por enquanto, ela possui a estrutura essencial para funcionar: Cada professor tem o seu laptop, desde o dia em que entra na universidade; é disponibilizado um computador para cada dois estudantes; e a biblioteca possui todos os livros que sustentam as disciplinas. A única pendência são os laboratórios, que serão construídos no ano de 2011 e que serão concebidos junto com a comunidade.

Finalmente, todas estas ações estão sendo tratadas pelos recursos humanos disponíveis na universidade. Professores que estão trabalhando por meio de uma comissão, coordenados pelo Pró-Reitor de extensão, atuando assim em prol da otimização da infra-estrutura e dos recursos humanos.

#### 4.3.2.4 Expansão e os Questionáveis Impactos na Qualidade

Para o Entrevistado 3 *“(...) é um erro agente achar que deve começar com turmas pequenas porque senão afeta a qualidade... muitos casos eu acho que é o contrário.”* O Entrevistado 3 ainda complementa: *“(...) o país trabalha com o mito de que a quantidade é inimiga da qualidade. Sempre isso. Se isso fosse verdade o Brasil devia ter um dos melhores sistemas educacionais do planeta. Porque? Porque nós temos a pior quantidade.”* Enquanto no Brasil, no máximo 15 de cada 100 alunos que tem idade para estar na educação superior estão matriculados, em outros países, como Alemanha, França, Argentina possuem 40, 50 de cada 100 e nem por isto o sistema brasileiro é considerado superior, por este motivo o mito da quantidade deve ser quebrado. Outro ponto é a questão orçamentária, que não deve ser vista como a única saída para se melhorar a qualidade, é sim uma questão de políticas.

Como principal programa visando a expansão e reestruturação das universidades federais, o Reuni muito tem sido questionado como um programa que implantado irá impactar negativamente na qualidade das instituições. De acordo com o Entrevistado 3, enquanto ele ainda estava trabalhando no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, ele fez um estudo, depois que os alunos do Reuni fizeram a prova do Enade, e observou que os alunos do Reuni se saíram ligeiramente melhores que os alunos não-reuni, com a diferença que os alunos do Reuni são, em princípio, carentes.

Pelo motivo do Brasil ser um dos últimos países a universalizar a educação básica, se tem uma idéia de que sempre que se tenta ampliar o acesso a educação superior na iniciativa federal irá haver um sucateamento da educação, piorando o ensino de qualidade. Para os dirigentes universitários, se por conseqüência de aumentar o acesso, sobretudo a população carente, vai piorar a qualidade, que deixem piorar a qualidade, pois tratar o problema da qualidade é mais fácil do que tratar os problemas sociais de pessoas que não frequentam a escola, por meio de recuperação destes jovens ou até da construção de mais presídios e investimentos em segurança pública.

Para o Entrevistado 2 “(...) *nós temos que trabalhar por mais quantidade, isso significa colocar mais cérebros, mais pessoas, mais energias criativas, a serviço do desenvolvimento do país.*” É ilusão achar que haverá desenvolvimento da nação na ciência, na tecnologia, ou nas artes se não há pessoas que consigam ter a escolaridade básica garantida e que parem os estudos no ensino médio, é necessário dar a oportunidade para eles continuarem. Dados do IBGE de 2007 apresentavam que a renda familiar média dos estudantes que estavam no ensino médio naquele momento era de 2.3 vezes menor do que a renda média dos estudantes que estavam na universidade, conclui-se então que agora existem muito mais pessoas pobres vislumbrando a universidade no horizonte de suas vidas. Informações como estas que reforçam a necessidade de programas como o Prouni, como o Reuni, que comprovam a necessidade da expansão da educação superior pública e gratuita, absorvendo estas pessoas.

A evolução deve partir de um princípio que se considere a importância do orçamento, pois a medida que você amplia as vagas, automaticamente você amplia o número de docentes, e estes docentes precisarão receber, além de ser necessário construir prédios, laboratórios, e o orçamento precisa ser compatível. Para que este orçamento consiga acompanhar as necessidades é imprescindível que haja uma política norteadora bem definida. Para expandir com qualidade é necessário equilibrar os investimentos com políticas bem definidas.

Um outro exemplo de expansão quantitativa não deixando o qualitativo de lado seria a expansão da educação superior por meio da Universidade Aberta do Brasil, que já foi muito criticada. Segundo o Entrevistado 3, ele já defende a utilização da educação a distância desde 1994 promovendo inclusive palestras da Open University da Inglaterra e da Vernon University da Alemanha para falar de educação à distância na



Universidade Federal de Santa Catarina, ressaltando que: “(...) *quando você analisa a Open hoje, 40 anos depois da criação dela, ela esta rankiada entre as 5 melhores universidades do país em termos de resultados.*”

Resultados dos alunos da Uab no Enade mostram que eles são semelhantes aos resultados dos alunos da graduação presencial, sendo maior no que se refere a matemática, com destaque para alunos oriundos do Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), que sozinho formou mais professores de matemática do que todas as universidades do Rio, e estes alunos egressos, após concluírem os cursos no Cederj, tem conseguido ingressar nas melhores Pós-Graduações do país, como a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, a Universidade de São Paulo - USP, dentre outras.

De qualquer forma, não se deve priorizar a educação à distancia em detrimento da educação presencial federal e nem o contrário. É necessário observar que para aumentar a quantidade mantendo a qualidade, é necessário aproveitar todas as oportunidades existentes, e utilizando para isto todas as tecnologias disponíveis.

Quando se analisa a polêmica meta de taxa de conclusão de curso de 90% para as universidades federais, por ser uma instituição recentemente inaugurada, com o início das aulas em Março de 2010, a Universidade Federal da Fronteira Sul ainda não trabalha com a meta de conclusão de 90% de seus alunos, mesmo porque, conseguirá se ter uma noção de qual o índice de conclusão da instituição apenas em alguns anos. De qualquer forma, para garantir um índice de conclusão satisfatório, a UFFS se organiza em torno de uma proposta curricular voltada a formação humanística e profissional.

Articulado em torno de três domínios: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, o currículo da UFFS se compromete com o sucesso na aprendizagem e com uma formação voltada ao desenvolvimento de habilidades e competências, focadas no excelente desempenho profissional. O que, nos parâmetros curriculares em questão, vai além das demandas reduzidas do mercado, ampliando-se para a formação de perfis humanos, capazes de aliar a formação específica, o saber técnico e o desenvolvimento social e sustentável de uma nação soberana.

Neste sentido, a UFFS acredita que focar-se em uma taxa de conclusão de 90% dos alunos, é, de certa forma, comprometer-se com a inclusão de todos. Para atingir esta meta, será necessário um trabalho

atento, permanente, de estudo e compreensão do currículo, formação continuada de docentes, atenção ao processo de ensino e de aprendizagem, tanto em termos de relações humanas quanto em de infra-estrutura adequada, dentre outros.

A UFFS está caminhando para trabalhar em prol do cumprimento desta meta no futuro, que esta diretamente relacionada com o compromisso de expansão do acesso à educação superior. De qualquer forma, sabe-se que a princípio a UFFS não tem condições estruturais efetivas para alcançar as metas traçadas, mesmo porque, ainda não se é possível medir o índice de conclusão da instituição, mas reforça que tem assistido a um aumento significativo dos investimentos federais para o sucesso desta empreitada, sendo a própria UFFS um dos exemplos claros deste investimento do Governo Federal.

Visando também a expansão da pesquisa e extensão, compreendendo a importância delas para o desenvolvimento da instituição assim como da região em que ela esta inserida, por ter iniciado suas aulas em Marco de 2010, a Universidade Federal da Fronteira Sul inicia agora no 2º semestre de 2010 o processo de criação, fomento e desenvolvimento dos primeiros grupos de pesquisa e das primeiras ações em relação as políticas de extensão.

Para a Pró-reitoria de Graduação, o montante de recursos destinados para a Pesquisa e Extensão são satisfatórios e coerentes com as necessidades apontadas pela instituição. Confirmando esta assertiva, se menciona o grande volume de editais de pesquisa e extensão que são abertos, quase semanalmente, relacionado ao fortalecimento destas áreas.

#### 4.3.2.5 Reuni e o impacto na Autonomia da UFFS

Para o Entrevistado 3, “(...) *Não faz sentido. Achar que tem perda de autonomia. As universidades aderem ao Reuni se quiserem.*” Entretanto, alguns críticos apresentam que todas as universidades aderiram por se tratar de um generoso estímulo financeiro em cima de uma política.

Associar o recebimento dos recursos ao cumprimento de metas, para muitos pesquisadores foi considerado perda de autonomia, o Entrevistado 3 acredita que não, entendendo que isto se trata basicamente de uma deliberação institucional para se participar do

Projeto, que é o aumento de vagas, o aumento de índice de alunos por professor, da taxa de conclusão, dentre outros.

As universidades não devem considerar que sempre que o Ministério da Educação estabelece alguma política nacional, se elas aceitarem, elas estão sendo submissas. Por mais que as universidades queiram se comportar como “feudos soberanos”, elas não são soberanas, pelo simples fato de haver leis, diretrizes curriculares nacionais, formadas pelo conselho nacional da educação, que é um órgão de estado.

Os cursos de graduação por sua vez devem obedecer estas diretrizes, que são nacionais, atribuídas pelo conselho, que foi criado por lei. A forma como os cursos são conduzidos pode ser alterada, visando uma maior desenvoltura, melhora de qualidade, dentre outros, mas é preciso garantir que as diretrizes estão sendo respeitadas, para se garantir a existência de um sistema. Tais medidas devem ser respeitadas pelo fato de que a partir das diretrizes curriculares nacionais você estabelece o plano ou o projeto pedagógico do curso, e para avaliação será utilizado o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, Enade, que será feito a partir das mesmas diretrizes curriculares definidas pelo conselho nacional que por sua vez inspira o projeto pedagógico dos cursos, que vai definir as competências, as habilidades, os conteúdos e o perfil profissional desejado para aquela área. É um ciclo subsequente, que não pode ser quebrado.

Fundada no âmbito do Reuni, a UFFS não tem enfrentado problemas relacionado a autonomia, respeitando as diretrizes mas oferecendo aos professores a oportunidade de ter liberdade de usar sua criatividade, decidindo se dará uma aula expositiva, se irá dialogar, mas respeitando o projeto pedagógico do curso, ensinando o que foi previamente definido na ementa da disciplina. Finalmente, acredita-se que a UFFS possua sim a autonomia necessária, desde que perceba e faça parte de um sistema.

#### 4.3.2.6 Recebimento e Aplicação de Recursos para Custeio e Investimento

O recebimento de verba para o Custeio, ou para as Despesas Orçamentárias Correntes, necessárias para o primeiro ano de 2010, da Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, foram

integralmente atendidas pelos recursos disponibilizados através da Ação 125c (denominada Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul), Programa Universitário, Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 conforme apresentado pelo Respondente 5, *“As despesas correntes, necessárias para este primeiro ano (2010) da implantação da Universidade federal da Fronteira Sul, foram totalmente atendidas pelos recursos disponibilizados(...).”*

As despesas correntes para pessoal e encargos sociais (por meio do centro de custo 3.1.90.00) foram garantidas pelo Governo Federal, calculando-se a partir do contingente de servidores ativos e aposentados.

Em relação à destinação de verbas para bolsas de estudo, no ano de 2010, foram concedidas 650 Bolsas Permanência para estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFFS em situação de vulnerabilidade econômica. Adicionalmente foram concedidas mais 250 Bolsas de iniciação acadêmica, que envolvem a participação dos alunos em grupos de estudo, pesquisa bibliográfica e documental, produção de textos em diferentes modalidades (crônicas, editoriais, ensaios, entrevistas, reportagens, notícias, etc...), elaboração de artigos e relatórios científicos, dentre outras atividades. Ressalta-se que tais bolsas foram suficientes para atender a demanda de alunos da UFFS.

Quando se analisa o recebimento de recursos para investimento, pelo motivo da UFFS ainda se encontrar em processo de implantação ela ainda carece de muitos investimentos visando à adequação e a melhora de sua infra-estrutura, tanto no que se refere a obras em gerais (construção de prédios, restaurante universitário, alojamentos estudantis, dentre outros) como no que se refere à aquisição de equipamentos para construção de laboratórios práticos. Mas quando se analisa os recursos já previstos o Respondente 5 afirma que, *“(...) os recursos, até o momento, previstos para as obras a serem executas em 2010 e 2011 serão suficientes.*

Ao se avaliar as ações voltadas para a redução do custo aluno, pela razão da UFFS ser uma universidade nova que iniciou suas aulas em Março de 2009, não é possível direcionar medidas exclusivamente para diminuir o custo aluno, mas à medida que mais alunos vão entrando na universidade, mais o custo empregado em corpo docente, estrutura e técnicos vão sendo diluídos por meio destes alunos. De qualquer forma, como o orçamento de 2010 até o momento não foi totalmente executado, pelo motivo de estar em fase de implantação os altos custos

podem distorcer a análise. Porém, para começar a traçar metas neste sentido, a Universidade iniciará sua participação no Programa de Melhoria da Eficiência do Gasto Público no Ministério do Planejamento.

#### 4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Com a apresentação dos resultados, chegou-se a conclusão que a expansão da educação superior brasileira está acontecendo em todas as esferas, pública federal, privada, à distância e tecnológica, por meio do financiamento público.

Delimitando-se as Universidades Federais, é possível perceber que esta expansão se dá por meio de duas ações principais, a criação de novas universidades e a reestruturação das universidades existentes por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Dentre as demais universidades reestruturadas por meio do Reuni, são apresentadas as ações da Universidade Federal de Santa Catarina, que através de um plano de metas pactuado com o Ministério da Educação, projetou sua expansão e reestruturação recebendo subsídios provenientes do financiamento público para tal.

Finalmente, representando nesta pesquisa o universo das 14 universidades recentemente criadas, está a Universidade Federal da Fronteira Sul, que iniciou suas aulas em Março de 2010, e apresenta suas principais ações de expansão, bem como o financiamento público recebido para sua manutenção.

Desta forma, as próximas seções buscam apresentar a aplicação dos recursos públicos e as ações realizadas por uma universidade recém criada bem como por uma universidade que já existe há várias décadas e vem passando por profunda reestruturação nos últimos anos, demonstrando desta maneira, como estão sendo conduzidas as principais metas e ações para a ampliação da educação superior federal em cada uma das respectivas universidades.

##### 4.4.1 Principais Resultados UFSC

Após análise de todos os dados, constatou-se que a Universidade Federal de Santa Catarina está vivenciando um momento único no que se refere à sua reestruturação em vários aspectos: número de vagas, tratamento da evasão; reocupação das vagas ociosas; otimização do corpo docente e da infra-estrutura; expansão da pesquisa e extensão; aplicação de recursos para custeio e investimento; além de estar gozando de autonomia e trabalhando para que a expansão ocorra com qualidade. O Quadro 16 apresenta as principais afirmações dos gestores neste sentido:

<b>Assunto</b>	<b>Afirmação</b>
<b>Tratamento da Evasão</b>	<i>“Então nós estamos trabalhando com a idéia de bacharelado pra você ter uma idéia, que o indivíduo possa ter uma opção só pela área, que ele possa fazer uma opção só pela área, mas tarde então fazer uma opção então pelo curso específico.”</i> ENTREVISTADO 2
<b>Repasso de Recursos Financeiros</b>	<i>“(…) os compromissos feitos na fase inicial tem se mantido até agora, e eu tenho uma expectativa de que isso pode ser mantido daqui pra frente, que isso possa continuar sendo um processo pra ser mantido.”</i> ENTREVISTADO 2
<b>Contratação de Docentes</b>	<i>“Os investimentos para contrato docentes estão acontecendo, com o Reuni estamos garantindo uma equalização nessa meta.”</i> RESPONDENTE 1
<b>Autonomia Universitária</b>	<i>“O Reuni não é um projeto fechado, temos conversado com o MEC e eles tem entendido as mudanças que temos feito e respeitado nossa autonomia.”</i> RESPONDENTE 1
<b>Obras na Universidade</b>	<i>“(…) é visível hoje na universidade a quantidade de Obras.”</i> RESPONDENTE 3
<b>Verbas para Investimento</b>	<i>“As verbas para investimento estão além do projetado”</i> RESPONDENTE 2

**Quadro 16:** Principais Afirmações UFSC.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As principais ações da UFSC e os respectivos resultados estão representados no Quadro 17. **Quadro 2: Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES.**

<b>Ações</b>	<b>UFSC</b>
Ampliação do Número de Vagas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criou entre os anos 2008 a 2010, 2101 vagas novas, sendo 420 noturnas e 114 de licenciatura.</li> <li>- Ampliação pautada em sua maior parte na criação de cursos diurnos.</li> <li>- Cursos noturnos não atrativos para a comunidade.</li> <li>- Licenciaturas não atrativas para a comunidade.</li> </ul>
Tratamento da Evasão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizado estudo a respeito dos motivos que levam à evasão.</li> <li>- Programa de apoio pedagógico.</li> <li>- Aumento na assistência estudantil por meio do PNAES.</li> </ul>
Reocupação das Vagas Ociosas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem como principal ferramenta o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC.</li> </ul>
Expansão X Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acredita ser necessário realizar alterações curriculares modernizando os currículos.</li> <li>- Tem como principal pilar da expansão com qualidade os recursos humanos contratados.</li> </ul>
Otimização do Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Meta de 18 alunos por professor.</li> <li>- Realização de concursos acompanhando a expansão de vagas e garantindo a equalização da meta proposta</li> </ul>
Otimização da Infra-Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de blocos de sala de aula independentes.</li> <li>- Criação de um centro de logística.</li> </ul>
Metas X Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem gozado de autonomia para modificar o projeto sempre que possível, desde que cumpra as metas.</li> </ul>
Expansão da Pesquisa e Extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizada por meio da Pós-Graduação, com bolsas para Mestrandos, Doutorandos e Pós-Doutorandos.</li> </ul>

Aplicação de Recursos para Investimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2010: Aumento de Capital na ordem de R\$9.003.203, totalizando em um valor final de R\$27.003.203.</li> <li>- 2011: Aumento de R\$22.586.982,00 totalizando em um valor final de R\$43.086.982,00.</li> </ul>
Aplicação de Recursos para Custeio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2010: Aumento de R\$1.567.030,00 do já projetado</li> <li>-2011: Previsão de aumento de R\$3.931.321,00 do já projetado.</li> <li>- Adesão ao PNAES para aumento dos recursos para Assistência Estudantil.</li> </ul>
Redução do Custo aluno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A princípio o valor irá aumentar com perspectivas de diminuir à medida que mais estudantes ingressarem e concluírem os cursos.</li> </ul>

**Quadro 17:** Síntese dos Resultados – Ações da UFSC

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em geral, pode-se dizer que a Universidade Federal de Santa Catarina aprova a Reestruturação por meio do REUNI, ao observar que todos os dirigentes universitários se mostram satisfeitos com os resultados e defendem que tal programa deveria se tornar uma política permanente. A reestruturação, e conseqüente expansão da UFSC, tem gerado reflexos positivos para a universidade e, por conseguinte para toda região à qual ela está inserida.

#### 4.4.2 Principais Resultados UFFS

Representando uma das 14 instituições criadas frente à política de expansão da educação superior no Brasil, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem seu destaque a respeito do importante papel de impulsionadora do desenvolvimento da região onde ela está inserida.

Tal como a UFSC, a UFFS também está pautada em várias ações, contidas em políticas bem definidas, buscando resultados satisfatórios na ampliação do número de vagas, tratamento da evasão e das vagas ociosas, otimização dos recursos humanos por meio de projetos de extensão, otimização da infra-estrutura por meio de equipamentos de vídeo-conferência, aplicações de recursos destinados a custeio e



investimento, dentre várias outras ações. O Quadro 18 apresenta as principais assertivas dos gestores nesse sentido:

<b>Assunto</b>	<b>Afirmação</b>
<b>Cursos de Licenciaturas</b>	<i>“(…) nós também criamos uma frente das licenciaturas que é muito forte, porque essa é uma questão nacional. Ai foi em sintonia realmente com a política Nacional de formação de professores que foi definida pelo decreto do Presidente Lula de Janeiro do ano passado, que alias, eu ajudei a redigir esse decreto. Eu estava na Capes, liderando esse processo inclusive.”</i> ENTREVISTADO 3
<b>Ampliação de Acesso</b>	<i>“Nós estamos ampliando o acesso pra gente basicamente da região, evidente que é aberto a todos, mas agente olha os dados e são essencialmente da região.”</i> ENTREVISTADO 3
<b>Otimização Docente</b>	<i>“Um pra vinte ta bom, eu acho que ta bom.”</i> ENTREVISTADO 3
<b>Ampliação do Orçamento</b>	<i>“Notadamente teremos de avançar em termos orçamentários, mas é preciso sublinhar a importância dada pelo governo federal no atendimento de nossas demandas.”</i> RESPONDENTE 4
<b>Verbas para Obras</b>	<i>“(…) os recursos, até o momento, previstos para as obras a serem executas em 2010 e 2011 serão suficientes.”</i> RESPONDENTE 5

**Quadro 18:** Principais Afirmações UFFS.

Fonte: Elaborado pelo autor

As descrições das ações centrais da UFFS bem como o produto da aplicabilidade das mesmas estão presente no Quadro 19:

Ações	UFFS
Ampliação do Número de Vagas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciou as atividades com 2.160 vagas com expectativa de em 4 anos alcançar 8.640 alunos matriculados (excluindo alunos de Pós-Graduação).</li> <li>- Cursos noturnos atrativos para a comunidade.</li> <li>- Criou uma frente das licenciaturas, com destaque às 300 novas vagas para o curso de Ciências (todas preenchidas), que posteriormente se divide nas Licenciaturas de Química, Biologia e Física.</li> </ul>
Tratamento da Evasão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criou programa oferecendo 900 bolsas de estudo na ordem de R\$1.700.000,00 visando à iniciação acadêmica do aluno carente contemplado.</li> <li>- Trabalhando para implantar o PNAES no ano de 2011.</li> </ul>
Reocupação das Vagas Ociosas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizou várias chamadas para se ocupar as vagas existentes na universidade, ocupando mais de 94% das vagas disponibilizadas.</li> </ul>
Expansão X Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acredita ser necessário equilibrar os investimentos com políticas bem definidas.</li> </ul>
Otimização do Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Meta de 20 alunos por professor.</li> <li>- Iniciou as atividades com todos os professores devidamente nomeados.</li> <li>- Utiliza o Corpo Docente nos projetos acadêmicos que destinam bolsas de estudos para alunos carentes.</li> </ul>
Otimização da Infra-Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamento de vídeo-conferência para integrar os Campi.</li> <li>- Trabalha com estrutura essencial para funcionamento.</li> </ul>
Metas X Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem gozado de autonomia, contanto que respeite as diretrizes e que perceba e faça parte de um sistema.</li> </ul>
Expansão da Pesquisa e Extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de Extensão juntamente ao corpo docente associados ao recebimento de bolsas de estudo.</li> <li>- Projeção de criação de cursos de Pós-Graduação nos próximos anos alavancando as pesquisas.</li> </ul>
Aplicação de Recursos para	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos já previstos para os anos de 2010 e 2011 são considerados suficientes e atenderão as</li> </ul>

Investimento	demandas.
Aplicação de Recursos para Custeio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despesas correntes para pessoal e encargos sociais foram garantidas dentro do projetado.</li> <li>- Despesas para bolsas de estudos: Foram recebidos recursos financeiros para a concessão de 650 bolsas permanência e 250 bolsas para iniciação acadêmica.</li> <li>- Expectativa de adesão ao PNAES no ano de 2011 para aumentar os recursos para Custeio.</li> </ul>
Redução do Custo aluno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ainda não tem condições de mensurar o custo aluno, por estar em fase de implantação.</li> <li>- Iniciará participação no Programa de Melhoria da Eficiência do Gasto Público no Ministério do Planejamento visando otimizar o custo associado.</li> </ul>

**Quadro 19:** Síntese dos Resultados – Ações da UFFS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Criada visando sobretudo o desenvolvimento local, a Universidade Federal da Fronteira Sul se orgulha por ser considerada uma universidade pública popular, por ter mais de 90% de seu alunado composto por estudantes oriundos de escolas públicas. Tais resultados, avaliados como satisfatório tanto para a universidade quanto para o ministério da educação, tem sido um dos principais agentes frente à motivação dos docentes e técnicos, que atuam com a perspectiva de estarem fazendo a diferença na região.

Com sua criação aprovada por todos os dirigentes universitários, as expectativas da UFFS estão pautadas agora na sua ampliação, tornando-se uma referência e influenciando ativamente na região da Fronteira Sul.

#### **4.4.3 Diferenças e Similaridades entre as Instituições**

Após análise dos Quadro 17 e 19 fica evidente a o esforço das instituições para garantir uma expansão não apenas quantitativa como também qualitativa. É possível se observar uma diferença de perfil do alunado de ambas instituições, na UFSC a expansão se da em sua maioria por cursos de bacharelado e diurnos, em contra-partida a UFFS tem investido maciçamente na ampliação das licenciaturas e também em

curso noturno, que tem atraído o interesse dos alunos, preenchendo mais de 94% do total de vagas disponibilizadas.

Quando se analisa o tratamento da evasão, as instituições diferem na maioria de suas ações, mas o PNAES é ressaltado como o principal programa neste sentido em ambas as universidades. E para a reocupação das vagas ociosas é possível observar que a UFFS ainda não está trabalhando em reocupação até por ser uma universidade recente, mas tem se esforçado para ocupar todas as vagas disponibilizadas por meio do vestibular. De qualquer forma, fica como sugestão a utilização do SiSu que tem contribuído com o grande auxílio para a reocupação das vagas ociosas na UFSC.

Ambas as instituições tem se preocupado com a questão da expansão qualitativa, seja por meio de alterações curriculares e de uma grande preocupação em relação à qualidade dos docentes e técnicos contratados, no caso da UFSC, ou por meio do equilíbrio dos investimentos públicos em políticas bem definidas, no caso da UFFS. Além disso, as duas instituições tem trabalhado no sentido de otimizar o corpo docente e a infra-estrutura, a UFSC tentando atingir a Meta de 18 alunos por professor, e investindo na construção de blocos de salas independentes além de criar um centro de logística e a UFFS, fundada para trabalhar com o índice de 20 alunos por professor (índice que será alcançado nos próximos anos, a medida que mais alunos ingressarem na universidade), utilizando equipamentos de videoconferência para comunicação entre campi e utilizando o essencial para garantir seu funcionamento.

Ambas as instituições tem gozado de autonomia, desde que respeitem as diretrizes provenientes do Ministério da Educação. Quando se analisa os investimentos em Pesquisa e Extensão, as universidades aprimoram suas pesquisas por meio dos cursos de pós-graduação, a UFSC com os cursos já efetivados e a UFFS com previsão de criação de cursos. Além disso, a UFFS tem definido uma arrojada política de bolsas de estudo atrelada a projetos de extensão.

Na ampliação de recursos para investimento e custeio as duas universidades também tem recebido os recursos necessários para expansão, com destaque para o aumento da verba projetada para a UFSC. Além disso, o PNAES tem sido um grande aliado da UFSC neste sentido, o que faz com que a UFFS pretenda implementá-lo já no próximo ano. Por fim, as duas instituições demonstram interesse em reduzir o custo aluno, a UFSC entendendo que isto será um processo de

médio a longo prazo e a UFFS com projeto de participar do Programa de Melhoria da Eficiência do Gasto Público no Ministério do Planejamento.

#### **4.4.4 Proposições**

Após compilação e análise das principais políticas e ações da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade Federal da Fronteira Sul e do próprio Ministério da Educação, sugere-se algumas ações que poderão impactar positivamente no desenvolvimento das respectivas instituições, dos programas de governo, e conseqüentemente, do país.

Para a UFSC, recomenda-se um maior esforço no sentido de se implantar mais cursos noturnos, pois a instituição já possui toda estrutura disponível além de um corpo docente altamente qualificado. Quando se observa que a maioria dos cursos das universidades privadas são noturnos, conclui-se que existe demanda para esse horário, o necessário então neste sentido é realizar uma pesquisa junta à sociedade e observar quais cursos possuem maior demanda para este horário, investindo na implantação deles.

Visando também auxiliar em uma política pública nacional, a UFSC deve prosseguir na expansão dos cursos de licenciatura, sobretudo nos Campi proveniente de interiorização. Além disso, ressalta-se a importância que o programa REUNI vem trazendo para o desenvolvimento e a expansão da instituição, por esse motivo, e em função dos dados colhidos durante a pesquisa, é recomendável maior agilidade na participação de futuros programas, participando efetivamente de todas as fases de implantação.

Para a UFFS, se aconselha intensamente a participação no PNAES, que tem auxiliado significativamente todas as instituições que o aderiram. Outro aspecto, que extrapola o escopo do trabalho, mas que se faz necessário ressaltar, é a adesão da UFFS a Universidade Aberta do Brasil, que tem sido imprescindível para levar a educação superior para todo território nacional. Como o reitor em exercício da instituição já possui uma inclinação pela Educação à Distância, se recomenda esta importante participação.

Embora ainda não seja uma preocupação aparente da Universidade, visando uma atitude mais proativa, se indica a utilização

do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC para a reocupação das vagas ociosas, tendo em vista que tal sistema tem sido aplicado com sucesso em outras instituições. Finalmente, recomenda que a instituição participe de eventuais programas de reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior no futuro, devido aos reflexos positivos observados.

Para o MEC, como uma maneira de trazer mais efetividade na questão da formação docente para educação básica, além da ampliação dos cursos de licenciatura nas instituições federais do país e também por meio dos Institutos Federais de Ensino Superior e da Universidade Aberta do Brasil, recomenda-se uma maior valorização da carreira do professor da educação básica, algo que terá impactos positivos na atratividade desses cursos para a sociedade em geral, aumentando o número de alunos e conseqüentemente de professores de maneira quantitativa como também qualitativa.

Finalmente, embasado em todos os reflexos observados e na opinião de 100% dos dirigentes universitários participantes dessa pesquisa, aconselha-se veemente a continuidade do Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, sugerindo inclusive transformá-lo em uma política permanente. Tal ação seria um importante passo rumo a tão esperada democratização da educação superior brasileira.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo serão apresentadas as considerações finais assim como as recomendações para estudos futuros, no que se refere ao grande tema Financiamento e Expansão da Educação Superior no Brasil.

### 5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi estudar como está ocorrendo o financiamento público e a expansão da educação superior no Brasil, sobretudo em relação às universidades públicas federais. Neste sentido, após análise da literatura e documentação, aplicação de questionários e realização de entrevistas, tanto com gestores públicos quanto com dirigentes universitários, são apresentadas as conclusões a que se chegou do estudo.

Desde a colonização, a educação superior vem se expandindo no país, entretanto, esta expansão sempre ocorreu de maneira comedida, inicialmente visando apenas atender as necessidades da metrópole, e posteriormente, na república, sem ocupar um papel de destaque nas políticas públicas governamentais. A maior alteração de marco legal se deu com o lançamento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, que alguns anos depois, por meio de algumas alterações estruturais, daria início a grande expansão da rede privada, que seria interrompida posteriormente e teria seu crescimento retomado com intensidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que também foi a responsável por dar início ao lançamento do Plano Nacional da Educação, que aconteceria em 2001 e definiria o planejamento e as metas para a educação nacional para os próximos 10 anos.

Entretanto, mesmo com todas estas ações, verificou-se que a educação superior ainda era privilégio de poucos, o que se agravava por ela ser considerada um dos principais pilares para se alcançar a ascensão social, porém, o estudo superior no Brasil sempre foi visto como algo inalcançável para a maioria dos brasileiros dada à discrepância de qualidade do ensino básico fornecido gratuitamente e o ensino básico particular o que impediu que muitos cidadãos cursassem o ensino

superior devido à baixa competitividade dos alunos da rede pública frente à particular na seleção das Universidades públicas tidas no Brasil, em geral, como as de melhor qualidade e com uma quantidade reduzida de vagas.

Devido a este fato, a população requereu junto às políticas governamentais o acesso à educação superior por meio da criação ou reserva de vagas em instituições de ensino superior públicas ou então por meio de financiamentos de vagas em instituições de ensino superior privadas, além da democratização do acesso a todos no território brasileiro que por muito tempo, e ainda o é em grande medida, concentradas em alguns pólos nacionais.

A partir disso, o Governo Federal reestruturou e lançou vários programas, que posteriormente seriam reunidos no chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, e então passou a destinar uma parcela significativa do financiamento público para o atendimento destas necessidades. Este grande repasse orçamentário se configurou em um fenômeno inédito na educação superior brasileira, que passou a ter sua expansão pautada por meio do financiamento público, com ações destinadas a todas as modalidades de ensino superior, privada, à distância, tecnológica, e principalmente a federal, abordada em maiores detalhes durante esta dissertação.

Para a educação superior federal presencial, a expansão se deu por meio de duas frentes, a criação de novas universidades e a reestruturação e expansão (principalmente para o interior) das universidades existentes. Para auxiliar nesta expansão, o Governo Federal criou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), desempenhando um papel de orientador tanto para as universidades já existentes como para as universidades que estavam surgindo dentro do âmbito do programa.

Dentro deste cenário, tendo como objeto de estudo a Universidade Federal de Santa Catarina como uma instituição já existente e que está se reestruturando, e a recém criada Universidade Federal da Fronteira Sul, que teve suas aulas iniciadas em Março de 2010, buscou-se entender como esta ocorrendo o financiamento desta expansão e quais são as ações de tais universidades visando à expansão, mas se atendo a qualidade. Além disso, procurou-se compreender quais as perspectivas do MEC para esta expansão por meio de uma entrevista com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES.



Neste sentido, por meio da entrevista com o Coordenador Geral da Difes/MEC, com o Vice-Reitor e com os dirigentes universitários da UFSC, pôde-se comprovar que a expansão está de fato ocorrendo com uma preocupação em também manter a qualidade da instituição, e grandes recursos estão sendo aplicados, tanto para investimentos como para custeio.

Para a meta de ampliação do número de vagas, se constatou que a UFSC irá alcançá-la, entretanto, esta meta será alcançada por intermédio dos cursos diurnos, mantendo-se a defasagem em relação ao número de cursos noturnos e também às licenciaturas, que têm sido criadas, mas que enfrentam problemas de captação. Em relação ao tratamento da evasão, a UFSC tem trabalhado no sentido de tornar os currículos mais atrativos para o mercado e conseqüentemente para os alunos, e tem contado com um apoio ímpar do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), defendido pela Difes como uma das principais ações para se garantir a permanência. Proveniente também do Ministério da Educação, está o Sistema de Seleção Unificada (SiSu), que tem desempenhado um papel fundamental para a reocupação das vagas ociosas na UFSC.

Entretanto, não se pode analisar apenas a expansão quantitativa sem se preocupar com os aspectos qualitativos, que segundo a UFSC ocupam uma função importante neste processo, algo que também é defendido pela Difes. Neste sentido, com o consentimento do Ministério da Educação, a Instituição tem realizado várias alterações curriculares buscando a modernização e aprimoramento de seus currículos. Além disso, visando cumprir com qualidade a meta de 18 alunos por professor, a UFSC tem promovido vários concursos para contratação de docentes, de maneira que a expansão do número de vagas acompanhe também o número de docentes. Para a Difes, os recursos para expansão do corpo docente sempre estarão disponíveis.

Ao se analisar duas importantes vertentes: a autonomia universitária e os investimentos em pesquisa e extensão, os resultados também são otimistas. Mesmo tendo assumido várias metas perante o Ministério da Educação, a UFSC tem tido certa liberdade para definir qual a melhor forma de buscar seu desenvolvimento. Em relação aos investimentos em pesquisa e extensão, a instituição tem se pautado principalmente na expansão dos cursos de Pós-Graduação, além das bolsas destinadas para este fim. Tal assertiva é confirmada pela Difes quando se apresenta que segundo dados da Capes, após a promulgação

do Reuni, os cursos de Pós-Graduação do Brasil tiveram uma considerável melhora.

Entrando no aspecto financeiro, os resultados também são otimistas, demonstrando que a instituição esta recebendo recursos em quantias inéditas. Mesmo já estando programada uma generosa quantia para custeio, dentre os anos de 2010-2011 a instituição recebeu aproximadamente R\$5,5 milhões. Além disso, o PNAES complementou estes valores destinando entre os anos de 2009-2011 recursos na ordem de R\$27,5 milhões. O repasse de recursos para investimentos também superaram as expectativas com um aumento de verba destinada à Edificações, Infra-Estrutura e Equipamentos na ordem de R\$31,5 milhões entre os anos de 2010-2011. Quando se acrescenta estes valores aos valores anteriormente projetados, se observa um repasse de verbas na ordem de R\$70 milhões entre os anos de 2010-2011.

A partir de todo este repasse de verbas, a instituição está vivendo um momento único de expansão e reestruturação, por meio da interiorização dos Campi, com a criação dos Campi em Curitiba, Araranguá e Joinville. Além disso, ela está investindo na melhora da infra-estrutura existente, por meio de criação e restauração de prédios para ensino-aprendizagem, prédio para capacidade de atendimento na moradia estudantil, prédio para aumentar a capacidade do restaurante universitário, conjuntos administrativos, sala dos professores, e realizado um grande investimento em equipamentos, sobretudo equipamentos de tecnologia da informação.

No que se refere à Universidade Federal da Fronteira Sul, por meio de entrevista com o Reitor e com o Coordenador Geral da Difes/MEC e da aplicação de questionários aos dirigentes universitários, também foi possível evidenciar que não só a criação como ainda a expansão da universidade tem acontecido devido a uma série de ações. Com pouco mais de um ano de fundação, a UFFS se apresenta como propulsora do progresso da região oeste do Sul do país. Algo que pode ser observado em função dos principais motivos que levaram a sua criação: a diminuição da litoralização da população; a necessidade de se trabalhar o meio ambiente na região; e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Embora não tenha aderido ao Reuni por ter sido criada posteriormente ao lançamento do plano, a UFFS está dentro da filosofia do programa, pois parte dos mesmos princípios de democratização ao qual fazem parte as universidades participantes do Reuni, por trabalhar

com a idéia de uma estrutura multi-campi e interiorizada. Por este motivo, é grande também a preocupação da UFFS em garantir um contingente de vagas suficientes para suprir as demandas da população, com destaque para a oferta de cursos noturnos, neste sentido, a Universidade inicia as atividades oferecendo 2160 vagas com previsão para aumentar em função dos anos. Além disso, como marca registrada da instituição, existe um esforço no sentido de garantir o acesso principalmente para alunos oriundos de escolas públicas, por meio de um algoritmo que favorece os alunos que estudaram a maioria dos anos do ensino médio em escolas públicas. Por este motivo, se faz necessário um programa de assistência estudantil que garanta que este alunado carente se mantenha na universidade. Como principal iniciativa está o oferecimento de 900 bolsas de estudos atreladas as atividades de extensão. Além disso, tal como na UFSC, o PNAES será uma das principais ações da UFFS para garantir a permanência dos alunos, ação esta planejada para o ano de 2011.

Ao se analisar a otimização dos recursos humanos e o índice de alunos por professor, se observa um valor superior ao valor proposto para a UFSC e para a maioria das Universidades Brasileiras, que é de 18 alunos por professor. Na UFFS este valor é de 20 alunos por professor e mesmo com esta taxa acima da média nacional, a universidade ainda tem trabalhado para otimizar o corpo docente, utilizando ele nas ações voltadas a extensão universitária e em projetos de iniciação acadêmica da instituição. A Infra-estrutura também tem sido otimizada pelas instituições, onde na UFSC se investe na construção de blocos de salas independentes, que poderão ser usados por todos os centros, além de a criação de um centro de logística, já a UFFS instalou equipamentos de video-conferência em todos os seus campi, otimizando o processo de comunicação e também está trabalhando com o essencial para seu funcionamento, tanto nos laboratórios de informática, como nas bibliotecas e nos demais recursos.

Para a oferta de cursos de licenciatura, diferentemente da UFSC que enfrenta problemas de atratividade dos alunos para com estes cursos, a UFFS tem conseguido preencher todas as vagas dos cursos de licenciatura. Tal iniciativa está totalmente relacionada as demandas nacionais, conforme explicação da Difes, que incentiva que as instituições expandam seus cursos de licenciatura.

Ao se adentrar na questão da expansão, um tema debatido em todas as universidades que estão passando por este processo é a relação

da expansão garantindo-se a qualidade, e na UFFS não é diferente. No entanto, a instituição acredita que a expansão inicial é mais importante do que a própria preocupação com a qualidade, devido ao grande impacto social que a falta de oportunidade proporciona para parte da população. Para a universidade, é melhor tratar a questão da qualidade com todos que necessitam da educação superior já inseridos no processo.

Pelo motivo do Ministério da Educação definir metas para as instituições, tem sido grande as preocupações em relação a autonomia, porém, a UFFS não tem enfrentado problemas relacionados a autonomia. A instituição tem conseguido definir suas ações contanto que cumpra com as diretrizes provenientes do Ministério da Educação, para receber os recursos necessários.

Detalhando os recursos financeiros recebidos, a UFFS tem sido otimista em relação a eles, que estão dentro do projetado, tanto para Custeio quando para Investimento. No ano de 2010 toda verba projetada para Custeio foi corretamente recebida pela universidade, incluindo recursos na ordem de R\$1,7 milhão exclusivamente para bolsas permanência e bolsas de iniciação acadêmica. No que se refere ao investimento, por estar em processo de fundação, a UFFS carece de investimentos visando a adequação de sua infra-estrutura, mas de acordo com a previsão orçamentária 2010-2011, os recursos previstos são considerados suficientes para atenderem as necessidades.

A conclusão que se chega é que conforme já havia sido previamente defendido pela Difes, as universidades federais estão recebendo os recursos provenientes do financiamento público e estão vivenciando uma oportunidade única de expansão e reestruturação, e nas respectivas universidades estudadas, UFSC e UFFS, este fenomeno de confirmou. Todos os gestores de ambas as instituições reconheceram a importância e a grandeza de tais investimentos para o desenvolvimento e acreditam que muito ainda poderá ser feito.

Entretanto, vale a pena ressaltar que ambas as instituições, como principalmente o Ministério da Educação, devem focar as ações no acesso e permanência dos alunos carentes, pois este é um problema dentro do cenário nacional. Embora a UFFS tenha atuado neste sentido, é preciso que o Ministério da Educação opere com mais energia sobre todas as instituições federais do país. Este desafio deve ser enfrentado sem deixar de lado a qualidade da educação oferecida nestas instituições.

Outro ponto relevante para todas as instituições é o impasse entre a criação de cursos novos e o aumento de vagas nos cursos existentes. Observa-se uma tendência para a criação de cursos novos nas universidades, no entanto, existem cursos com uma grande demanda, que pode ser verificada nos relatórios de candidatos por vagas, e que não são contemplados com novas vagas. Tal planejamento deve ser revisto tendo em vista que muitas áreas em que há carência de profissionais no país estão descobertas sendo que as universidades estão recebendo todo subsídio necessário para se realizar a ampliação do número de vagas nos cursos tradicionais já existentes.

Um desafio que também deve entrar em pauta nas universidades federais é a internacionalização das instituições. O Brasil começa a dar os primeiros passos rumo a uma educação superior satisfatória para a população com a criação de vários programas que visam avançar perante o atraso ao qual o país se encontra. Neste cenário, se faz fundamental o estreitamento com universidades de outros países, intercâmbio de docentes e discentes, parceria de pesquisas e extensão, dentre outros, algo que ainda é muito discreto dentro da maioria das universidades.

As Universidades precisam se aproximar das empresas, é necessário uma maior interação entre as universidades e as empresas para buscar pesquisas focadas em demandas mais concretas e menos abstratas. Deve-se romper as barreiras que impedem as universidades de atenderem as demandas do mercado, que estão estritamente ligadas as demandas que o país como um todo possui. Além disso, é indispensável também uma maior interação das universidades com a comunidade interna (alunos, funcionários técnico-administrativos, funcionários terceirizados, familiares dos funcionários) e externa, com foco no voluntariado. As universidades usufruem de um espaço nobre que em determinados horários ficam ociosos e que poderiam ser utilizados para a realização de trabalhos voluntários. É necessário que se combata a visão elitista em torno da universidade, fazendo com que qualquer pessoa possa acreditar, de fato, que a universidade estará de portas abertas para ela.

Cabe agora ao Governo Federal prosseguir com a criação e o desenvolvimento das universidades federais, por meio de programas públicos eficazes e do repasse de financiamento para que o crescimento continue a acontecer. Ao final de 2012 se encerra o Reuni, entretanto, conforme afirmam alguns gestores, seria imprescindível prosseguir com

esta expansão dando continuidade a este programa, sugerindo inclusive a implantação do “Reuni 2”. Finalmente, é necessário o empenho e destaque para nosso ensino superior. Devemos considerá-lo um importante pilar para se alcançar o tão almejado desenvolvimento e, por conseguinte, transformar o país pela educação.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Por motivo de delimitação de todo universo das universidades federais brasileiras, as universidades pesquisadas foram a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal da Fronteira Sul, recomenda-se um estudo a respeito do financiamento público e da expansão das universidades federais tendo como base outras universidades, para compreender se o financiamento projetado tem sido cumprido e aplicado como nestas duas instituições já pesquisadas.

Além disso, a expansão da educação superior no Brasil tem ocorrido por meio de outras esferas além da esfera pública federal, por este motivo, se sugere um estudo do financiamento e da expansão da educação superior por meio da iniciativa privada, com aprofundamento de estudo referente ao Prouni e ao Fies, ou por meio do ensino à distância, aprofundando na Universidade Aberta do Brasil, ou por meio do ensino tecnológico, com detalhamento a respeito dos Institutos Federais de Ensino Superior.

Por fim, esta dissertação buscou descrever um novo fenômeno da educação superior brasileira, com a expansão por meio do financiamento público, destacando a expansão das universidades federais. Como o Reuni, que é o principal mecanismo para esta expansão, se encerrará ao final de 2012, recomenda-se um estudo desenvolvendo alternativas de gestão para que o governo federal mantenha esta expansão mesmo com o fim do programa Reuni.

## REFERÊNCIAS

ADUSP. GT Educação. **Mais recursos para a educação!** In: CONGRESSO DA ANDES-SN, 27. Goiânia, 14-20 jan. 2008. Caderno de Textos do 27º Congresso. Brasília: Andes-SN, 2008.

ALYRIO, R.D. **Metodologia Científica**. PPGEN: UFRRJ, 2008.

AMARAL, Nelson C. **Financiamento da Educação Superior**: Estado X Mercado. Ed. UNIMEP, São Paulo, 2003.

ANDES-SN. **Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Brasília, DF, 1996.

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília. 2010.

ANDRADE, M. M. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós Graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRÉS, Aparecida. **O Programa Universidade para Todos (ProUni)**. Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados. Brasília. Jan, 2008.

ARMIJOS PALÁCIOS, G. **Reuni**: a hora dos deserdados. Jornal Opção On-Line, de 07 a 13 de Outubro de 2007. Goiânia. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Ideias&subsecao=Colunas&idjornal=258>>. Acesso em: 12 de Maio de 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. – **Fundamentos de Metodologia Científica** – 2. ed. Ampliada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BIELSCHOWSKY, Carlos. **Algumas considerações sobre Educação a Distância para os próximos anos**. VIII Seminário Nacional do Reuni: Universidades Federais: Consolidação e Expansão 2011-2020: subsídios para o Plano Nacional de Educação. Brasília. 27 a 29 de Jan. 2010.

BRASIL. Lei N.º 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. República Federativa do Brasil. Brasília, 1961.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei N° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 Janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005a.



\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o artigo 80 da Lei n. 9394/96.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2005b.

\_\_\_\_\_. Portaria MEC n.º 569, de 23 de Fevereiro de 2006. **Regulamenta o art. 11 da Lei no 11.180, de 23 de Setembro de 2005.** Brasília. 2006a. Disponível em:  
<[http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=91&Itemid=122](http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=91&Itemid=122)>. Acesso em 18 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.800, de 08 de Junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 Jun. 2006b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. INEP. **O Plano de desenvolvimento da educação:** razões, princípios e programas. Brasília: 2007a.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, 2007b.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6.095 de 24 de abril de 2007. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 abr. 2007c

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. TCU. **Auditoria operacional no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)** / Relator Ministro José Jorge – Brasília : Tribunal de Contas da União. 2009.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação completa 3 anos.** Brasília. 2010a. Disponível em: <<http://pde3anos.mec.gov.br/>>. Acesso em 13 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n° 12.202, de 14 de Janeiro de 2010. **Altera a Lei n° 10.260, de 12 de Julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e da outras providencias.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 jan. 2010b.

CAIXA. **FIES:** Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em <<http://www3.caixa.gov.br/fies/>>. Acesso em 27 de Maio de 2010.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, José Luiz. **Sobre o financiamento no plano de desenvolvimento da educação.** Cadernos de Pesquisa, Campinas: Editora Autores Associados, v. 38, n. 135, p. 817-839, Set./Dez. 2008.

CAMPISTA, T.M.N. et. al. **Panorama do Campo da Educação Superior em Enfermagem no Estado do Espírito Santo.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, Vol. 13 (2), 2009, p. 256-264.

CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e Educadores:** a organização do ensino superior no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

CARVALHO, C.H.A.; LOPREATO, F.L.C. **Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula.** Impulso, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

CARVALHO, C.H.A. **Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao PROUNI.** In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambú. Anais... Caxambú: ANPED, 2005

\_\_\_\_\_. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior.** Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 979-1.000, out. 2006.

CASTRO, Cláudio M. **A pratica da pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

CATANI, A.M.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior ?** Educar em Revista. Curitiba, UFPR, n. 28, p.125 - 140, jul.- dez. 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. S. **A Universidade Pública sobre nova perspectiva.** Rev. Bras. Educ. n.24 Rio de Janeiro. Set./Dez. 2003.

COELHO, Maria de Lourdes. **Reflexões sobre a expansão universitária através dos programas UAB e REUNI, no uso da modalidade educacional à distância.** Anais, 15º Congresso Internacional ABED de Educação à Distância, Fortaleza. 27 a 30 de Set. 2009.

CORBUCCI, P.R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil**: da deserção do Estado ao projeto da reforma. Educação & Sociedade, n. 88. vol. 25. Campinas, SP: CEDES, 2004.

COSTA, C. J. **Modelos de Educação Superior a Distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil**. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 15, p. 09-16, 2007.

COSTAa, Danilo M.. **Pesquisa Acadêmica**: Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria do Ensino de Graduação – PREG. Disponível em: <[http://fs21.formsite.com/danilo\\_mcosta/form831504061](http://fs21.formsite.com/danilo_mcosta/form831504061)>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010.

COSTAb, Danilo M.. **Universidade Federal de Santa Catarina**: Pesquisa Acadêmica. Secretaria de Planejamento e Finanças – SEPLAN. Disponível em: <[http://fs21.formsite.com/danilo\\_mcosta/form847139682](http://fs21.formsite.com/danilo_mcosta/form847139682)>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010.

COSTAc, Danilo M.. **Universidade Federal de Santa Catarina**: Pesquisa Acadêmica. Pró-Reitoria de Infra-Estrutura – PROINFRA. Disponível em: <[http://fs21.formsite.com/danilo\\_mcosta/form846144451](http://fs21.formsite.com/danilo_mcosta/form846144451)>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010.

COSTAd, Danilo M.. **Universidade Federal da Fronteira do Sul**: Pesquisa Acadêmica. Pró-Reitoria do Ensino de Graduação. Disponível em: <[http://fs21.formsite.com/danilo\\_mcosta/form850637517/](http://fs21.formsite.com/danilo_mcosta/form850637517/)>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010

COSTAe, Danilo M.. **Universidade Federal da Fronteira do Sul:** Pesquisa Acadêmica. Diretoria de Planejamento. Disponível em: < [http://fs21.formsite.com/danilo\\_mcosta/form852422091/](http://fs21.formsite.com/danilo_mcosta/form852422091/)>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010.

COSTAf, Danilo M.. **Universidade Federal da Fronteira do Sul:** Pesquisa Acadêmica. Secretaria Especial de Obras. Disponível em: <<http://fs21.formsite.com/danilomcosta/form853557799/>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2010.

DIDONET, Vital. **O Plano Nacional de Educação e os Planos Estaduais e Municipais:** Uma Conquista Histórica. Gestão em Rede, Curitiba: n. 33, p. 14-19, nov./dez., 2001.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação superior à distância:** novos marcos regulatórios? Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, p. 891-917, 2008.

DUARTE, D. **Crédito Educativo.** Revista do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Brasília, nº 26, Jul./Set. 2004, p. 5-9.

FARIA, Ana Cristina de; CUNHA, Ivan da; FELIPE, Yone Xavier. **Manual prático para elaboração de monografias:** Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, São Paulo: Editora Universidade São Judas Tadeu, 2007.

FAVA-DE-MORAES, F. **Universidade, Inovação e Impacto Sócio-Econômico.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 8-11, 2000.

FRANCO, Leandro Rezende; PIRES, Luciene Lima de Assis. **A formação de professores em CEFETs:** analisando a Licenciatura em

Física. In: Anais do XVIII Simpósio Nacional de Ensino de Física. SBF: Espírito Santo, 26 a 30 jan. 2009.

FREITAS, H. C. L. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.** Revisa Educação & Sociedade. CEDES, VOL.28, N. 100 – Especial, pp.1203-1230, Out de 2007.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1995.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez Ed. Unicamp, 1993.

GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sérgio. **Educação: Direito Universal ou Mercado em Expansão?.** Revista São Paulo em Perspectiva, Mar. 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.** Brasília. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/populacao01.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/populacao01.htm)>. Acesso em: 12 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Brasília. 2010b. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/trabalho07.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/trabalho07.htm)>. Acesso em: 14 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Relógio Populacional**. Brasília. 2010c. Disponível em: <[www.ibge.net/ibge/disseminacao/online/popclock/popclock.php](http://www.ibge.net/ibge/disseminacao/online/popclock/popclock.php)>. Acesso em: 31 de Agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Brasília. 2010d. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/educacao05.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/educacao05.htm)>. Acesso em: 01 de Setembro de 2010.

INEP. **Dados finais do Censo da Educação Superior 2008**. Brasília. 2009.

INPEAU. **Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária: Objetivos**. Florianópolis. 2011. Disponível em <[http://www.inpeau.ufsc.br/wp/?page\\_id=8](http://www.inpeau.ufsc.br/wp/?page_id=8)>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2011.

KRAWCZYK, Nora Rut. **O PDE: novo modo de regulação estatal?**. Cadernos de Pesquisa, Campinas: Editora Autores Associados, v. 38, n. 135, p. 797-815, Set./Dez. 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa,, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v.34, p.49-64, jan./abr. 2009.

LEMGRUBER, M. S. **Educação a distância**: para além dos caixas eletrônicos. Revista Sinpro-Rio, v. 02, p. 42-49, 2008.

LIMA, Licínio, AZEVEDO, Mário L., e CATANI, Afrânio, M. **O Processo de Bolonha, avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1986.

MAIA, Fabiana B; DANTAS, Lucivalda S. Teixeira; SCHNEIDER, H.N. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação superior a distância: potencialidades e ameaças no cenário do Estado de Sergipe**. Anais, VI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD), São Luiz. 2 a 4 de Nov. 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 2ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARIZ, T. F. **REUNI**: para onde caminha a universidade? Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande. 2007. Disponível em: < [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/reuni/artigo\\_thompson.pdf](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_thompson.pdf)>. Acesso em: 25 de Maio de 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia e planejamento. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.



MEC. **REUNI: Diretrizes Gerais** - Documento Complementar. Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. **FIES: Relatório de Gestão, Exercício 2007**, Caixa Econômica Federal. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília. 2009.

\_\_\_\_\_. **REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília. 2010a. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **PROUNI – Programa Universidade para Todos**. Brasília. 2010b. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **Universidade Aberta do Brasil**. Brasília. 2010c. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 31 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. 2010d. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 de Junho de 2010.

MEYER JR, V. **Planejamento Estratégico: Ato Racional, Político ou Simbólico** – Um Estudo das Universidades Brasileira. In: XXVIII Encontro Anual da ANPAD, 2004, Curitiba, PR. Anais. Curitiba: ANPAD, 2004.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Revista Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198. Editora UFPR, 2006.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas Considerações Críticas ao Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.** Anais do II Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: Impasses, Tendências e Perspectivas, João Pessoa, 15 a 19 nov. 2005.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: Introdução as suas técnicas.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

OLIVEIRA, J. C. de. **Evolução do índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e do países da América Latina e do Caribe.** Análise, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 27-46, jan./jul. 2006.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional.** Varia História, v. 23, p. 113-129, 2007.

PAULA, C. M. **Neoliberalismo e Reestruturação da Educação Superior no Brasil: O REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, UFF. Brasil. 2009.

PINTO, J. M. R.. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002).** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, 2002.

\_\_\_\_\_. **O acesso à educação superior no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, no. 88, p. 727-756, 2004.

PNUD. **IDH do Brasil cresce**; país é 75º no ranking. Brasília. 2009.

Disponível em:

<[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?iD01=3326&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?iD01=3326&lay=pde)>. Acesso em: 31 de Agosto de 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100 (esp.), p.1.231-1.255, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Plano Nacional da Educação foi solenemente ignorado”, diz especialista**. Portal R7, São Paulo. Disponível em:

<<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/-plano-nacional-de-educacao-foi-solenemente-ignorado-diz-especialista-20100306.html>> Entrevista concedida a Amanda Polato e publicada em 08 de Março de 2010. Acesso em: 07 de Maio de 2010.

SEGENREICH, S. C. D. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior**. Pro-Prosições, vol.20, no.2, 2009, p.205-222

SELLTIZ et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

SEMESP. Pesquisa Semesp 2007: **Índice de Imagem e Reputação**.

Disponível em:

<[http://semesp1.tempsite.ws/pub/banner/Pesquisa%20I2R\\_final](http://semesp1.tempsite.ws/pub/banner/Pesquisa%20I2R_final)>.

Acesso em: 26 de Outubro de 2009.

SEPLAG. **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**. Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul . Porto Alegre. 2010.

Disponível em:

<<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=439>>. Acesso em:

14 de Abril de 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Jan 2005.

SILVA, Rosimeri Carvalho. **A Prática da Extensão Universitária: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina**.

Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração CPGA/CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

SILVA JÚNIOR, A. F. **A formação de professores na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica: o caso da Licenciatura em Espanhol**. Anais do I Seminário de História do Ensino de Línguas - 250 anos de profissão docente e ensino de línguas no Brasil. São Cristóvão/SE, 3 à 6 nov. 2009. v.1.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2. Ed. Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TERRIBILI FILHO, A.; MACHADO, L. M. **Educação superior: o setor público e o privado no Brasil e Argentina;** RECE. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, v. 1, n. 1, p. 1-20. 2006.

TONEGUTTI, C.A.; MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da Universidade Pública.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-NS. Brasília. 2007. Disponível em: <[http://www.andes.org.br/Artigo\\_REUNI.pdf](http://www.andes.org.br/Artigo_REUNI.pdf)>. Acesso em: 25 de Maio de 2010.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.  
p. 174.

UFCG. **Plano de Expansão Institucional – Planexp.** Campina Grande. 2010. Disponível em <<http://www.ufcg.edu.br/~spe/pjustificativa.htm>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2010.

UFFS. **A Instituição.** Chapecó. 2010. Disponível em <[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=244](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=244)>. Acesso em: 10 de Novembro de 2010.

UFSC. **Projeto Reuni UFSC – Encaminhado ao MEC.** Florianópolis. 2010. Disponível em <[http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/3842\\_projeto%20reuni.pdf](http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/3842_projeto%20reuni.pdf)>. Acesso em: 17 de Junho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Missão da UFSC.** Florianópolis. 2010b. Disponível em <<http://antiga.ufsc.br/paginas/missao.php>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** 2010 à 2014. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Relação Candidatos Vaga Por curso (Inscritos).** Florianópolis. 2010d. Disponível em <<http://www.vestibular2011.ufsc.br/candidatovaga.pdf>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2011.

UNE. **Em defesa da expansão e da valorização da universidade pública!** Junho de 2008. Disponível em: <[http://www.une.org.br/home3/movimento\\_estudantil/movimento\\_estudantil\\_2007/imgs/reuni\\_final\\_doc.doc](http://www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2007/imgs/reuni_final_doc.doc)>. Acesso em: 25 de Maio de 2010.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE: um plano nacional de educação ou carta de intenção?** In: Educação e sociedade. Campinas, v. 23, n.80, Setembro, 2002, p.97- 108.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?** São Paulo: Editora Brasiliense. 9. ed. – Coleção Primeiros Passos, 1988.

XAVIER NETO, L. P. **O Processo de Ifetização da Rede Federal de Educação Tecnológica:** Avanço Neoliberal e Ações de Resistência. In.

Anais do VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação.  
Marília/SP : Ed. Grafica Massoni, 2008.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Beverly Hills:  
Sage, 1989.

ZUIN, A. A. S. **Educação a Distância ou Educação Distante? O**  
Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual.  
In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, n° 96, out./2006, p. 935-  
954.





## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista –DIFES



Universidade Federal  
de Santa Catarina

Curso de Pós-Graduação em  
Administração (CPGA)  
Pesquisa Acadêmica

Este roteiro de entrevista foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal da Fronteira Sul no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da adesão das respectivas universidades ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

**Nota:** As entrevistas foram gravadas.

**1.** Qual o papel do Reuni do âmbito da Educação Superior Brasileira?

*Objetivo da Pergunta:* Entender, de um modo geral, qual o papel do Reuni hoje para o Ministério da Educação e também dar a oportunidade de ser fornecida uma “visão” geral antes de entrar nos detalhes.

**2.** De acordo com os últimos relatórios do Reuni e os investimentos do Governo Federal, a UFSC e a UFFS (fundada no âmbito do Reuni) irão alcançar a meta do aumento **nas matrículas de graduação projetadas** até o ano de 2012?

*Objetivo da Pergunta:* Entender qual a perspectiva do governo para o alcance da meta de 20% nas matrículas de graduação projetadas nas instituições selecionadas.

3. Tendo como base os anos já completados do programa, a Universidade Federal de Santa Catarina está reduzindo as taxas de **evasão** e ocupando as **vagas ociosas** de modo a atender as expectativas? A UFFS tem enfrentado problemas de vagas ociosas? Caso seja positivo, existem investimentos para estes fins?

*Objetivo da Pergunta: Entender a perspectiva para a redução das taxas de evasão e vagas ociosas das universidades federais.*

4. Como atender a meta de **ampliar as taxas de conclusão de curso para 90% mantendo a qualidade**? Tal meta não pode comprometer a **credibilidade das instituições**, tendo em vista que a média de aprovação atingida pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de aproximadamente 70%<sup>3</sup>? Haverão investimentos para este fim?

*Objetivo da Pergunta: Entender como ampliar as taxas de conclusão de curso para 90% sem comprometer a qualidade dos cursos e a credibilidade das instituições. Entender ainda se haverão investimentos destinados para este fim.*

5. Quais os investimentos para o cumprimento da meta da ampliação do número de alunos por professor (dezoito alunos de graduação em cursos presenciais por professor)? Quais as perspectivas de contratação e aumento de quadro no futuro?

*Objetivo da Pergunta: Entender os investimentos para cumprimento da meta de 18 alunos por cada professor e os investimentos destinados ao cumprimento da meta.*

6. Uma das principais iniciativas do Reuni é **aumentar os cursos de licenciatura** tendo em vista a grande deficiência de professores devidamente capacitados para lecionarem na educação básica. Existem

---

<sup>3</sup> Ver Tonegutti e Martinez (2007).

investimentos voltados exclusivamente para o cumprimento desta ampliação?

*Objetivo da Pergunta: Entender se existem investimentos destinados exclusivamente a ampliação dos cursos de licenciatura nas universidades federais.*

**7.** Existe um questionamento a respeito da falta de recursos do Reuni destinados a **pesquisa e extensão**, o que se diz é que o Reuni é um programa apenas de ensino. Qual a perspectiva dos investimentos do Reuni direcionados para a pesquisa e a extensão nas respectivas Universidades?

*Objetivo da Pergunta: Entender os investimentos destinados a pesquisa e a extensão para as Universidades pesquisadas.*



**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista – Vice-Reitoria UFSC****Universidade Federal  
de Santa Catarina****Curso de Pós-Graduação  
em Administração (CPGA)  
Pesquisa Acadêmica**

Este roteiro de entrevista foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da adesão da respectiva universidade ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

**Nota:** As entrevistas foram gravadas.

**1.** Acredita-se que o Reuni terá um papel fundamental na democratização geográfica das universidades federais no Brasil. Qual a percepção, a nível de desenvolvimento estadual, **a interiorização dos Campi trouxe para Santa Catarina?**

*Objetivo da Pergunta:* Entender a importância da interiorização dos campi para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

**2.** O Reuni tem como um dos principais objetivos garantir para as universidades as condições necessárias para a **ampliação do acesso e permanência na educação superior**. De um modo geral isto tem ocorrido?

*Objetivo da Pergunta:* Entender se o reitor acredita que o Reuni tem de fato auxiliado na ampliação e permanência da educação superior em suas respectivas instituições.

3. A Universidade Federal de Santa Catarina tem conseguido **otimizar o aproveitamento dos recursos humanos** e de sua infraestrutura?

*Objetivo da Pergunta: Entender se a respectiva universidade tem otimizado tanto o corpo docente e técnico administrativo quanto a infraestrutura.*

4. A **contratação de novos docentes e técnicos** configura-se como uma das principais demandas do Reuni. Qual a percepção em relação a esta contratação, ela está acontecendo de acordo com as necessidades da Universidade Federal de Santa Catarina?

*Objetivo da Pergunta: Entender se a contratação de docentes e técnicos tem suprido as necessidades impostas pelos programas.*

5. Os investimentos do governo federal para a Universidade Federal de Santa Catarina estão condizentes com a meta de ampliação **nas matrículas de graduação projetadas** para a universidade até o ano de 2012, sobretudo em período noturno? Os recursos estão de acordo com o previsto?

*Objetivo da Pergunta: Entender se a universidade está recebendo o subsídio necessário para ampliar o seu número de matrículas de graduação projetadas, sobretudo para o período noturno.*

6. Os planos de reestruturação apresentados pelas universidades federais, e aprovados pelo Ministério da Educação, tiveram sua exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes. **As verbas pactuadas pelo MEC para a Universidade Federal de Santa Catarina tem sido cumpridas?**

*Objetivo da Pergunta: Entender se o montante pactuado entre o governo federal e as instituições tem sido repassado anualmente conforme acordado.*

7. É notável o **crescimento quantitativo do número de vagas**, entretanto, tal crescimento teria ocorrido com **qualidade**? Quais investimentos poderiam garantir uma expansão não apenas quantitativa como também qualitativa?

*Objetivo da Pergunta: Entender a melhor maneira da expansão por meio do Reuni ser também qualitativa e não apenas quantitativa. Buscar compreender os investimentos necessários para se realizar tal expansão.*

8. Acredita-se que pela configuração do Reuni, em que as instituições precisam alcançar certos indicadores para se obter os recursos, possa haver **perda de autonomia** por parte das Universidades. Qual a percepção em relação a autonomia administrativa e financeira da Universidade Federal de Santa Catarina após aderir ao Reuni?

*Objetivo da Pergunta: Entender se o Reuni está afetando a autonomia das universidades.*





## APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista – Reitoria da UFFS



Universidade Federal  
de Santa Catarina

- Curso de Pós-Graduação em  
Administração (CPGA)  
Pesquisa Acadêmica

Este roteiro de entrevista foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da fundação da respectiva universidade no âmbito do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

**Nota:** As entrevistas serão gravadas.

**1.** Qual a percepção, em nível de desenvolvimento regional, **a criação da UFFS e a interiorização dos Campi trouxe para a região Sul?**

*Objetivo da Pergunta:* Entender a importância da interiorização dos campi para a região Sul.

**2.** O Governo Federal tem tentando garantir a ampliação do acesso e permanência na educação superior. De um modo geral isto tem ocorrido na UFFS?

*Objetivo da Pergunta:* Entender se os reitores acreditam que a ampliação e permanência da educação superior tem de fato ocorrido em suas respectivas instituições.

**3.** A Universidade Federal da Fronteira Sul tem conseguido **otimizar o aproveitamento dos recursos humanos** e de sua infra-estrutura?

*Objetivo da Pergunta: Entender se a respectiva universidade tem otimizado tanto o corpo docente e técnico administrativo quanto a infra-estrutura.*

**4. A contratação de novos docentes e técnicos** configura-se como uma das principais demandas para se atingir a expansão que se espera. Qual a percepção em relação a esta contratação, ela está acontecendo de acordo com as necessidades da Universidade Federal da Fronteira Sul? A UFFS trabalha com o índice de 18 alunos por professor?

*Objetivo da Pergunta: Entender se a contratação de docentes e técnicos tem suprido as necessidades das universidades.*

**5. É notável a preocupação do governo federal com o crescimento quantitativo do número de vagas**, entretanto, tal crescimento pode ocorrer com **qualidade**? Quais investimentos poderiam garantir uma expansão não apenas quantitativa como também qualitativa?

*Objetivo da Pergunta: Entender a melhor maneira da expansão ser também qualitativa e não apenas quantitativa. Buscar compreender os investimentos necessários para se realizar tal expansão.*

**6. A UFFS exerce algum papel dentro do Reuni? Se sim, qual é?**

*Objetivo da Pergunta: Entender em qual escopo do Reuni a UFFS está localizada.*

**7. Acredita-se que pela configuração do Reuni, em que as instituições precisam alcançar certos indicadores para se obter os recursos, possa haver perda de autonomia** por parte das Universidades. Qual a percepção em relação a autonomia administrativa e financeira da Universidade Federal da Fronteira Sul por ter sido fundada no âmbito do Reuni?

Objetivo da Pergunta: Entender se o Reuni está afetando a autonomia das universidades.



## APÊNDICE D – Questionário PREG/UFSC

### Pesquisa Acadêmica - Universidade Federal de Santa Catarina



#### Pró-Reitoria do Ensino de Graduação – PREG

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da adesão da respectiva universidade ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função

**1. Os investimentos do governo federal para a Universidade Federal de Santa Catarina estão condizentes com a meta de ampliação de 20% nas matrículas de graduação projetadas para a universidade até o ano de 2012 e de vagas de vestibular em mais de 50% entre os anos de 2008-2012, sobretudo em período noturno? Os recursos estão de acordo com o previsto?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

**2. Há alterações positivas ou negativas nas taxas de evasão?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

**3. Há alterações positivas ou negativas na ocupação das vagas ociosas?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

4. Existem alterações estruturais e curriculares destinadas a auxiliar no cumprimento da meta de elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento? Como ampliar as taxas mantendo a qualidade dos cursos? Tal meta não pode comprometer a credibilidade da instituição, tendo em vista que a média de aprovação atingida pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de aproximadamente 70% [\[1\]](#)?

[\[1\]](#) Ver Tnegutti e Martinez (2007).

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

5. Qual a percepção em relação à meta da ampliação de dezoito alunos de graduação em cursos presenciais por professor? Os investimentos do governo federal estão condizentes com tal iniciativa? Existem alterações estruturais e curriculares destinadas a auxiliar o cumprimento da meta sem sobrecarregar os professores? As contratações de novos professores estão de acordo com o esperado?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

6. A universidade Federal de Santa Catarina tem apresentado problemas para a contratação de docentes? (questões operacionais ou dificuldades para atrair os candidatos para os processos seletivos).

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

7. A Universidade Federal de Santa Catarina tem apresentado dificuldades para ofertar cursos noturnos? (diferença positiva no cumprimento da meta de vagas em cursos diurnos e negativa na de cursos noturnos.)

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

8. Uma das principais iniciativas do Reuni é aumentar os cursos de licenciatura tendo em vista a grande deficiência de professores devidamente capacitados para lecionarem na educação básica. A Universidade Federal de Santa Catarina tem recebido os subsídios necessários para se realizar essa ampliação?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

9. Realizando uma comparação entre o planejamento enviado pela UFSC no final de 2007 para adesão ao Reuni (Quadros 1 e 2) com os últimos dados do relatório de acompanhamento do Reuni disponibilizados pela Andifes (Quadros 3 e 4), observa-se que a UFSC superou a meta pré-estabelecida para a criação de novas vagas. Esses dados correspondem a realidade atual?

**Quadro 1: Total de Cursos Novos – Adesão ao Reuni**

Total de Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
	3	12	4	1	6	14
<b>Sub-Total</b>					375	985
<b>Total Geral</b>	1360 vagas					

Fonte: UFSC (2010, p. 4)

**Quadro 2: Ampliação do número de vagas –Adesão ao Reuni**

Ampliação de vagas	Noturno	Diurno
<b>2008</b>	0	175
<b>2009</b>	315	630
<b>2010</b>	60	150
<b>2011</b>	0	30
<b>2012</b>	0	0
<b>Sub-Total</b>	375	985
<b>Total Geral</b>	1360 vagas	

Fonte: UFSC (2010, p.4)

**Quadro 3: Ampliação do número de vagas –Relatório ANDIFES**

Ano	Geral	Noturna	Licenciatura
<b>2006</b>	3920	925	1150
<b>2007</b>	3920	925	1150
<b>2008</b>	4095	925	1190
<b>2009</b>	5221	1130	1294
<b>2010</b>	6021	1345	1264
<b>Total de Vagas Novas</b>	2101	420	114

Fonte: ANDIFES (2010, p.175)

**Quadro 4: Evolução do número de cursos –Relatório ANDIFES**

Ano	Geral	Noturna	Licenciatura
<b>2006</b>	62	14	23
<b>2007</b>	62	14	23
<b>2008</b>	65	15	23
<b>2009</b>	70	19	25
<b>2010</b>	82	20	23
<b>Total de Cursos Novos</b>	20	7	0

Fonte: ANDIFES (2010, p.175)



11. Existe um questionamento a respeito da falta de recursos do Reuni destinados a pesquisa e extensão, o que se diz é que o Reuni é um programa apenas de ensino. Qual a percepção dos investimentos do Reuni direcionados para a pesquisa e a extensão na UFSC?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

10. O Reuni pretende propiciar que cada instituição encontre de maneira autônoma o caminho para o seu desenvolvimento. De acordo com a sua percepção, isso está acontecendo na Universidade Federal de Santa Catarina?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

#### Referências

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília. 2010.

TONEGUTTI, C.A.; MARTINEZ,M;. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da Universidade Pública**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-NS. Brasília. 2007. Disponível em <[http://www.andes.org.br/Artigo\\_REUNI.pdf](http://www.andes.org.br/Artigo_REUNI.pdf)>. Acesso em 25 de Maio de 2010.

UFSC. **Projeto Reuni UFSC** – Encaminhado ao MEC. Florianópolis, 2010. Disponível em <[http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/3842\\_projeto%20reuni.pdf](http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/3842_projeto%20reuni.pdf)>. Acesso em 17 de Junho de 2010.

\* Indicates Response Required



Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

**Submit**

Fonte: COSTAa (2010).

## APÊNDICE E – Questionário SEPLAN/UFSC

### Universidade Federal de Santa Catarina Pesquisa Acadêmica



Secretaria de Planejamento e Finanças – SEPLAN



Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da adesão da respectiva universidade ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função:

1. Conforme simulação abaixo, as verbas acordadas para custeio (despesas de pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação - limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos) estão dentro do projetado?\*

\* Tal acréscimo tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

**Quadro 1: Quadro Síntese do Orçamento de Custeio – Projeto Reuni**

Orçamento		2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	Professores Equivalentes	1.664.699,70	5.548.999,00	13.872.497,50	22.195.996,00	22.195.996,00
	Servidores de Nível Superior	379.646,40	759.292,80	1.898.232,00	2.277.878,40	2.657.524,80
	Servidores de Nível Intermediário	79.528,10	397.640,50	954.337,20	1.272.449,60	1.590.562,00
	<b>Total</b>	<b>2.123.874,20</b>	<b>6.705.932,30</b>	<b>16.725.066,70</b>	<b>25.746.324,00</b>	<b>26.444.082,80</b>
Bolsa	Assistência Estudantil	300.000,00	1.800.000,00	3.300.000,00	6.000.000,00	7.500.000,00
	Mestrado	564.000,00	1.466.400,00	2.820.000,00	3.384.000,00	4.512.000,00
	Doutorado	501.840,00	1.505.520,00	2.676.480,00	3.680.160,00	4.349.280,00
	Pós-Doutorado	396.000,00*	1.584.000,00	2.178.000,00	3.088.800,00	3.762.000,00
	Professor Visitante	396.000,00*	1.188.000,00	1.584.000,00	2.178.000,00	3.366.000,00
<b>Total</b>	<b>2.157.840,00</b>	<b>7.543.920,00</b>	<b>12.558.480,00</b>	<b>18.330.960,00</b>	<b>23.489.280,00</b>	
Unidades Básicas de Custeio		1.372.711,15	5.047.965,20	6.079.917,20	9.638.001,70	24.261.621,50
<b>Total Projetado</b>		<b>5.654.425,35</b>	<b>19.297.817,50</b>	<b>35.363.463,90</b>	<b>53.715.285,70</b>	<b>74.194.984,30</b>

\* Ainda não implementado

Fonte: UFSC (2010)

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

2. Conforme simulação abaixo, as verbas acordadas para investimento (construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos) estão dentro do projetado?

**Quadro 2: Quadro Síntese do Orçamento de Investimento – Projeto Reuni**

Orçamento	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Edificações	10.353.512,55	21.000.000,00	14.000.000,00	16.500.000,00	0,00	61.853.512,55
Infra-Estrutura	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Equipamentos	1.200.000,00	4.069.387,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	13.269.387,00
<b>Total Projetado</b>	<b>11.553.512,55</b>	<b>26.069.387,00</b>	<b>18.000.000,00</b>	<b>20.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76.122.899,55</b>

Fonte: UFSC (2010)

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

3. De acordo com o MEC, a verba restante que deveria ser disponibilizada pelo Reuni para as Universidades Federais (na ordem de 1,5 bilhão de reais) seria distribuída considerando-se um valor de referência de cinco mil reais para cada nova matrícula projetada. Isso tem de fato tem ocorrido?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

Browse...

Upload

**4. Como importante premissa do Reuni, as Universidades Federais precisam reduzir o custo por aluno. Como esse processo tem sido conduzido dentro da Universidade Federal de Santa Catarina? Desde o surgimento do programa qual a porcentagem de redução no custo por aluno? Quanto mais se espera reduzir?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

Browse...

Upload

#### Referências

UFSC. **Quadro Síntese do Orçamento UFSC do REUNI**. Florianópolis, 2010. Disponível em [http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/7840\\_Quadro\\_sintese\\_REUNI.doc](http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/7840_Quadro_sintese_REUNI.doc)<. Acesso em 17 de Junho de 2010.

\* Indicates Response Required

 **formsite**

Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

Submit

Fonte: COSTAb (2010).



## APÊNDICE F – Questionário PROINFRA/UFSC

### Universidade Federal de Santa Catarina Pesquisa Acadêmica



#### Pró-Reitoria de Infra-Estrutura – PROINFRA

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da adesão da respectiva universidade ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função:

**1. As universidades federais submeteram suas propostas ao Reuni com ênfase especial na interiorização dos campi. Qual a percepção da interiorização até agora e para os próximos anos?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

Upload

**2. Qual tem sido o auxílio direto dos investimentos provenientes do Reuni para a ampliação e readequação da infraestrutura física da universidade?**

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

Upload

3. A expectativa com a adesão ao Reuni era de que a quantidade de obras implementadas e em execução na UFSC fossem ampliadas nos próximos exercícios. Essa ampliação de fato ocorreu?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

4. Para adesão ao programa, as verbas solicitadas foram basicamente para: prédios para ensino e aprendizagem (salas de aula e espaço para permanência e suporte para estudos); prédio para capacidade de atendimento na moradia estudantil e prédio para ampliar a capacidade do restaurante universitário; conjuntos administrativos e salas de professores. As verbas solicitadas chegaram conforme o esperado? Tais alterações foram realizadas?

Use esse espaço caso queira anexar algum documento:

 Browse...

\* Indicates Response Required

 **formsite**

Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

Fonte: COSTAc (2010).



## APÊNDICE G – Questionário PROGRAD/UFFS

Universidade Federal da Fronteira Sul  
Pesquisa Acadêmica



### Pró-Reitoria do Ensino de Graduação

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da fundação da Universidade no âmbito do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função:

**1. Os investimentos do governo federal para a Universidade Federal da Fronteira Sul estão condizentes com a meta de ampliação de vagas para as universidades brasileiras, sobretudo em período noturno? Os recursos estão de acordo com o previsto?**

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

**2. Foram definidas alterações estruturais visando a ocupação das vagas ociosas? Os índices estão dentro do esperado?**

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

3. Existem alterações estruturais e curriculares destinadas a auxiliar no cumprimento da meta de atingir a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais em noventa por cento? Como atingir a taxa mantendo a qualidade dos cursos? Tal meta não pode comprometer a credibilidade da instituição, tendo em vista que a média de aprovação atingida pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de aproximadamente 70%[\[1\]](#)?

[\[1\]](#) Ver Tonegutti e Martinez (2007).

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

4. Qual a percepção em relação à meta da ampliação de dezoito alunos de graduação em cursos presenciais por professor? Os investimentos do governo federal estão condizentes com tal iniciativa? Existem alterações estruturais e curriculares destinadas a auxiliar o cumprimento da meta sem sobrecarregar os professores? As contratações de novos professores estão de acordo com o esperado?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

5. A universidade Federal da Fronteira Sul tem apresentado problemas para a contratação de docentes? (questões operacionais ou dificuldades para atrair os candidatos para os processos seletivos).

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

6. A Universidade Federal da Fronteira Sul tem apresentado dificuldades para ofertar cursos noturnos? (diferença positiva no cumprimento da meta de vagas em cursos diurnos e negativa na de cursos noturnos.)

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

7. Uma das principais iniciativas do Governo é aumentar os cursos de licenciatura tendo em vista a grande deficiência de professores devidamente capacitados para lecionarem na educação básica. A Universidade Federal da Fronteira Sul tem recebido os subsídios necessários para se realizar essa ampliação?

 Browse...

8. Existe um questionamento a respeito da falta de recursos destinados a pesquisa e extensão. Qual a percepção dos investimentos do Governo Federal direcionados para a pesquisa e a extensão na UFFS?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

**Referencia**

TONEGUTTI, C.A.; MARTINEZ,M;. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da Universidade Pública.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-NS. Brasília. 2007. Disponível em <[http://www.andes.org.br/Artigo\\_REUNI.pdf](http://www.andes.org.br/Artigo_REUNI.pdf)>. Acesso em 25 de Maio de 2010.

**Dúvidas ou Informações:**

Daniilo M. Costa  
Mestrando em Administração - UFSC  
Matrícula #200910183  
E-mail: [daniilo\\_mcosta@yahoo.com.br](mailto:daniilo_mcosta@yahoo.com.br)  
Fone: (48) 8411-9779

\* Indicates Response Required



Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

Submit

Fonte: COSTAd (2010).

## APÊNDICE H – Questionário Dir. de Planejamento/UFRS

### Universidade Federal da Fronteira Sul Pesquisa Acadêmica



#### Diretoria de Planejamento

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da fundação da universidade no âmbito do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função:

**1. As verbas acordadas para custeio da Universidade (despesas de pessoal e bolsas de estudo) estão dentro do esperado?**

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

Browse...

Upload

**2. As verbas acordadas para investimento (construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos) estão dentro do esperado?**

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

Browse...

Upload

3. A Universidade Federal da Fronteira Sul tem trabalhado para reduzir o custo por aluno? Como esse processo tem sido conduzido?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

**Dúvidas ou Informações:**

Danilo M. Costa  
Mestrando em Administração - UFSC  
Matrícula #200910183  
E-mail: danilo\_mcosta@yahoo.com.br  
Fone: (48) 8411-9779

\* Indicates Response Required

 **formsite**

Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

Fonte: COSTAe (2010).

## APÊNDICE I – Questionário Sec. Especial de Obras/UFFS

### Universidade Federal da Fronteira Sul Pesquisa Acadêmica



#### Secretaria Especial de Obras

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Danilo M. Costa sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Marino e tem como objetivo verificar o financiamento e a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul no que diz respeito aos financiamentos e mudanças estruturais provenientes da fundação da universidade no âmbito do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Desde já agradeço a participação.

\* Nome Completo:

\* Departamento:

\* Função:

1. Qual a percepção da interiorização de campi da UFFS até agora e para os próximos anos?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

2. Qual tem sido o auxílio direto dos investimentos provenientes do Governo Federal para a ampliação e adequação da infraestrutura física da universidade?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

3. A expectativa com a fundação da UFSS no âmbito do Reuni é de que a quantidade de obras fossem ampliadas nos próximos exercícios, assim como vem acontecendo nas outras universidades federais. Essa ampliação está ocorrendo? Qual a percepção?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

4. Para adesão ao programa, as verbas solicitadas pelas instituições federais de ensino superior foram basicamente para: prédios para ensino e aprendizagem (salas de aula e espaço para permanência e suporte para estudos); prédio para capacidade de atendimento na moradia estudantil e prédio para ampliar a capacidade do restaurante universitário; conjuntos administrativos e salas de professores. A UFSS tem recebido verbas para esses fins? Caso a resposta seja não, qual a expectativa?

Use esse espaço caso queira anexar algum arquivo junto a resposta:

 Browse...

**Dúvidas ou Informações:**

Danilo M. Costa  
Mestrando em Administração - UFSC  
Matrícula #200910183  
E-mail: danilo\_mcosta@yahoo.com.br  
Fone: (48) 8411-9779

\* Indicates Response Required

 **formsite**

Powered by [FormSite.com](http://FormSite.com)

Fonte: COSTA<sup>f</sup> (2010).